Cada vez mais o cidadão que tenta pensar pela sua cabeça sente o aumento do controlo por parte do Estado. Este aumento verifica-se a vários níveis, desde o institucional como, por exemplo, a legislação securitária e o cartão único, até aos "pequenos" pormenores do nosso quotidiano como a arrogância crescente da classe política, das forças policiais ou de quem tem qualquer forma de poder, as instalações de radares rodoviários e de cameras de filmar um pouco por todo o lado e a pressão de organismos nucleares, como Finanças e Tribunais, sempre prontos a perseguir o cidadão anónimo, sem voz e sem poder. Tudo isto vem sendo feito paulatinamente, e muitas vezes às escondidas e sem discussão pública, e sempre apresentado ao cidadão através de um discurso que salienta o socialmente correcto das medidas: luta contra o denominado terrorismo ou contra a evasão fiscal, pelo aumento da segurança contra a criminalidade nas ruas, pela segurança rodoviária ou pela eficácia da desburocratização. Mas, o que é mais preocupante para nós, anarquistas, até nem é esta situação de aumento do controlo do Estado, porque, no fundo, é para isto mesmo que o Estado serve, já que foi para isto que as classes dominantes o inventaram há muitos séculos e o instrumentalizam desde então. Conforme escreveu Stirner, "o Estado é um princípio abstracto de poder e de autoridade sob diversas formas, é uma instituição essencialmente opressiva". Os anarquistas sempre denunciaram esta situação, logo têm de estar preparados para ela e, sobretudo, para lutar contra ela. O que nos preocupa mais é a aceitação generalizada que esta deriva autoritária em sociedades ditas democráticas e de direito tem por parte das pessoas. Esta deriva tem sido encarada como inevitável, até mesmo aceitável e bem-vinda, sinal de que a propaganda do

2

Estado, leia-se lavagem ao cérebro, tem resultado plenamente. E nem as contradições evidentes que se verificam dentro do próprio Estado e das classes que nele mandam parecem afligir os cidadãos.

Assim sendo, este é o tema dominante deste número da Utopia no qual se procurará dar a nossa visão sem preconceitos ou juízos de valor preconcebidos.

Como se previa no editorial do número anterior, a presidência portuguesa da União Europeia tem sido um desfilar de vaidades (… e de complicações de trânsito). O governo e o partido do governo embandeiraram em arco com os sucessivos “sucessos”, primeiro da chamada Cimeira de Lisboa, que aprovou um novo tratado, depois da Cimeira entre a UE e os países africanos. Estão no seu papel. Quem não esteve no seu papel foram os media que também embandeiraram em arco sem qualquer consciência crítica. Nada que nos espante. A subserviência de grande parte da classe jornalística ao poder político-económico vem sendo um hábito… Onde é que foi feita uma reflexão alargada sobre o futuro da UE? Onde é que está reflectida a opinião dos cidadãos? Depois admiram-se que as pessoas não queiram a UE e chumbem em referendos estes arranjinhos políticos feitos à sua revelia e no maior secretismo…

Outra questão que continua a agitar a paróquia lusitana é a do novo aeroporto de Lisboa. Portela + 1? Ota? Alcochete? Há estudos para todos os gostos, sinal claro de que afinal tudo se vende e tudo se compra (até as opiniões de peritos e sábios…). À semelhança dos estádios de futebol construídos para o Euro2004, muitos deles agora às moscas, também o novo aeroporto é uma consequência directa da pressão dos grandes construtores e empreiteiros à míngua de obras públicas, passado que está o ciclo iniciado com a Expo98. Esta pressão foi bem recebida e, como tal, logo apoiada por sucessivos governos, em nome de um modelo de desenvolvimento assente no betão e no aço, no cimento e no asfalto, modelo este comprovadamente caduco, ultrapassado no tempo e destruidor de sistemas ecológicos e da nossa vida. Mas, para além do empenho dos “patos bravos”, já assegurado pelo governo, há outros interesses em jogo, nomeadamente geográficos, também importantes se pensarmos nas receitas futuras que um novo aeroporto poderá gerar para uma determinada autarquia, ou conjunto delas, ou, pelo oposto, o que poderá advir de Lisboa sem aeroporto à porta. Qual dos interesses geográficos prevalecerá? O da Câmara de Lisboa, porta-voz assumido dos interesses hoteleiros e turísticos da “capital” que tentam manter a situação actual? O das autarquias do Oeste, em nome de um pretenso desenvolvimento no eixo Lisboa - Porto e já palco de desenfreadas especulações com terrenos que correm agora o risco de se tornarem negócios falhados? Ou,

finalmente, o mais recente, o dos interesses imobiliários da indústria do lazer previstos para a Costa Alentejana e suportados pelas grandes instituições bancárias? Não percam os próximos estudos…

Lá por fora, e também inserida numa estratégia global de controlo securitário, a guerra e a instabilidade continuam no grande eixo do petróleo e do gás natural que abastece a Europa. Afeganistão, Chechénia, Geórgia, Iraque, Irão são palco de movimentações político-guerreiras pelo controlo absoluto de uma zona fulcral para um modelo de desenvolvimento capitalista que ainda se baseia quase exclusivamente no petróleo. No entanto, agora que o capitalismo descobriu que as energias alternativas também podem dar lucros substanciais, estas começam a ser desenvolvidas e incentivadas um pouco por todo o lado, virando moda a defesa do ambiente – que até já é premiada com Óscares em Hollywood e Prémios Nobel – por parte de quem, até há pouco tempo, não se preocupava minimamente. Pelo sim, pelo não, mais vale passar a mensagem de que o capitalismo se preocupa com o futuro do planeta e se quer regenerar de selvagem em sustentável e de que as multinacionais até têm um código de ética, do que deixar que o discurso ecologista radical, que tem de ser o nosso, acabe por convencer os cidadãos e prevaleça. Mal imaginavam os ecologistas das décadas de 60 e 70, protagonistas de lutas notáveis contra o nuclear e pelas energias limpas, como é que a história iria acabar.

E Paris continua a arder… Poucos meses depois da eleição do homem que tudo prometeu em nome dos “sagrados valores” da disciplina, do trabalho e da ordem, eis que regressam os chamados tumultos à capital francesa, desta vez motivados pelo atropelamento de dois motards e posterior fuga dos polícias envolvidos no acidente. Mais uma vez, uma actuação policial condenável no centro dos acontecimentos. E mais uma vez o pretexto para um extravasar de reivindicações que rapidamente alastraram a outros sectores da sociedade francesa, com predominância dos jovens.

Revista Anarquista de Cultura e Intervenção

Nº 24 - Julho - Dezembro 2007
6,00 €uros (isento de IVA)

Director: - Mário Rui Pinto

Colectivo Editorial: - Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, Ilídio Santos, J. M. Carvalho Ferreira, José Janela, José Quintal, M. Almeida e Sousa, Mário Rui Pinto, Mónica Fraga.

Colaboradores: - Alicia Zarate, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer, Edson Passetti, Elisiário Lapa, Francisco Madrid, José Maria Quadros, José Tavares, Lia Chaia, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Pietro Ferrua, Quim Sirera, Roberto Freire.

Capa, **Imagem e Grafismo:** - M. Almeida e Sousa

Propriedade: ***Associação Cultural A Vida*** - Rua Sociedade Cruz Quebradrense, Lote F - 2º Esq., Cruz Quebrada

Publicação Semestral Registada no Ministério da Justiça com o nº 118640 - NIPC da ACAV: 503347469
Tiragem: 500 exemplares

Impressão: - Gráfica 2000 – Cruz Quebrada

Redacção e Assinaturas
Apartado 2537 – 1113
Lisboa Codex – Portugal

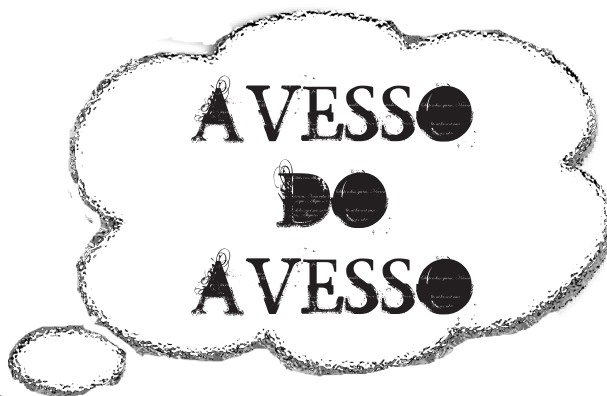
E-mail: CulturalAVida@sapo.pt
Web site: http://www.utopia.pt

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.
Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.
Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.
As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.
O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.
A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.

Tem dificuldades em empregar-se? Inscreva-se num partido!

Se não sabe o que fazer na vida, precisa de ganhar um bom ordenado e não quer mesmo trabalhar, então faça-se sócio de um partido qualquer e cole-se a alguém que é ou será importante e esse seu problema será resolvido. Não percebeu? Nós explicamos.

Há novas regras para os senhores deputados da NAÇÃO. Vão ter direito, cada um deles, a um assistente pessoal (não sabemos muito bem para lhes fazer o quê), facto que, contas feitas, poderão entrar na função pública muito brevemente mais duzentos e tal parasitas classificados como assistentes pessoais de um senhor deputado xis. O que tem de fazer? Apenas inscrever-se num partido qualquer, tornando-se sócio, e colar-se bem coladinho a um deputado que já foi eleito ou a um que muito proximamente venha a ser e nessa qualidade de "cola" pode ser que lhe seja atribuída uma cadeira de assistente, o mesmo é dizer pode ser que tenha direito a um ordenado certo pago por todos nós. Não tema porque não irá trabalhar! Apenas vai empregar-se porque todos aqueles senhores também não trabalham, ganham para nada fazer. Assim sendo, porque não se candidata já à descendência de um destes parasitas? Se é jovem, desempregado e gosta de nada fazer, mas também gosta de ter dinheiro para nada fazer, não hesite! Corra à sede de um partido qualquer (não ligue às ideologias porque já não existem mesmo e porque todos eles são um clube como outro qualquer), inscreva-se e, quem sabe, não será um dos futuros assistentes pessoais daqueles inválidos que precisam de si como bengala?

Para quê tantos estudos sobre infra-estruturas?

Porque gastará a Confederação dos patrões tanto dinheiro a fazer estudos sobre a melhor localização disto e daquilo, seja aeroporto, pontes aéreas ou subterrâneas ou outra coisa qualquer? Primeiro foi o estudo entregue a Cavaco Silva há alguns meses sobre a localização de um novo aeroporto na OTA. Agora é um novo estudo sobre a localização do mesmo em Alcochete, porque fica mais barato e com isso podem fazer-se mais pontes, estradas, etc. Ou seja, estudos para dar trabalho a todos, já que se na OTA era só para alguns, em Alcochete será para muitos mais porque haverá mais coisas para fazer (pontes, estradas, metros, etc.). Mentalidade pequenina que apenas vê cifrões, betão, aço, vidro e... muito, mas mesmo muito dinheiro a receber para que as contas continuem recheadas, como se a CIP estivesse pobrezinha, coitadinha! Estes lobbys ainda não perceberam que o que este país precisa é de massa cinzenta, auto-estradas de opiniões críticas, pontes de raciocínios críticos e aeroportos de ideias inovadoras e criativas sobre como ser mais feliz nesta porcaria de país. Ainda não perceberam que o que é preciso será destruir betão

e não criar mais betão. Que é preciso ter um rumo autónomo e não imitativo de toda a porcaria que se faz por esse planeta fora! Que é preciso reciclar ideias e ambições, criticando todos os que, de forma suspeita, são pagos para dizerem o que quem paga quer ouvir. São precisos mais estudos, sim, mas estudos que comprovem o estado de mentecaptos a que muitos deles chegam quando do poder se abeiram. São precisos estudos que comprovem a contradição destes parasitas que, num dia, dizem que não entram mais funcionários públicos e, no dia a seguir, criam institutos, autoridades disto e daquilo, bem como criam a figura de assistentes pessoais para deputados, como forma de camuflar a limpeza que pretendem fazer, por um lado, e promover a entrada dos seus semelhantes, por outro. Infra-estruturas? Claro que são necessárias, mas as relativas à mente, à educação, saúde, bem-estar de todos e não apenas de alguns.

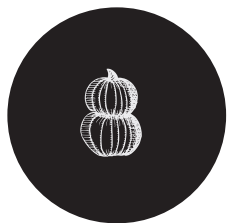
Quanto fausto em Fátima…

De novo não poderíamos deixar passar a efeméride da inauguração do novo santuário em Fátima que ocorreu a 13 de Outubro, ao que consta data de despedida da Senhora. Um santuário por 80 milhões de Euros quando o custo inicial previsto era de 40 milhões? Quer um valor quer outro revelam quanto as esmolinhas estão a dar para alguém enriquecer! Como é possível empregar tanto dinheiro num local que estará muito provavelmente quase sempre às moscas? Só é possível neste país, claro, onde a ignorância grassa e o sentido crítico há muito foi banido. Senão como aceitar pacificamente esta vergonha de se construir um palácio divino nas barbas de tanta gente que mal ganha para sustentar os filhos? Como aceitar dias e dias inteiros de divulgação da notícia como se de uma sorte divina se tratasse para este país? Como aceitar que meios de comunicação social dedicassem tanto tempo e dias à difusão deste evento como se fosse a coisa mais importante que tivesse acontecido neste país em 2007? Como aceitar que se gastem 80 milhões de euros em betão (o dobro do custo previsto), betão trabalhado pelos arquitectos mais bem pagos deste país? É que não foram arquitectos anónimos que projectaram o palácio, não senhor. Foram Álvaro Siza Vieira e outros cujos honorários são semelhantes. Será legítimo a Igreja empregar o dinheiro que tantos lhe dão desta forma? Em prol de quê e porquê? Para continuar a dominar as almas ignorantes que, neste país, ainda a temem e que, sob esse temor, vão largando o pouco que têm e que a Igreja utiliza ostensivamente na construção de património religioso em vez de ajudar tantos e tantos que desse dinheiro precisam?

É uma vergonha, em pleno século XXI, continuarmos a assistir impávidos e serenos a esta prepotência religiosa (que se sobrepõe ao poder político, civil e outros), a esta vaidade pomposa e fútil, para além de insultuosa e indigna. Até quando? Por mais dois milénios? Se permanecermos assim cordeirinhos não temos dúvidas que estará para durar!

… e tantas canonizações em Espanha!

No jornal "Correio da Manhã", de 29/10/2007, pode-se ler na última página, em lugar de destaque, a seguinte notícia enquadrada pela fotografia do cardeal:

«O cardeal José Saraiva Martins beatificou ontem, no Vaticano, em nome do Papa Bento XVI, 498 espanhóis

mortos em 1934 e entre 1936 e 1939, considerados pela Igreja “mártires do século XX”. Cerca de 40 mil espanhóis assistiram à cerimónia de beatificação, na Praça de São Pedro.»

Esta notícia, porque parca de palavras, merece ser comentada de forma a esclarecer os pobres de espírito que possam ser induzidos em erro, na medida em que não são ditos os princípios e as causas sobre o ‘martiricídio’ dos ditos canonizados.

Em relação a 1934, desconhecemos tanto os princípios como as causas que deram origem a beatificados pela Igreja Católica, Apostólica e Romana (ICAR) e desconfiamos que a data adiantada seja um jogo de diversão, a fim de diminuir o impacto de tal notícia para os que têm conhecimento do que se passou em 1936/1939.

No que diz respeito à data de 1936/1939, a notícia, sem fazer referência à Revolução Espanhola, é, no mínimo, tendenciosa. Em 1936 havia, em Espanha, um governo republicano/democrata livremente eleito pelo povo espanhol. Em Julho desse ano, a ICAR e o exército reaccionário chefiado por Franco sublevaram-se e deram origem à Guerra Civil e, com isso, provocaram todo um cortejo de crimes que a ICAR abençoou e que, agora, se quer ressarcir. Foi a ICAR, com os seus pés de barro que, de parceria com os militares fascistas, deram origem à carnificina que se abateu sobre o povo espanhol.

Não contentes de terem provocado todo o morticínio da Guerra Civil, ainda prolongaram a sua sanha após a ‘vitória’ do generalíssimo Franco, como a Igreja gosta de nomear o carniceiro de milhares de espanhóis durante e depois da Guerra Civil com o beneplácito beato da Igreja de Roma.

Não discutimos a validade ou não da beatificação surgida, mas dos 498 ‘mártires’, uma vez que os mortos, perseguidos e assassinados pelo duo Franco-Igreja Católica são muitíssimo mais. ‘Deus’ na sua sapientíssima justiça e sabedoria saberá julgar e castigar os verdadeiros criminosos. No entanto, sabemos, que ‘Deus’ é surdo e mudo para os males deste mundo e que não tem outra forma de se pronunciar senão através desses abutres/chacais (sem ofensa para os abutres e chacais) que registam só o que lhes interessa, embora se digam defensores da verdade.

A notícia que merece este nosso comentário é um insulto aos mil-

hares de espanhóis que pereceram nessa luta infame que a Igreja e os militares de Franco travaram contra a ordem legal instituída. Foi a ICAR, aliada dos reaccionários nazis-fascistas de Franco, que transformaram a Espanha num palco de guerra e morte. No entanto, da mesma forma que negam o massacre das Noites de São Bartolomeu e que tentam passar uma esponja pela assassina Inquisição, a ICAR, ao longo dos séculos, não se tem privado de estar sempre do lado do mais forte, armando a mão dos assassinos do povo, não se detendo, mesmo, no assassínio de príncipes e reis, de presidentes e ministros quando vê perigar a sua hegemonia.

Toda a História da ICAR é um corrupio de crimes de sangue e culturais que nem Gengis Khan, Átila, Estaline, Pinochet, Hitler, e todos os demais carniceiros ditadores, antigos e modernos, se podem equiparar. A História da ICAR, para quem quiser esclarecer-se, é um desfile tétrico, horripilante, de crimes que não se detêm ou detiveram perante nada que ofuscasse a sua melíflua linguagem. Lembramo-nos, com dor, de todos os mortos de Guernica que Picasso imortalizou num quadro seu, em que a povoação foi reduz-

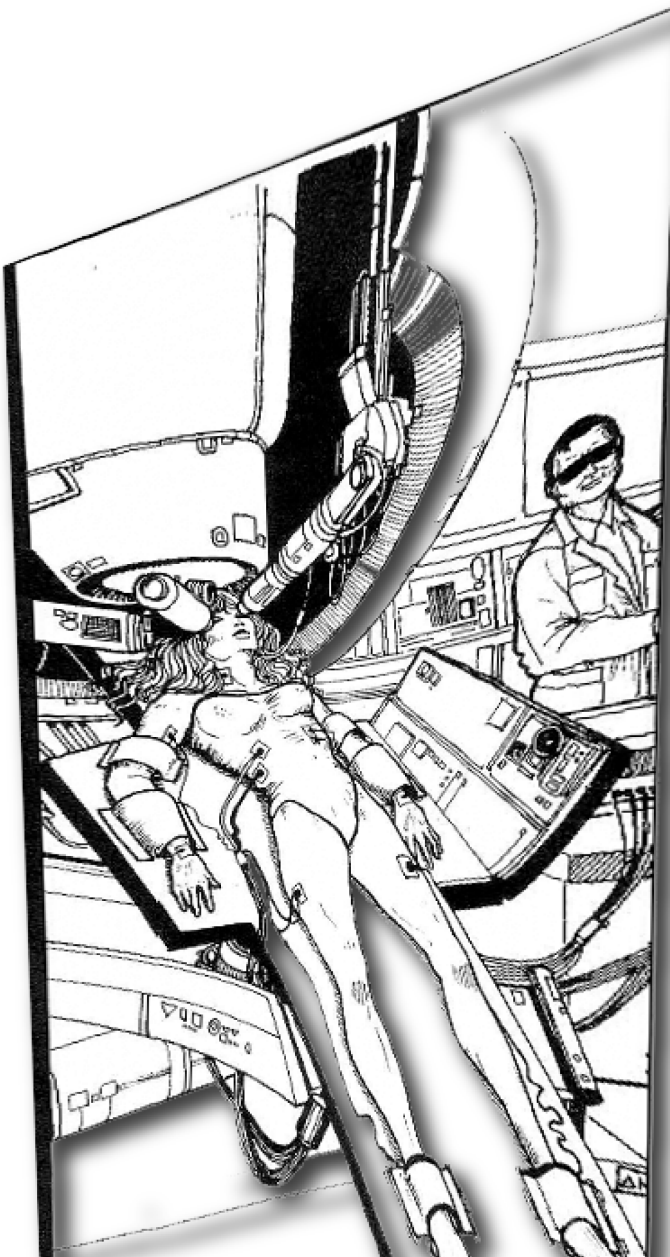
ida a escombros pela aviação de Franco. Estes mortos, que até nem estavam na frente de guerra, não merecem um monumento recordatório porque tal iria pôr a descoberto toda a sanha e desfaçatez da ICAR.

Portugal também é um bom exemplo daquilo que a ICAR é capaz. Ainda nos lembramos da descoberta dos subterrâneos que ligavam uma Abadia e um Mosteiro, na cidade de Coimbra e território limítrofe. Os subterrâneos, em princípio cavados por esforçados padres e freiras com o apoio de algum bispo, arcebispo ou cardeal, com a bênção papal, estavam repletos de cadáveres de seres que nunca viram a luz do dia. Montões de nascituros e algumas mães (noviças e freiras) que não se quiseram prestar ao silêncio sobre o que tinham silenciado.

Esta seita satânica católica, apostólica e romana, que usa o báculo, o turíbulo e a mitra para lhes dar uma dignidade que não possuem, são os piores vendilhões do templo que tanto acreditam em Deus como no Diabo para prosseguirem nos seus obscuros fins, desde que, com isso, obtenham pingues prebendas. Em todos os países em que assentaram arraiais, o seu nome está sempre ligado a crimes de sangue.

Sobre a existência desta cáfila de ladrões e vendilhões do templo, escudados na dita civilização cristã, é um acto de suprema ironia e de extrema violência tanto para os que acreditam e, ingenuamente, largam o seu óbulo ganho com o sangue, suor e lágrimas, na caixa das esmolas sem fundo que vai enriquecer essas sanguessugas travestidas de negro, como para os livres-pensadores e pagãos que somos muitos.

A Igreja tem conseguido ao longo dos dois mil anos em que se apossou, através da violência, escroqueria que adoptam para se manterem à tona nas águas estagnadas e putrefactas das sociedades que lhes dão guarida, cobertura e apoio, tudo para manter os povos na santa ignorância de Deus.

E, com este curto texto, damos por terminada

a abordagem aos supostos canonizados pela ICAR. Que Deus, na sua infinita misericórdia, tenha pena deles porque, vozes de burro não chegam ao céu... Amem.

O país às avessas

Abrem-se os jornais e fica-se com a sensação que o país está todo às avessas. Vejam-se dois exemplos recentes: as entrevistas do Procurador-Geral da República e do Inspector-Geral da Administração Interna. Qualquer delas é uma peça extraordinária para ser lida, não por dizerem novidades, pelo menos para qualquer cidadão atento, mas pelo seu conteúdo vir a público com a maior desfaçatez e sem qualquer repercussão, consequência ou desmentido.
Na primeira entrevista, o PGR, uma das principais figuras do Estado (como não percebemos nada do chamado protocolo não sabemos bem qual é o seu lugar no ranking, mas deve ser cá para cima de certeza), informa os leitores que isto de escutas telefónicas é o que se quer. Bandalheira absoluta. Escuta quem quer. Escuta-se quem se quer. Não há rei nem roque. E a bandalheira é tanta que, se calhar, diz o senhor, até o meu telefone também está sob escuta. Então por que é que não haveria de estar, perguntamos nós? Então se escuta quem quer e se se escuta quem se quer, por que carga de água é que o telefone do PGR também não pode ser escutado? Que raio de democracia seria esta se o telefone do PGR ficasse fora do controlo do Estado? Mas, não deixa de ser curioso constatar que a grande preocupação do PGR não é toda a gente poder escutar toda a gente sem qualquer controlo. A sua maior preocupação é o seu telefone também poder ser escutado. Será que o homem tem segredos?
A segunda entrevista é dada pelo super-polícia português, o polícia de todos os polícias. E que vem ele dizer ao cidadão? Que isto de forças policiais em Portugal é tudo uma *coboiada*. Arrogância, prepotência, dedo fácil no gatilho, muita influência dos filmes e séries vindas dos States. Em suma, se quiséssemos fazer humor com estas declarações, escreveríamos que qualquer anarquista que se preze não diria melhor. Então, mas afinal o homem é anarquista ou é um super-polícia? Ou será que são ambos anarquistas infiltrados na máquina do Estado para denunciarem os seus podres?
Só que isto é um assunto demasiado sério para se fazer humor. É a vida de uma qualquer pessoa que está nas mãos de centenas de delinquentes com licença para matar por dá cá aquela palha e que se safam sempre impunemente.
Estas entrevistas reflectem bem ao ponto a que chegou a máquina repressiva e controladora do Estado e as contradições existentes entre quem detém o poder, ou julga que detém. A paranóia securitária e a arrogância totalitária são de um nível tal que o controlo se tornou descontrolado. Duas das principais figuras do Estado vêm assumir, perante a chamada “opinião pública”, que o controlo se descontrolou e que já ninguém consegue controlar o controlo. É o “big brother” no seu melhor, autónomo e independente de qualquer decisão ou opinião pessoal.

CONTROLO

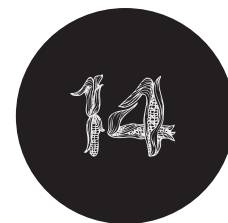
revolução e liberdade

houve um tempo em que se acreditou de verdade em revolução. e neste ano a revolução russa completa 90 anos. as pessoas daquele tempo acreditaram tanto que a derrubada do czar não levaria à restauração liberal que, em pouco tempo, repararam como a ditadura do proletariado era mesmo somente mais uma ditadura.

era tarde. foi tarde. os bolchevistas dominaram a revolução, prenderam, mataram, julgaram, escolarizaram, obrigaram ao trabalho, internaram de maneira similar aos burgueses e praticaram uma reforma na economia cujo modelo foi o capitalismo de estado alemão. para fazer uma reforma não é necessário usar da revolução! para fazer uma revolução é preciso abolir o estado em nossas relações diárias. abolir a autoridade centralizada. abolir o absoluto. e não se abole o estado por decreto, efeito de um governo, exigência de terror de estado. a revolução russa foi tomada pela vanguarda terrorista, pelos totalitários bolchevistas. foi a primeira revolução que levou o nome de socialista. da passagem do socialismo para o comunismo. depois vieram outras na china, coréia, cuba, albânia e um tanto a mais na europa, nem sempre nesta ordem mas em nome desta ORDEM. a revolução dos bolchevistas matou muitos anarquistas, tentou arrasar a revolução espanhola, matou um tantão de gente na 2ª. guerra mundial, ao mesmo tempo em que seus campos de concentração e de extermínio não paravam de crescer, torturando, escravizando e vampirizando crianças, adultos e velhos adversários como inimigos da revolução deles. meteu medo no capitalismo e na democracia. nos estados unidos e na europa. nas américas e áfrica. soçobrou como qualquer ditadura, como mais um estado policial. sua caricatura, hoje em dia, faz sombras aqui ou ali, como reforma estatista declarada, para assujeitados cidadãos embolorados, liderados por demagogos fanfarrões como chavez, morales, fidel e etcs, encenadores de um melancólico espetáculo de ode ao socialismo autoritário. mas o libertarismo permanece vivo, atuando na morte da sociedade, na invenção de outras maneiras livres de existir. a potência da liberdade vive a cada dia, em cada associação anarquista, em cada fluxo libertário que atravessa as existências. os revolucionários de outrora decretaram a morte dos anarquismos. outra besteira autoritária. eles se tornaram democratas da ocasião. oportunistas! é preciso olhar e ouvir as insurreições libertárias. nem sempre elas são espetaculares, ativistas, reativas.
diante de tanta demo-cracia, que tal uma demo-acracia?

edson passetti

Presentemente, enquanto ser social e biológico que vive vicissitudes específicas na sua trajectória histórica, vejo-me constrangido a pensar, sentir e agir numa dupla dimensão existencial. Uma que emana da minha vida quotidiana concreta e adquire plasticidade biológica e social em termos intrapessoais, interpessoais, intragrupais e intergrupais. Uma outra que é abstracta e complexa e que decorre de contingências de um mundo cada vez mais globalizado e que se inscreve em relações intra-organizacionais, inter-organizacionais, intra-societais e inter-societais. Em qualquer das duas dimensões existenciais, sou sempre um sistema aberto que importa e exporta energia, informação e conhecimento através dos meus cinco sentidos: visão, audição, olfacto, tacto e sabor.

José Maria Carvalho Ferreira

Evitando, ou tentando, não ser uma réplica mecânica de modelos, autores ou paradigmas científicos mais representativos das sociedades contemporâneas, vou tentar esboçar um ensaio explicativo e compreensivo do que entendo pela palavra ou o conceito controlo.

A singularidade da causalidade e dos efeitos da variável explicativa do referido conceito ou palavra incide, assim, exclusivamente, nas minhas capacidades/ possibilidades/probabilidades cognitivas e emocionais. Deste pressuposto resulta que tanto posso ser ou não ser ignorante. Que posso enveredar pela especulação ou não. Que posso errar ou não errar em relação aos meus pressupostos analíticos. Desse modo, na actualidade, todo o meu discurso narrativo se traduz numa probabilidade/ possibilidade de autodesconstruir-me e autoconstruir-me como ser biológico e como ser social em relação à diversidade de signos e significados que o conceito ou a palavra controlo encerra. Este texto insere-se na consecução de um processo de aprendizagem que implica continuidade, mas também descontinuidade na minha evolução biológica e social.

A metodologia seguida é enformada pela tentativa de desenvolver uma auto-explicação e uma auto-compreensão do conceito ou da palavra controlo. Através de mim começa na indução e na experiência e acaba na dedução e na análise. Para os devidos efeitos, vou dividir este esboço de ensaio em duas partes distintas. Todavia, como sou uma realidade biológica e social sistémica, qualquer órgão do meu corpo ou acção individual ou colectiva em que participe são, intrinsecamente, interdependentes e complementares.

Assim, em primeiro lugar, como ser biológico, vou tentar entender como é que importo e exporto água e oxigénio que se traduzem em pulsões de vida ou em pulsões de morte quando me relaciono com espécies animais e vegetais que são fulcrais para a sustentabilidade da minha vida quotidiana. Este nível de análise permite-me entender a dimensão microbiológica que incide na territorialidade concreta da minha existência. Qual a energia, a informação e o conhecimento que decorre da minha relação de interdependência e de complementaridade com as espécies animais e vegetais que se traduzem na produção e consumo de água e oxigénio. Por outro lado, tentarei entender e compreender a dimensão microssociológica das minhas relações intrapessoais e interpessoais que são sentidas e pensadas exclusivamente por mim, mas que também assumem uma plasticidade social no seio de qualquer grupo ou organização. Os processos de socialização e de sociabilidade que emergem dessas realidades estão directamente reportados a fenómenos de controlo sensorial decorrentes da visão, audição, sabor, olfacto e tacto.

Em segundo lugar, procurarei articular a minha realidade de ser biológico e ser social concreto com a minha realidade de ser biológico e ser social abstracto e complexo de tipo sistémico. Nesta dimensão, a minha realidade quotidiana tem sido objecto de uma transformação radical, na medida em que as distâncias temporais e espaciais entre territórios locais, regionais, nacionais e continentais quase coincidem na sua totalidade. A acção individual e colectiva, expressa em processos de controlo das relações sociais ao nível interpessoal, intragrupal, intergrupal, intra-organizacional, inter-organizacional, intra-societal e inter-societal, aumenta exponencialmente

1. O ser biológico e o ser social nas realidades concretas dos territórios habitados pela espécie humana

Quando discernimos sobre o conceito ou a palavra denominada controlo, na generalidade dos casos, utilizamo-lo como algo que tem a sua origem na aprendizagem social ou processo de aculturação que integra as nossas vidas desde que nascemos até à nossa morte. A língua assume um papel relevante no processo de evolução e racionalização do referido conceito. No contexto da minha vida quotidiana actual, é sintomático que eu poderia e posso socorrer-me do léxico ideológico que me foi legado pela aprendizagem e aculturação dos modelos e autores mais emblemáticos que integram a diversidade de anarquismos que interpretam, explicam e vivem a anarquia.

Em qualquer dos modelos em que me situe, quer na minha vivência intrapessoal, quer interpessoal, grupal ou organizacional, o conceito ou palavra controlo está sempre associada negativamente, na sua origem ou perversões, às estruturas e ao processo de legitimação que socializam e, portanto, normalizam e controlam as minhas funções metabólicas em relação à água e ao oxigénio que dá sustentabilidade às células e órgãos que integram o meu corpo.

Deste modo, a primeira relação interna e externa dos meus órgãos sensoriais com os elementos água e oxigénio leva-me, hoje, a questionar-me. Que controlo tenho eu sobre a água e o oxigénio que consubstanciam a minha essência biológica quando como um pedaço de pão e bebo um copo de água? Como utilizo a água com que faço a alimentação e lavo a louça? Como lavo o meu corpo e lavo a roupa que visto? Como utilizo e lavo o automóvel que me serve de meio de transporte? Enfim, qual a quantidade e a qualidade da água que é utilizada

em energia hidroeléctrica que me serve numa pluralidade de consumos domésticos?

Se pensar que a água e o oxigénio existem em todas as espécies e animais que estão vivas, qual o controlo e a relação que temos em relação a qualquer árvore que habita o território onde vivo? Como acedo a comer uma pêra ou um cacho de uvas? Que relação ou controlo tive com a pereira ou a vinha que está na origem dessa pêra ou desse cacho de uvas transformado num copo de vinho? Quando como um peixe, um coelho ou um frango, qual o meu controlo em relação ao oxigénio e à água em forma de energia que integrei no meu corpo?

Até ao presente da minha trajectória biológica e social, sempre arranjava uma desculpa judaico-cristã no léxico dos modelos anarquistas, com os quais aprendi que todas essas perversões do controlo do homo urbanus ou do homo ruralis tinham a sua origem no Estado, no capitalismo ou em Deus. Este tipo de controlo sinto que atravessa, cada vez mais os meus neurónios, a minha mente, a minha psique, o meu corpo, sobretudo se os meus órgãos sensoriais se adaptarem ao modelo padrão de objecto de consumo intenso e extenso que são a cada segundo, minuto, hora e dia provenientes da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias resultantes das contingências da globalização e das tecnologias de informação e de comunicação (TIC).

Este controlo analítico-simbólico e energético que é cada vez mais abstracto e complexo é visível no consumo de uma panóplia de mercadorias nas grandes catedrais do consumo, nos transportes, na praça pública, em qualquer família, em qualquer café, mas também, na panóplia de mercadorias

que integram o meu vestuário, higiene e alimentação na casa em que habito. Digamos que é um controlo biológico e social, abstracto e complexo que atravessa o meio rural/urbano onde vivo actualmente. Digamos que têm a sua proveniência na acção das grandes transnacionais, mas que é também subjacente à acção produtiva de milhares de milhões de pequenas e médias empresas que pululam nos vários continentes. É evidente que existe muita energia, muita água e oxigénio nessa panóplia imensa de produção e consumo de mercadorias, mas a sua grande maioria integra informação, conhecimento e energia humana. O controlo reside nesta interdependência e complementaridade sistemáticas da espécie humana que se adapta e reage de modo acrítico e esclavagista ao modelo padrão de produzir, distribuir, trocar e consumir objectos. Só que, nestas circunstâncias, o que se pode vender e trocar com maior proficiência é a mente e a psique, em detrimento da energia que o nosso corpo contém. Nestas circunstâncias, o controlo é, em qualquer espaço-tempo da minha vida quotidiana, um fenómeno fundamentalmente civilizacional e, logicamente, analítico-simbólico.

No meu entendimento, o controlo na actualidade obedece a uma lógica identitária entre o que controla e o que é controlado no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Hoje, no meio rural/urbano onde habito, não basta socorrer-me da esquadra de polícia ou do tribunal do município, na medida em que o controlo está nos interstícios das relações interpessoais que existem entre vizinhos através da aprendizagem e consumo dos conteúdos e formas dos estímulos transmitidos pelos mídia, pela internet, as linguagens web, a biotecnologia, a informática, a robótica, microelectrónica, as nanotecnologias, neurociência, inteligência artificial etc., que já fazem

parte do consumo quotidiano da população mais jovem. Parece paradoxal, mas não é. A terra onde nasci, que outrora estava submersa, em grande parte pelo estrume que servia para a produção de consumo doméstico de cereais, frutas, hortaliça, madeira e vinho, está, hoje, em grande parte submersa por cimento, ferro, vidro e alcatrão, razão pela qual a relação dos habitantes da minha aldeia não seja feita com base na sustentabilidade das espécies vegetais e animais que integram o seu território, mas seja orientada para a especulação imobiliária e financeira e a compra de mercadorias nas grandes superfícies comerciais mais próximas.

Partindo dos pressupostos que já expus, verifico que em termos intrapessoais, muitos dos fenómenos perversos do controlo, que é exercido actualmente pelas forças hegemónicas das transnacionais das TIC e pela globalização, são o resultado da minha omissão e incapacidade manifesta em recusar ou não encontrar alternativas para me transformar num sujeito singular de causalidades e efeitos, traduzidos em formas de vida de auto-experiências, de auto-governo e auto-controlo relativamente à minha condição de ser biológico em pulsões de vida e não em pulsões de morte, o que implica ser eu o sustentáculo da minha identidade com a água e o oxigénio que necessito para comer, beber, dormir ou até para me masturbar. Isto implica uma outra relação com todas as espécies animais e vegetais, em termos do controlo intrapessoal normativo que exerço sobre as mesmas, já que nestas circunstâncias eu sou exclusivamente fautor de pulsões de morte e não de pulsões de vida. Ou seja, assim como não devo destruir uma árvore, também não devo matar qualquer tipo de trajectória biológica expressa em vida pelas espécies animais e vegetais, não utilizando para o efeito pesticidas e herbicidas e inclusive não as exploran-

do a trabalhar e nem as matando como forma de arranjar trabalho, salário e alimentação. Quando estão vivas em liberdade e criatividade, elas são também água e oxigénio, para não falar do conhecimento e da informação inerentes às linguagens de cada espécie.

Quando me entendo como ser social, estou em relação social com o outro ou a outra, com os outros ou as outras. Este tipo de relações é passível de se verificar na família, outros grupos ou organizações de pequena dimensão. Sei que sou ser social que pela via da aprendizagem social em que integrei a minha trajectória biológica e social foi modelada pelos mecanismos institucionais e estruturais de controlo que o Estado, o mercado e os deuses têm desenvolvido ao longo da história. A pergunta que faço a mim mesmo, é se posso continuar a reivindicar a extinção ou mudança dessas perversões societais, religiosas e estatais ou se, aqui e agora, devo encontrar alternativas interpessoais, intragrupais e intergrupais que subvertam ou resistam ao controlo generalizado dessas instituições que afectam sobremaneira a minha vida quotidiana. Por outro lado, subjaz em mim um imperativo que me orienta no sentido de um auto-controlo e de um auto-governo que procura comunicar e entender-se com indivíduos livres e soberanos, no sentido da construção de uma identidade colectiva que subverta e resista ao actual controlo absolutista do Estado e do capitalismo globalizado através da acção das novas tecnologias. Para mim, isso implica excluir e não necessitar da informação, do conhecimento e da energia que se traduz sempre na compra e venda do meu cérebro e do meu corpo, como o faço actualmente no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Implica desconstruir-me e construir-me como sujeito de auto-controlo das minhas pulsões de vida em detrimento das minhas pulsões de morte quando estou em qualquer espaço-tempo, onde emergem relações interpessoais, intragrupais e intergrupais.

2. O ser biológico e o ser social no contexto do controlo exercido pelas novas tecnologias e a globalização

Pelas tendências que observo ao nível local, regional, nacional e mundial, o conceito ou palavra controlo complexifica-se sobremaneira e torna-se quase uma metáfora evasiva, sem sentido analítico no contexto do controlo exercido pelas novas tecnologias e pela globalização. Em primeiro lugar, porque o controlo é exercido fundamentalmente pela capacidade/possibilidade/probabilidade que cada actor ou actores têm em descodificar e codificar a informação, conhecimento e energia directamente reportados à produção, distribuição, troca e consumo de um mercadoria específica que denomino controlo.

No meu caso pessoal, a minha capacidade/possibilidade/probabilidade cognitiva e emocional é extremamente reduzida devido à natureza abstracta e complexa dos estímulos que existem, potencialmente, em mais de 6 mil milhões de seres sociais que habitam o planeta Terra. Destes, uma grande maioria vive em situação de miséria, de desemprego, de morte provocada pelas catástrofes naturais e pelo capitalismo globalizado, restando-lhe exclusivamente o caminho do desvio, do crime e servir sobretudo de carne de canhão para as guerras de controlo e de domínio dos territórios à escala mundial. O drama é que a grande maioria dessa

população não consegue sequer adaptar-se ou reagir como mercadoria/objecto de venda e de compra que integram informação, conhecimento e energia analítico-simbólica. Não conseguem, nem podem de forma atempada e adequada, descodificar e codificar as linguagens das novas tecnologias e da globalização que atravessam os seus órgãos sensoriais. Não sendo, nem podendo, tornar-se objecto de controlo eficaz pela via normativa da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias inerente ao processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas no contexto dos 30 gloriosos anos do capitalismo (1945-1975), vegetam e sobrevivem consumindo os restos dos “caixotes do lixo” que as grandes metrópoles urbanas fomentam.

Como consequência, assistimos à guerra civil inter-individual à escala mundial expressa em duas tendências fundamentais. Uma que resulta de actores que têm competências e qualificações cognitivas e emocionais e conseguem vender-se de forma adequada e atempada, reagindo e adaptando-se aos estímulos provenientes das grandes transnacionais do capitalismo globalizado. Todavia, não são mais do que réplicas mecânicas positivas do capitalismo globalizado pelas novas tecnologias. São os fautores da ordem social vigente. Exigem mais controlo sobre os desviantes que enveredam pelo crime e violência. Exigem mais prisões, mais polícias, mais segurança privada.

O medo e os fantasmas da morte pela via do simulacro de vida quotidiana que levam. O medo de serem mortos por um desviante é enorme, daí que tenham criado as suas próprias prisões nos condomínios ou casas blindadas onde habitam. Esta exigência de controlo pela parte do Estado, que tende a tornar-se mundial, e das novas tecnologias é também resultante de um denominador comum: ignorância e medo de estímulos de um tipo de informação, conhecimento e energia proveniente de um imenso exército de esfomeados ignorantes que integram a acção colectiva dos integrismos religiosos.

Todavia, o controlo de um Estado mundial, em consonância com o capitalismo globalizado pelas novas tecnologias, também actua sobre aqueles que julgam ou pensam que controlam de forma eficiente os seres sociais que vegetam, actualmente, como esfo-

meados e ignorantes. De facto, os denominados privilegiados ou dominantes no mundo em que vivemos, mesmo que possuam uma qualquer função hierárquica superior, que possam usufruir de altos salários, que usufruam de um grande estatuto social, político, religioso ou cultural, hoje, tudo isso pode tornar-se, de um momento para outro, uma realidade efémera. Estes também podem ter poucas capacidades/possibilidades/probabilidades cognitivas e emocionais, não tendo para o efeito a capacidade de tomar decisões ou liderar processos sociais de forma atempada e adequada, porque não têm a informação, o conhecimento e a energia para o efeito. Vira-se o feitiço contra o feiticeiro. As características abstractas e complexas de um capitalismo globalizado e sem rosto transformam todos os indivíduos em objecto de competição e de concorrência sistemática e profunda. É um outro tipo de guerra inter-individual que escapa a qualquer padrão ou prescrição normativa, onde a lei do mais forte tem que emergir em cada segundo, minuto, hora ou dia no local de trabalho ou fora dele. Este controlo abstracto e complexo emerge de forma difusa e permanente através de fluxos de informação, conhecimento e energia, de forma informal e espontânea, subvertendo, indelevelmente, qualquer norma ou regra com carácter prescritivo.

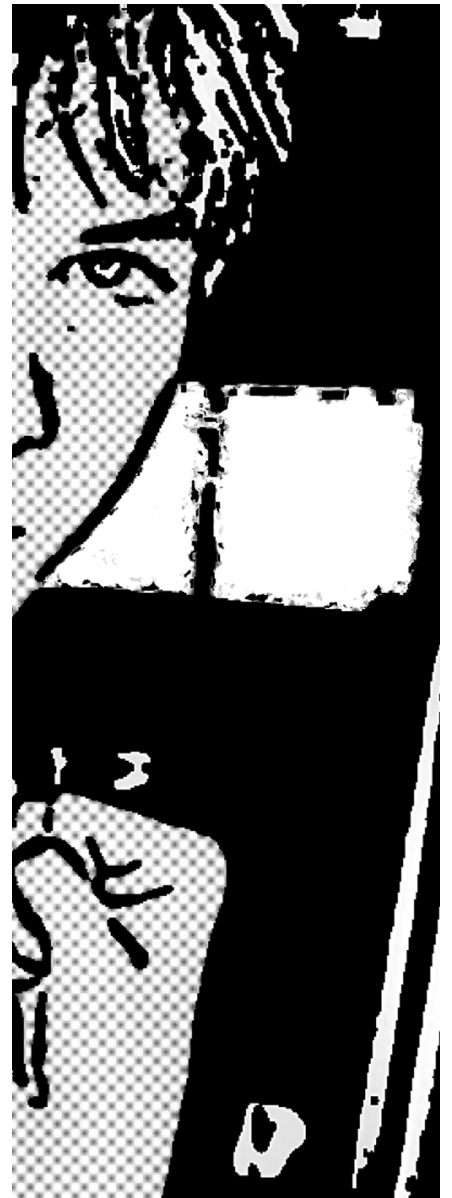
A coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real potencia enormemente as potencialidades do capitalismo globalizado através das novas tecnologias. Assim sendo, os conteúdos e as formas de controlo incidem de forma atempada e adequada no espaço-tempo da vida quotidiana de qualquer indivíduo à escala local, regional, nacional e continental. Tendo presente a actualidade do tipo de controlo que tendencialmente cerceia as nossas vidas, no meu entendimento, pressinto que o conceito ou palavra controlo, hoje, não tem valor heurístico como variável explicativa do controlo que é exercido sobre mim.

O controlo de que, habitualmente, falamos ou escrevemos existe somente como modalidade prescritiva de um passado que já não existe. Evidentemente que, como conceito ou palavra, funciona e é, por essa razão, objecto de culto ideológico ou criticado pela grande maioria dos seres sociais e biológicos que habitam o planeta Terra. Só que não funciona, não evita as perversões nem erradica os conflitos que são desenvolvidos pela guerra civil inter-individual e inter-colectiva que persiste no planeta Terra. Não funciona como conceito, inclusive como modalidade científica, na medida que os milhares de milhões de reflexões e de análises continuam a não prevenir ou a controlar os milhares de milhões de fenómenos desviantes que emergem no sistema societal global e, manifestamente, todos os tipos de controlo são ineficientes, mesmo aqueles que, através da vídeo-vigilância, são, cada vez mais, intensos e extensos no espaço-tempo do território do planeta Terra.

Medo e angústia: sintomas emocionais de uma sociedade de controle

João da Mata*

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) dedicou parte de sua obra a descrever como a sociedade constituiu-se a partir do século XVIII por meio de uma série de dispositivos que ele classificou como disciplinares. Foucault vem a delinear este conceito a partir das características fundamentais de como se deu a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo especifico que deles exige. Para o autor, estabelece-se uma sujeição do individuo ao tempo e ao espaço, com o objetivo de produzir, com o máximo de rapidez e eficácia, uma ação sobre o corpo de cada pessoa, do qual se espera o máximo de energias econômicas para que reste, a partir daí, um mínimo de energias políticas.

A vigilância também se expressa como um dos seus instrumentos de controle, de maneira contínua, perpétua e permanente. A sociedade disciplinar, segundo Foucault, visa, portanto, um assujeitamento dos indivíduos e o faz por meio de uma contínua diminuição de sua capacidade de luta, de resistência, de insurreição contra as ordens de

poder, produzindo seres dóceis politicamente. A “docelização”

dos corpos é a aceitação da proibição e da repressão, produzidas não

mais por meio da violência física, mas por mecanismos disciplinares presentes na família, na escola e em outras instituições que possam controlar desejos e atitudes socialmente inconvenientes. Para isso, realiza-se um controle minucioso do corpo: gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos passam a ser sutilmente condicionados no padrão da boa conduta.

Pouco antes de sua morte, o também filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) vem dar uma nova luz e continuidade ao pensamento de Foucault sobre os mecanismos de poder na atualidade. Num artigo intitulado “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, o filósofo indica alguns aspectos que irão distinguir uma sociedade disciplinar de uma sociedade de controle. A chamada sociedade de controle é um passo à frente da sociedade disciplinar. Não que esta tenha deixado de existir, mas foi expandida para o campo social de produção. Se as sociedades disciplinares podem ser situadas num período

que vai do século XVIII até à Segunda Grande Guerra, o período situado a partir da segunda metade do século XX estaria marcado por seu declínio e pela respectiva ascensão de uma sociedade de controle. Para Deleuze, esta passagem seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo, no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. O que haveria aqui, segundo Deleuze, seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social. Podemos então afirmar que a sociedade de controle redimensiona e amplifica os pilares constituintes da sociedade disciplinar.

Estas contribuições no campo da filosofia contemporânea vêm confirmar o que um dissidente da psicanálise freudiana anunciara no início do século XX no âmbito da Psicologia. Wilhelm Reich (1897-1957), discípulo de Sigmund Freud, que mais tarde tornou-se um dos seus mais ferozes críticos, mostrou a neurose como fenômeno que atinge

indivíduo e sociedade e afirmou que o seu locus não é a mente, mas todo o corpo e o conseqüente desequilíbrio de sua energia vital. Este foi um passo fundamental para explicar como a neurose é fruto das relações sociais e dos conflitos de poder que surgem em todos os níveis do convívio humano e como a terapia necessita de um veículo corporal. Reich procurou refletir sobre esta relação - indivíduo e sociedade -e perceber que o surgimento da neurose se dá através das relações de poder que são travadas no cotidiano das pessoas. Portanto, para Reich os mecanismos ideológicos que se estabelecem numa determinada sociedade são determinantes sobre o comportamento dos indivíduos. Neste sentido, para a psicologia reichiana não basta apenas tratar os sintomas, mas sim combater as causas sociais e políticas que estão por trás e que são, em última análise, os verdadeiros responsáveis pelos desequilíbrios emocionais das pessoas. O que lhe interessava era analizar a implicação sobre a sujetividade das práticas de poder disseminadas na malha social. Caso contrário, a Psicologia serviria apenas como paliativo para que as sociedades autoritárias – sejam elas ditas disciplinares ou de controle - continuem a produzir seus efeitos sobre os indivíduos sem que estas estruturas de poder sejam transformadas. A Psicologia, nestes termos, torna-se meramente um agente ao serviço do poder, responsável por adaptar as pessoas à sociedade tal qual ela é e funciona.

Wilhelm Reich forneceu outra importante contribuição ao apontar como a neurose no corpo das pessoas se estrutura e se mantém.

Na mesma época em que pesquisava o envolvimento social e político na produção da neurose, Reich saiu de trás do divã e começou a se preocupar com tom de voz, postura, respiração e uma série de indicações corporais que observava no ato terapêutico. A atitude de Reich representou o primeiro passo para a idéia de que o corpo é o principal veículo da ação na terapia. Estava levantada a questão de como era possível perceber, do ponto de vista corporal, as ações envolvidas na relação do indivíduo com seu meio social. Reich descobriu existir no corpo da pessoa quando está vivendo um conflito emocional, uma distribuição defeituosa e imprópria da bioenergia - também chamada de orgone -, especialmente em sua massa muscular. Esta má distribuição da energia vital no corpo das pessoas é sempre causada de fora para dentro, do social para o pessoal. Ela serve de escudo contra as agressões e ameaças externas à vida emocional e os impulsos próprios que não poderão ser atendidos.

Esta conclusão o levou a elaborar o conceito de couraça muscular do caráter, geralmente caracterizada por uma

constante tensão da musculatura, mas que também pode apresentar-se como flacidez permanente. Seja como for, passa a consumir a reserva energética da pessoa. Além disso, passa a ser a causa dos sintomas neuróticos como as fobias, a angústia, a ansiedade, a depressão, as incompetências e impotências criativas, sexuais e afetivas. À medida que as agressões se tornam repetidas, cronicamente ativas e automáticas, as defesas emocionais evoluem para traços ou couraça caracteriológica, que será expressa no corpo sob a forma de rigidez corporal e tem como correspondência emocional um indivíduo passivo, amendrontado e repetitivo. A couraça neuro-muscular é, assim, a expressão física do poder autoritário no corpo das pessoas.

Sociedade do medo

Um dos reflexos que podemos encontrar na atual conjuntura das ideologias dominantes no mundo em que vivemos é o regime do medo. Ele atravessa vários níveis, estabelece diferentes reações e produz distintos efeitos. Age de forma eficiente, causando a paralisia e o acovardamento, efeitos que interessam ao poder instituído. Sua expressão está cada vez mais presente e dele se vale boa parte da media sensacionalista que, operando de maneira paradoxal, estimula o medo à medida que divulga as ameaças existentes.
Outra característica desta sociabilidade reside ao mesmo tempo num caráter explícito que estas ameaças aparecem, conjugado a sutis formas de manifestações, de pequenas ameaças, que vão produzindo níveis subjetivos de medo até transformarem-se em temor e pânico. Muitas vezes não se trata de uma ameaça explícita, mas ao contrário, de uma suposta necessidade de segurança e a busca por mais controle social que leva consequentemente a mais segurança.

Numa análise psicológica, adotando uma perspectiva reichiana, as conseqüências desta sociabilidade mergulhada no medo e na angústia, tendem a produzir um aumento das tensões corporais e seus reflexos emocionais. A relação corpo-emoção presente na obra de Reich como já mostrámos, propõe uma forte correspondência entre nossas emoções e as posturas corporais e vice-versa. Desta forma, uma pessoa submetida a situações de medo e ameaça vai incorporando uma postura corporal de retraimento. Enquanto correspondência emocional, sua atitude tende a ser de recolhimento, covardia e sujeição aos fatores supostamente ameaçadores. O interessante é também notar que estes medos logo transformarão em fantasias, o que amplia e evolui o retraimento, num perigoso ciclo vicioso onde o medo do catastrófico ganha uma dimensão quase real. A armadura corporal criada a partir daí, cria pessoas apáticas que retro-alimentam seus medos e impotências.
Podemos distinguir do ponto de vista psicológico a existência de dois tipos de medos. O primeiro podemos aqui chamar de medo real ou biológico, aquele responsável por nossa sobrevivência, uma vez que necessitamos dele para nos proteger de uma situação real e ameaçadora à nossa sobrevivência biológica enquanto seres vivos. O instinto de sobrevivência nos permite perceber quando algo está pondo nossa garantia de vida em jogo, nos alertando com o medo para que possamos tomar uma atitude. Este “sinal vermelho” é fundamental e imprescindível para

a espécie humana, não podendo qualquer indivíduo se afastar dele. O segundo é um tipo de medo de ordem política, do qual estamos a falar. Nesta situação, o medo é produzido desde o início de nossa infância e caracteriza-se por seu aspecto fantasioso e catastrófico, exatamente como mostrámos anteriormente e geralmente associado a um mecanismo político de controle e repressão. É o chamado medo do medo, aquele que antecipa qualquer ação antes mesmo da pessoa tentar executá-la. É sobre este tipo de medo que a sociedade está cada vez mais amparada, tornando a própria existência humana mergulhada numa série de temores para além da realidade.

Há alguns anos, a CID-10 ou Classificação Internacional de Doenças, publicada pela Organização Mundial de Saúde, assim como o DSM IV ou Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, revisto pela American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria), incluíram em seus periódicos a Síndrome do Pânico como uma nova forma de transtorno emocional. Sinal dos tempos, o medo passou a ser também classificado como uma doença grave. Este distúrbio é diferente de outros tipos de ansiedade, caracterizando-se por crises súbitas de pânico, que frequentemente são incapacitantes. Depois de ter uma crise de pânico a pessoa pode desenvolver medos irracionais, as chamados fobias. Gradativamente o nível de ansiedade e o medo de uma nova crise podem atingir proporções tais, que a pessoa com o transtorno do pânico pode se tornar incapaz de dirigir ou mesmo pôr o pé fora de casa. Neste estágio, diz-se que a pessoa tem transtorno do pânico com agorafobia. Desta forma, o distúrbio do pânico pode ter um impacto tão grande na vida cotidiana de uma pessoa como outras doenças mais graves.

Risco é sinônimo de liberdade. O máximo de segurança é a escravidão.

O estudo crítico da sociedade e seus impactos sobre a subjetividade das pessoas é um dos principais objetivos que buscamos trabalhar na Soma, uma terapia anarquista. O que nos interessa é a política do cotidiano, os conflitos de poder presentes no dia-a-dia e suas implicações no comportamento humano. Neste sentido, o anarquismo nos oferece ricas possibilidades para perceber tais conflitos e saídas possíveis de construção de sociabilidades horizontais, longe da qualquer propaganda ou propagação dos controles sociais. Assim, ao mesmo tempo em que a anarquia torna-se uma nova forma de fazer política, também se traduz num jeito de estar no mundo, num “estado de espírito”. A presença do anarquismo na Soma é o que mais nos diferencia das demais terapias reichianas, pois buscamos as causas sociais e políticas do conflito neurótico. Fazer política, para nós, significa então, trabalhar sobre tais conflitos de poder presentes na sociedade e encontrar saídas práticas contra o autoritarismo e o hierarquismo.

A Soma é uma técnica que associa a pedagogia libertária à prática terapêutica. Propõe-se ser pedagógica à medida que busca levar seus participantes a uma reflexão sobre suas vidas e seu papel social, assim como a descobertas de suas características mais singulares. Sua função terapêutica é objetivada e atingida em decorrência da própria ação pedagógica e das perspectivas que se abrem em função disso. A terapia é praticada em grupos com média de 10 a 15 pessoas e tem um tempo de duração estimado

em um ano. São realizadas quatro sessões de terapia por mês, com duração de três horas cada uma, sendo a metade inicial de uma sessão dedicada à prática de exercícios corporais, geralmente não-verbais e de origem bioenergética, com funções diagnósticas e terapêuticas. Ao final, realiza-se a leitura do exercício, desta vez utilizando a palavra, na qual se busca identificar os elementos causadores de bloqueios à espontaneidade, à criatividade ou à liberdade de realizá-los de forma mais ampla. Ao fechar a sessão, o terapeuta busca sintetizar o material terapêutico trazido pelo grupo e sua relação com a visão libertária da Soma. Esta metodologia nos possibilita estabelecer uma relação direta entre o que está sendo pesquisado no ato terapêutico e as correntes ideológicas em vigor na sociedade, pois inevitavelmente elas surgem no comportamento dos participantes dos grupos.

Existem mais de quarenta exercícios corporais na Soma que procuram cada um, em sua especificidade, trabalhar temas ligados ao cotidiano das pessoas. Estes exercícios/vivências despertam questões e trazem à tona sensações que serão logo em seguida analisadas verbalmente nas leituras como falámos. No entanto, todos têm em comum a capacidade diagnóstica e terapêutica. Ou seja, à medida que a pessoa identifica seus bloqueios, imediatamente surgem possibilidades de transformá-los. É assim que acontece com um dos sintomas mais comuns em terapia: o medo. Ele surge de diferentes formas nas pessoas, ora um medo abstrato, ora de maneira mais especifica como o medo de falar em público, por exemplo. O curioso é que quase sempre há uma correspondência corporal. Assim, os exercícios corporais visam levar as pessoas a mais do que entenderem seus medos através de racionalizações abstratas, modificarem seu esquema corporal - caracterizado pelo recolhimento e retração em relação à vida - e adotarem uma atitude de enfrentamento.

Neste sentido, inclusive, estamos utilizando a prática da Capoeira Angola há alguns anos como instrumento terapêutico, que além de produzir uma poderosa mobilização bioenergética, também auxilia as pessoas a saber lutar e enfrentar seus desafios. A Capoeira foi uma manifestação do escravo negro, que utilizando seu corpo, reagiu à opressão no Brasil colonial. Suas raízes estão ligadas diretamente à busca da liberdade e da emancipação. No início da década de 1990 iniciamos esta pesquisa com a Capoeira (MATA, 2001), procurando fazer a relação política entre os ensinamentos dos velhos mestres angoleiros com os princípios libertários do anarquismo. Entender como a Capoeira Angola pode representar um meio de resistência política nos dias atuais é uma aposta em seu poder libertário. Essa relação, buscando as referências antiautoritárias do anarquismo, é uma tentativa de discutir a questão do poder em nossas relações cotidianas e seus efeitos. Longe de tratar-se de uma prática apenas na esfera psicológica, esta pesquisa da Soma com a Capeira estuda o que chamamos de “política do cotidiano”, a fragmentação das relações de poder no plano microssocial e sua correspondência do ponto de vista corporal com tais questões.

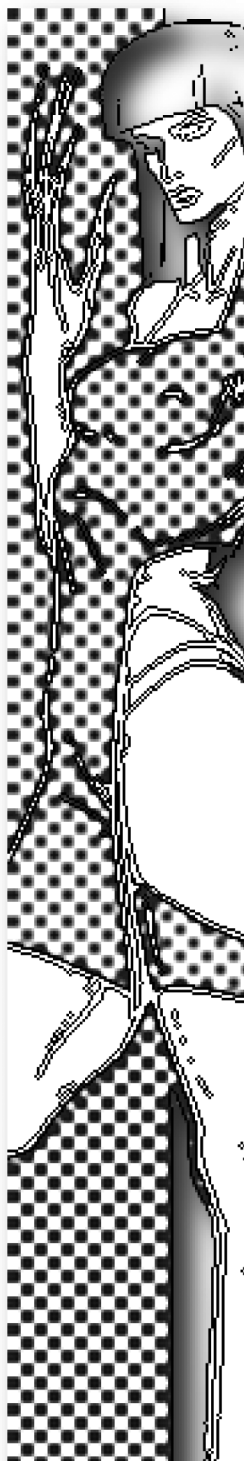
Assim, no decorrer do processo da Soma, estimulamos a vivência do risco como antídoto à necessidade de segurança que termina por confinar as pessoas em seus mundos fechados em grades emocionais. Muito além dos

muros altos e de sistemas complexos de vigilância, o medo já está instaurado nos corpos das pessoas. É dessa forma que a sociedade se perpetua, numa relação dinâmica entre a disciplina e o controle sociais e indivíduos amedrontados e acomodados em seus medos. Porque se desejamos liberdade, antes de mais nada teremos que saber correr os riscos que a vida nos traz. Estar disponível ao enfrentamento do medo é também uma maneira de se colocar no mundo, um modo de vida libertário por excelência. É assim que acreditamos poder escapar do autoritarismo, seja ele afetivo, financeiro ou pelas armas: colocando-nos na vida como guerreiros.

Referencias Bibliográficas

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. Coleção Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

Vigiar e Punir. Potrópolis: Vozes, 1975.

Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Roberto e MATA, João da. Soma: uma terapia anarquista – corpo a corpo. São Paulo: Sol e Chuva, 1996, v. 3.

FREIRE, Roberto; MATA, João da; GOIA, Jorge e SCHROEDER, Vera. O Tesão Pela Vida. São Paulo: Francis, 2006.

GAIARSA, José Ângelo. Couraça muscular do caráter. São Paulo: Ágora, 1984.

MATA, João da. A Liberdade do Corpo – Soma, capoeira angola e anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2001.

REICH, Wilhelm. A função do orgasmo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

A revolução sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Análise do caráter. Viseu: Guerra, s/d.

Escuta, Zé Ninguém! Lisboa: Dom Quixote, 1983.

Psicologia de massa do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**** João da Mata é somaterapeuta, psicólogo, Mestre em Filosofia e Doutorando em Sociologia Econômica e das Organizações pelo ISEG/UTL. Membro do Coletivo Anarquista Brancaleone.***

Controlo e vigilância: o grande irmão está a olhar para ti

José Janela

O facto de formalmente haver liberdade de expressão torna a atitude dos governantes ainda mais insidiosa. Pois numa ditadura como a de Salazar sabia-se que havia censura, que havia polícia política. Conheciam-se os riscos que se corriam quando se era dissidente.

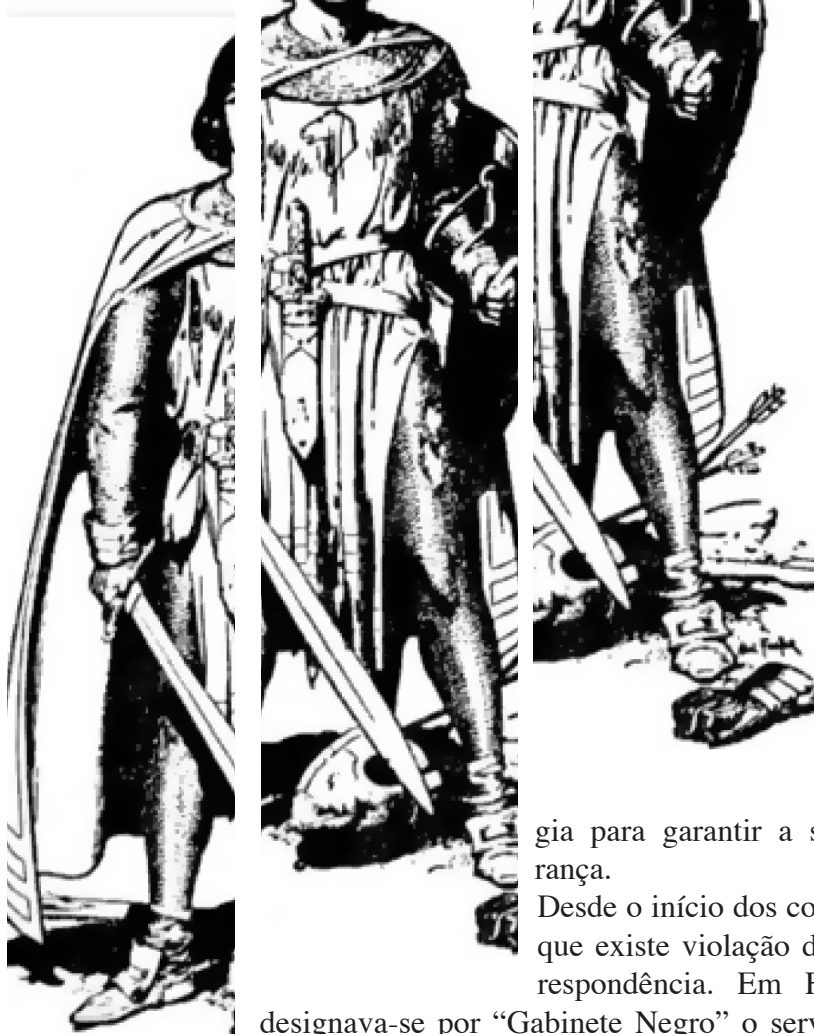
Actualmente não se sabe bem o que pode acontecer, pois não estão reguladas as acções de que os serviços secretos e as polícias podem ter. Há liberdade de expressão e de manifestação, mas ao mesmo tempo tentam moldar-se as atitudes dos manifestantes. Veja-se o caso da Polícia de Segurança Pública (PSP) que se deslocou à delegação do Sindicato dos Professores da Região Centro da Covilhã e que advertiu: “tenham cuidado porque não se pode dizer tudo”. Essas declarações intimidatórias tiveram cobertura do Ministro da Administração Interna, Rui Pereira. O site do Ministério refere mesmo que o que a PSP fez não constitui ilegalidade.

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, disse: “Acho que as escutas em Portugal são feitas exageradamente. Eu próprio tenho muitas dúvidas que não tenha telefones sob escuta. Como é que vou lidar com isso? Não sei. Como vou controlar isso? Não sei.”

O Ministro da Justiça, Alberto Costa, defendeu a possibilidade de os Serviços de Informações fazerem escutas telefónicas. O Ministro afirmou “Se é possível interceptar comunicações para investigar crimes já ocorridos, será também de contemplar a mesma possibilidade para garantir a segurança nacional.” A Associação Sindical dos Juízes Portugueses e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público vêm com reservas e preocupação essa possibili-

dade.

Poderemos ficar na situação igual à do filme de ficção científica “Relatório Minoritário”, no qual a polícia, com tecnologia capaz de prever o futuro, punia aqueles que iam cometer crimes no futuro. Assim os futuros bandidos eram presos anos antes de sequer pensarem que iriam cometer crimes.

A literatura é profícua em narrativas de sociedades sob controlo político totalitário: “Nós” de Ievgueni Zamiatine (1920), “Admirável mundo novo” de Aldous Huxley (1932), “1984” de George Orwel (1948) ou “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury (1953) são disso exemplos. Todas estas obras resultam da experiência do real de cada um dos autores aliados à imaginação do que poderia acontecer num futuro mais ou menos longínquo. Essas utopias “negras” têm como ponto em comum o sistema político opressor, o Estado, utilizar os grandes avanços tecnológicos no controlo dos indivíduos. Os seres humanos são levados a ter um pensamento formatado pelo Estado de modo a que a esmagadora maioria não questiona sequer a utilização das tecnologias para esse fim, pois acha normal o uso da mais avançada tecnologia para garantir a segurança.

Desde o início dos correios que existe violação da correspondência. Em França, designava-se por “Gabinete Negro” o serviço de informações encarregado da inquisição postal. Esse serviço teve uma grande importância sob o mandato do cardeal de Richelieu (séc. XVII) e foi oficial-

mente designado de "Gabinete do segredo dos Correios". Manteve-se activo durante a revolução de 1789, durante o Primeiro Império, a Restauração a Monarquia de Julho e no Segundo Império (até 1870).

Actualmente o sistema "Echelon" permite interceptar todas as chamadas telefónicas, fax's e e-mails do mundo inteiro. A rede Echelon é gerida conjuntamente pelos serviços de informação de vários países: EUA, com a NSA (Agência Nacional de Segurança) que é o principal contribuinte e utilizador, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. O "Echelon" há anos que está ao serviço das indústrias de alguns países para fazer espionagem industrial, foi utilizado para fazer ganhar contratos a companhias americanas face aos seus concorrentes, como Boeing contra Airbus. É também usado para controlar movimentos sociais.

As polícias dispõem de dispositivos tecnológicos para detectar os movimentos de qualquer indivíduo que use um telemóvel. Através da triangulação geográfica é possível saber onde é que um determinado telemóvel se encontra.

No século XX o «mundo ocidental» opunha ao «bloco de leste» o respeito que tinha pelas liberdades individuais, pelos direitos e pelas garantias, pela liberdade de expressão, de circulação, de associação e de manifestação. Era apenas uma mera propaganda. Os estados nunca hesitaram em controlar e agir violentamente mesmo contra quem usava meios pacíficos. Um exemplo é o ataque dos serviços secretos franceses ao navio «Rainbow Warrior» da associação ecologista Greenpeace, quando esta preparava um protesto contra os ensaios nucleares num atol do Oceano Pacífico.

Após o 11 de Setembro de 2001 os estados deixaram de ter pruridos em limitar fortemente as liberdades e aprovaram mais leis, com a desculpa de que tinham de lutar contra o terrorismo. Um exemplo é a lei designada de Outubro de 2001 «USA Patriot Act» nos EUA que significa "Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act" que quer dizer "Lei para unir e reforçar a América fornecendo utensílios apropriados para interceptar e obstruir o terrorismo". Essa lei permite fazer escutas, efectuar buscas em empresas, em consultórios médicos, estabelecimentos de ensino, ter acesso a dados pessoais como empréstimos em bibliotecas ou compras em livrarias. O simples motivo invocado é que o objecto alvo da pesquisa possa ter uma ligação com a investigação em curso sobre actividades terroristas ou de espionagem – um critério jurídico que não necessita de provas nem mesmo de suspeita razoável de actividade terrorista.

Essa lei criou as figuras de combatente inimigo e de combatente ilegal, que permitem ao governo dos EUA deter sem limite e sem acusação qualquer pessoa que presuma ser terrorista. A 9 de Março de 2007 o Departamento de Justiça dos EUA divulgou uma auditoria interna que constatou que o FBI utilizou ilegalmente o "Patriot Act" a fim de obter secretamente informações pessoais sobre cidadãos americanos. A 17 de Agosto de 2006 a juíza federal americana Anna Diggs Taylor declarou inconstitucionais

as escutas telefónicas e ordenou a paragem imediata do programa secreto de vigilância interno levado a cabo pela NSA.

Em Portugal, o “Cartão do Cidadão”, que agrupa num só cartão o Bilhete de Identidade, o Número de Identificação Fiscal, Cartão de Eleitor, da Segurança Social e de Saúde, é também um instrumento poderosíssimo de controlo, pois tem dispositivos electrónicos que registarão as várias movimentações do cidadão. Será possível controlar os movimentos. Poderá servir para os bancos concederem ou não um empréstimo com base em dados confidenciais como os de saúde. Para além disso toda a programação é feita pela Microsoft. Significa que os dados dos cidadãos portugueses passarão por um sistema de uma empresa multinacional. Sabendo-se dos problemas de fiabilidade que vários produtos dessa empresa têm, imaginam-se as consequências que pode haver num sistema com milhões de cartões. O facto de se saber que o Estado dispõe de instrumentos de controlo sobre os cidadãos, as suas comunicações, os seus movimentos, não é por si algo que impeça a acção dos indivíduos nos movimentos sociais, mas é um factor mental de condicionamento do comportamento.

Há uma certa mentalidade que a ditadura salazarista incutiu na sociedade portuguesa que se revela de tempos a tempos no temor que por vezes existe de agir, ou sequer de falar publicamente, contra as políticas do governo. É contra isso que os seres livres podem lutar pelo seu exemplo. Ao se mostrar publicamente que não se tem medo de falar e de agir, está-se a dar um exemplo de como se pode desmontar o edifício de medo que alguns querem erguer.

“Está-se a implantar no nosso país uma sociedade de controlo com a cumplicidade da passividade herdada e induzida pelo autoritarismo próprio de uma sociedade disciplinar. O medo e a obediência que este último gera, facilitam a interiorização da aceitação do controlo automático de múltiplos aspectos da vida privada (através sobretudo das tecnologias da informação). O álibi é a boa gestão e a modernização de que o país tanto necessita, e, sem as quais não haverá mudança, reformas profundas, economia sem défice e simplesmente progresso.”

- *José Gil (2007, Visão, 5 de Julho)*

Guadalupe Subtil

Vivemos sufocados, entrincheirados numa rede invisível mas cujos efeitos são bem visíveis. Foucault falou-nos do panóptico (aquilo que todos e tudo via, aquilo que todos e tudo controlava, mas sem que fosse visto por alguém). Talvez fosse bom que começássemos a pensar em que poderia consistir o “nihilóptico” (aquilo que eles não veriam, mas sentiriam, porque seríamos todos a fazer). Já perceberam que o que me está a preocupar é a forma como poderemos “dar a volta” ao panóptico (aparelho controlador, vigilante de tudo e todos) que parece durar há já tempo de mais, mas com o qual, a grande maioria de nós, já está conformado e resignado.

Vou tentar pensar convosco quais poderiam ser as alternativas a este estado de indiferença geral, a este “estar/ser” cada vez mais controlado e vigiado por um poder dito democrático, que se torna cada vez mais prepotente, aterrorizador e totalitário.

São muitas as questões que se levantam quando pensamos em Estados democráticos que utilizam cada vez mais a violência e o controlo para se legitimarem e se perpetuarem na sua auto-reprodução malsã.

Será a democracia compatível com uma visão prepotente dos que pensam agir sob a sua alçada? Será a democracia compatível com o exercício violento do poder por parte de alguns, em prol da legitimidade que pensam ter-lhes sido conferida pelo voto de outros alguns que neles votaram, mas que não foram todos?

A todas as perguntas que se levantem, eles responderão que assim é. Que detêm toda a legitimidade para criar e desenvolver todos os mecanismos de controlo e vigilância aos “opositores” e mesmo aos que neles votaram, pois só assim conseguirão ter a ordem, a alienação e a resignação indispensáveis à prossecução dos seus objectivos, que se resumem em “QUEREM, PODEM E MANDAM” porque se está num estado democrático onde foram democraticamente eleitos pelo povo soberano.

Mas hoje em dia quem vai votar? Apenas quem anseia fazer o mesmo caminho e que perspectiva conseguir um poder maior do que o exercido pelos que lá estão, isto é, votam todos os que fazem parte de uma grande lista de espera existente nos clubes partidários, quer para “tachos” políticos, governamentais ou parlamentares. Não importa se a abstenção nas eleições ande pelos 50% ou mesmo pelos 60%. Não importa quantos votaram nulo ou em branco, se são 10 ou mais por cento. Ou seja, não importa que votem apenas 30 a 35% dos eleitores recenseados e que saia desta minoria que são os votantes todos os que passarão a considerar-se “poderosos”, “controladores”. O que importa é quem ganha por minoria ou maioria.

Conhecidos os resultados eleitorais, é vê-los a esfregar as mãos de contentamento pelas perspectivas de “mando/controlo” que se colocam nos seus horizontes, durante os seus pequenos “reinados” que durarão na certa e em geral 4 anos, e tanto mais contentes ficam se esse “mando” for com uma maioria absoluta vinda de

uma minoria relativa! Neste caso PODEM TUDO, TUDO LHES É POSSÍVEL!

Qual é então a primeira coisa que lhes ocorre fazer assim que sabem ter sido os vencedores dos resultados eleitorais?

De imediato há que proceder a uma limpeza integral e "radical" dos sítios que vão ocupar, limpar os vestígios de todos os que detinham a "cor" anterior por serem de um clube rival (não estamos a falar dos que estão inscritos em dois ou três clubes simultaneamente porque esses, como servem para todos, podem permanecer mais algum tempo nas "cadeiras" que ocupam). Os que são, agora, "arredados" das cadeiras terão, de novo, de ir para a fila de espera por quatro anos, ou mais, até que neles votem outra vez e o ciclo recomece.

Mas, feita a "higiene" democrática e sem grande "violência" pelos eleitos (está bem assimilado o chavão conceptual de corresponder a democracia a uma alternância de poder, isto é, de ministros de uma cor passarem a vez a outros de cor diferente), até porque os "dinheiros" públicos são abundantes e servem muitas vezes para "limpar" mais rapidamente (indemnizações chorudas) os mais difíceis de "acossar", passam a uma segunda medida que, quase sempre, ocorre em simultâneo com a "limpeza" democrática.

Esta segunda medida é a de legislar quanto antes e sobre tudo o que se quer, para que nos quatro anos em que vão lá estar possam "albardar o burro à vontade do dono". É ver, então, a quantidade de leis e decretos-lei que todos os dias são produzidos e que aparecem no Diário da República, com as definições de quem manda, como manda e a quem delegam poderes de "mando". Tanto "mando" para tão pouco voto é deveras espantoso, mas é uma realidade insofismável. Todos passam a mandar como querem no seu "poleiro" e para além dele, sendo todos coniventes com todos para que, no seu "reinado", consigam obter tudo o que puderem e, em anos posteriores, nada lhes falte nem precisem de ninguém (já viram algum ex-ministro e categorias afins no desemprego?).

É toda uma "avalanche" de medidas e acções DEMOCRÁTICAS e LEGÍTIMAS, porque credenciadas pelo voto do povo soberano, como manda o Estado de Direito! Estão com vontade de rir ou gritar?

Esperem, porque falta falar de algumas dessas medidas que, actualmente, parecem atingir laivos de totalitarismo (perdão, de segurança pública) e sem que as reacções contra surjam de forma consequente, quase sempre são apenas pontuais.

• Que o Charrua tenha dito umas "larachas" a um amigo sobre o curso de engenharia do nosso primeiro e que esse amigo tenha ido "bufar" para a chefe o que foi dito? Azar o dele! Foi fácil resolver o assunto! Meteu-se-lhe um processo em cima e "foi calado de imediato".

• Que o Rodrigues dos Santos viesse dizer publicamente que o jornal da noite da TV era manipulado pelo governo? Que grande mentira! Tem de ser afastado já. Foi fácil. Levou com um processo em cima por não cumprir horários de trabalho!

• Que o filho do Jardim Gonçalves deixasse de pagar à banca mais de 12 milhões de euros há não sei quanto tempo? Não é grave, até porque o Banco de Portugal não pode supervisionar tudo e todos e, depois, o pai é rico e paga/pagou a dívida (sem a intervenção de penhoras nem nada. O que não seria assim com qualquer outra pessoa que não filha de pai rico. Esta veria tudo ser-lhe penhora-

do ou veria serem-lhe confiscados todos os bens e pertences, inclusive o salário!).

• Que a directora do Museu de Arte Antiga viesse publicamente discordar da política de museus praticada? Pior para ela e, para "eles", ainda bem que o fez, porque a sua substituição já estava pensada há algum tempo e, desta forma, ela antecipou a sua "limpeza", sendo substituída por um que não vai falar assim de certeza porque é um YES MAN.

• Que o director do Teatro Nacional de São Carlos fosse um dos melhores músicos reconhecidos em termos europeus? Isso não interessa! "Eles" tinham para lá meter (estava em fila de espera) um que pensam ser muito melhor. Daí, "rua" para o primeiro.

Teríamos muitos, mas mesmo muitos mais casos para vos citar mas... a ser assim a revista nunca mais sairia.

Como se entende, nesta operação "limpeza geral" vale tudo, porque o dinheiro público a todos paga e a todos cala. Ninguém fica mal, todos acabam por ficar bem, daí os "sururus" de que damos conta serem inconsequentes e apenas circunstanciais.

Mas esta é apenas uma parte da opção "panóptica", isto é de uma operação que era- ninguém percepciona no seu todo, que ninguém vê como uma estratégia integrada que "eles" sabem ser a mais eficaz para todos controlar, calar e contentar.

Como alterar este estado de coisas? Procedendo a uma acção "nihilóptica", ou seja, a uma operação que teria de surgir por parte de todos os votantes e não votantes (abstencionistas, brancos e nulos), para que se conseguisse inverter a acção do panóptico (o que tudo e todos vê e controla). A acção "nihilóptica" constituiria uma capacidade global de:

- Todos poderem ver/saber tudo sobre todos sem nenhuma espécie de controlo ou violência;
- Todos poderem ter uma palavra a dizer sobre tudo, sem que ninguém ou nenhum método silenciador os calasse;
- Todos serem capazes de retirar o controle aos que pensam que nos controlam sem nenhuma consequência nefasta;
- Todos serem capazes de dizer o que pensam sem nenhum receio das consequências, já que, historicamente, o conceito de democracia subentende a defesa da liberdade de expressão e de opinião para todos;
- Todos respeitarem-se mutuamente sem nenhum receio das hierarquias naturalmente aceites e estabelecidas;
- Todos se aceitarem

nas suas diferenças, diversidades e particularidades sem que ninguém conseguisse homogeneizar quem quer que fosse como "massa acrítica".

O "nihilóptico" (todos vendo todos) seria o reverso do "panóptico" (poucos vendo/controlando muitos).
Dos poucos que hoje controlam/vigiam a maioria das pessoas, passaríamos a ter uma maioria pensante e responsável pelos seus actos sem ninguém que a controlasse entre "barreiras".
Se esta acção "nihilóptica" gradualmente se interiorizasse em todos nós, talvez a violência quotidiana que nos chega de todos os lados (real ou fictícia) passasse a dar lugar a uma maior satisfação no estar, porque estaríamos todos mais seguros em relação a todos, seríamos todos capazes de dizer, pensar e fazer livremente, sem receio uns dos outros.
Ilusão? Talvez! Mas somos já alguns os que temos bem interiorizada esta acção "nihilóptica", esta capacidade/aptidão de podermos, hoje nós e amanhã todos (e não apenas alguns), conseguir o que quisermos sem controlo nem violência, para nos sentirmos melhor do que actualmente.
Estão a ver-nos? A controlar-nos? Todos vós, os panópticos?
Também nós a vós e sem nenhum receio, porque somos nihilópticos!

Novembro 2007

Ronald Creagh

O medo, a má consciência têm um odor muito agradável
Para as narinas dos Deuses.

Jean-Paul Sartre, As Moscas

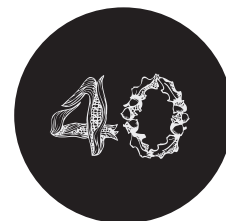
É talvez um símbolo: a Torre Eiffel, tranquilamente sexy e cintilante, agita-se nas horas nocturnas em Paris. A França, primeiro país turístico do planeta, parece banhar-se numa serenidade relativa. Ela aproxima-se, contudo, de outras grandes democracias contemporâneas que apelam, ao votar, a um governo forte e decidido, que promete pôr fim aos actuais cenários de medo. Sarkozy junta-se aos Bush, aos Blair, aos Berlusconi, para citar apenas alguns destes dirigentes que sabem o que querem e destes grandes exorcistas que tranquilizam o povo e o mergulham no êxtase de uma nação exposta ao sol dos media (2).

Qual é pois a verdade deste medo que leva os franceses a virarem-se para o Estado? Podemos determinar este «sentimento colectivo»? Assunto perigoso, mesmo embaraçante, porque os escritos sobre a psicologia de massas levam a clichés. Um «medo comum» apenas pode-se delimitar numa catástrofe precisa: podemos então estudar os movimentos de pânico ou de solidariedade. Em contrapartida, são necessárias nuances para analisar um estado de alma partilhado. Porque o medo pode estar ligado a um objecto abstracto, como a «desordem», a «insegurança»; o que o não distingue da inquietude. Ele pode ser colectivo, sem que este sentimento seja igualmente experimentado por todos: alguns recusam inquietar-se, outros entram em pânico. Quer seja individual ou colectivo, o medo é fluido, muda a cada segundo, como qualquer sentimento, mesmo o amor… Seja ele qual for, o discurso político e mediático sobre o medo faz uma amálgama entre atitudes tão diversas quanto a inquietude, as preocupações, o pavor, a angústia e o medo. Perguntai ao primeiro que chega e vereis a mesma abordagem. É, por conseguinte, este nevoeiro flutuante que designaremos sob estes diversos termos.

Analisaremos aqui a relação triangular entre os Franceses, o medo e o Estado. Salientaremos, primeiro, o comportamento da população. Esta acredita no carácter tranquilizador do Estado, que parece ser a única autoridade competente nos casos de perigos colectivos. Esboçaremos, de seguida, a hipótese de um duplo controlo da população, pelo público e pelo privado. Esta violência é mantida por um discurso pretensamente «mundialista» destinado, entre outras coisas, a suscitar esta atitude de dependência face ao Estado. Por fim, concluiremos com algumas perspectivas sobre o recuo necessário aos observadores envolvidos como nós somos, quer se queira quer não.

Os Franceses, o medo e o Estado

É um facto, os Franceses não sentem grandes medos massivos desde a Segunda Guerra Mundial (3). Não houve movimentos de pânico nem de comportamento gregário, como se viu em alguns países onde cada família construía o seu abrigo anti-nuclear ou, ainda, em que comprava uma panóplia de armas contra eventuais intrusos.

Meio século de confrontos diversos não enlouqueceu a população: os conflitos das guerras coloniais e os atentados na Córsega ou no continente afectaram as estruturas do poder, suscitando, entre outras coisas, a exaltação da Vª República e de um regime presidencial, mas não perturbaram os espíritos. Na época da Guerra-fria, o equilíbrio do terror não comoveu nada as pessoas, de entre as quais uma boa parte votava pelo Partido Comunista.

A emoção causada pelo atentado de 11 de Setembro concretizou-se, essencialmente, por um acréscimo de vigilância policial e a presença militar nos lugares mais mediáticos e não junto aos mercados ou próximo das escolas. As pessoas não pediam, sem dúvida, tanto e pode-se alvitrar que este gesto se destinava, sobretudo, a tranquilizar os países parceiros. O que é verdade é que, quando nos passeamos por determinadas estações, podemos crer que estamos sob ocupação: militares que aí patrulham noite e dia, decorados como árvores de Natal, com uma tão grande panóplia de instrumentos de combate que nos é permitido questionar se, em caso de urgência, eles empunharão o mais adequado.

Encontrámos outrora vozes poderosas para assinalar riscos industriais graves e novos. Em França, os movimentos pacifistas foram difamados, os avisos dos pioneiros da ecologia foram durante muito tempo postos a ridículo; os protestos em massa contra o nuclear pareceram assemelhar-se à revolta simbólica, mas ineficaz, dos luditas. René Dumont denunciava a degradação do planeta. Em vão.

Tudo isto não esteve na ordem do dia senão quando os poderes públicos e os seus peritos cheios de títulos falam disso, e se falam disso. Os medos nacionais não são considerados como legítimos senão quando são declarados como tais pelos representantes “titulares” do Estado. Todo o mundo se lembra bem dos discursos oficiais a propósito do incidente nuclear de Tchernobyl: as radiações pararam milagrosamente nas fronteiras francesas. Da mesma forma, a epidemia da gripe aviaria semeou o pânico, até ao momento em que o Governo declarou que todos os voos dos pássaros em França estavam sob controlo. Como explicar uma tal crença, ou melhor, uma tal indiferença?

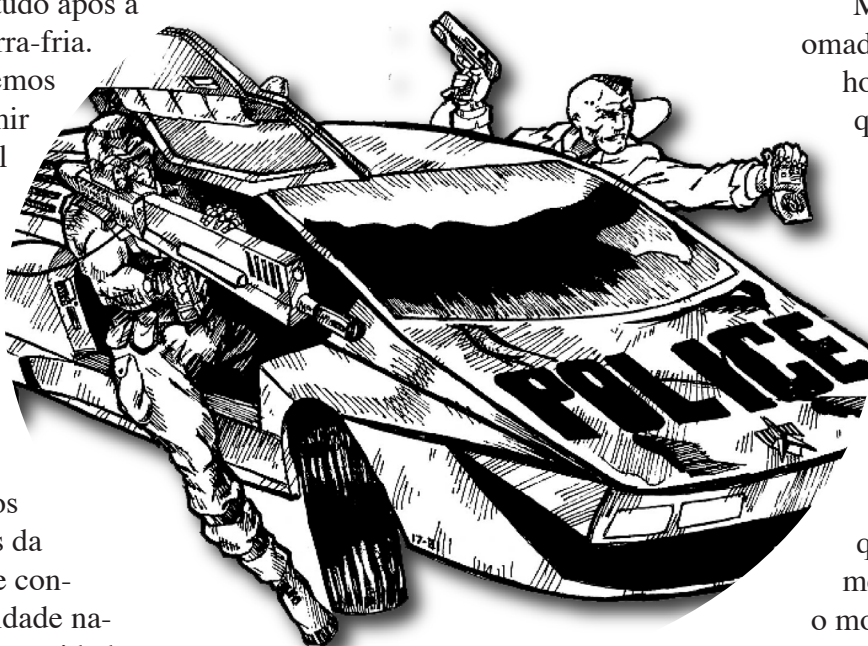
Os partidos políticos em campanha apelam por vezes ao medo para unir a opinião, mas o Estado não tem necessidade deste discurso para se fazer obedecer: o seu poder assenta numa tradição com mais de um milénio. Todo o edifício nacional assenta sobre este pedestal: a gestão directa dos grandes serviços públicos, a função da cultura (e mesmo da ortografia!), as intervenções mediadoras nos conflitos e os «adquiridos sociais». A 30 de Agosto de 2007, uma Comissão «para a libertação do crescimento francês», animada por Jacques Attali, propõe mesmo o recrutamento de um psicanalista para fazer render a dor dos Franceses(4). A oposição, ela própria, sonha com o aparelho de Estado; desde 1789, dois séculos de encantos sobre o tema de um governo protector dos mais fracos cria-se a visão mágica de uma «esquerda» que se tornaria de repente providencial quando se apanhasse com as mãos no poder.

Que se trate de multinacionais ou dos que se reivindicam de Luís XIV ou De Gaulle, de Léon Bloy ou de Voltaire, todos apelam ao Estado para legitimar as convicções mais intimas, que se trate da questão identitária ou dos debates sobre a interrupção voluntária da gravidez, a homo sexualidade, a manipulação genética dos organismos humanos, e mesmo de questões religiosas como

a do «véu islâmico». Há sempre Bretões, mas não há Franceses senão pela consciência colectiva assegurada pelo Estado. A cidadania francesa não advém apenas dos pais: é ainda necessário que o Estado a reconheça. E num mundo em que despertam conflitos identitários, a identidade francesa é realçada pelos poderes públicos. Não há necessidade de evocar Hobbes e a sua ideia, hoje ridícula, de indivíduos que estabelecem entre eles um contrato de não agressão. O governo aparece como a última defesa da segurança nacional, mesmo e talvez sobretudo após a Guerra-fria. Podemos pois resumir assim o papel do Estado: define os medos, mas também as acções legítimas, a ética aceitável, e indica a resolução dos problemas da sociedade. Ele constrói a identidade nacional dos seus cidadãos.

Crer que a nação constitui a última defesa contra os prejuízos da globalização demonstra ser uma opinião obsoleta e mesmo uma ilusão. O que é mais ingénuo, é crer que um Estado, quer seja paternalista ou autoritário, pode resolver os problemas internos do país, principalmente este tema recorrente da «insegurança», que se aplica ao emprego, à juventude, ás periferias e à emigração. Como explicar a persistência deste tema vago sempre utilizado da mesma forma pelos homens do poder há algumas décadas? Como explicar este sentimento de impotência imatura da sociedade civil?

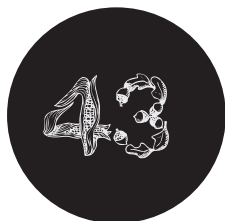
A governamentalidade

Michel Foucault, retomado por outros, desenhou algumas fórmulas que designa de «governamentalidade». Ele distingue as sociedades de soberania que antecipam os recursos sociais para seu proveito; as sociedades de disciplina que criam os meios sobre o modelo de prisão: a família, a escola, a indústria, a tropa, o hospital; e, por fim, as

sociedades de controlo onde o indivíduo numérico tem de andar no mundo permanentemente controlado.

Analisando esta nova racionalidade, Foucault insiste no facto de que os poderes propõem liberdades que, em contrapartida, constituem novos modelos de sujeição. Em vez de impor uma interiorização das proibições, oferecem-nos ocasiões de satisfação pessoal que constituem em simultâneo armadilhas nas quais nos encontramos aprisionados.

É verdade que o vocabulário do poder político se assemelha cada vez mais ao das relações públicas: as medidas disciplinares são formuladas em termos soixante-huitard, alegremente libertárias. Esta importação do discurso da empresa privada para o sector público traduz um fenómeno que é antes de mais preciso designar «a sociedade do duplo controlo». É verdade que o Estado beneficia de um reforço das técnicas de espionagem, mas estas beneficiam também as empresas privadas, por exemplo graças ás câmaras de vídeo vigilância. E é sobretudo a publicidade por um dado produto que se apresenta como emancipadora, enquanto que ela visa criar uma submissão face à marca. O Estado, instrumento de violência, esforça-se acima de tudo por manter uma atitude de dependência.

«O Estado» é um aparelho heterogéneo e complexo, como os dispositivos que ele coloca solenemente ao dispor: o legislativo, o executivo, a justiça e a polícia. Esta complexidade aumenta quando se considera a sua ligação com a sociedade civil. Ele acrescenta ao sistema propriedades específicas, principalmente a estrutura de desigualdade. Uma hierarquia de autoridades vem confirmar a desigualdade nos direitos de decisões económicas, políticas e sociais. Ela trabalha para benefício das hierarquias existentes e das empresas dominantes. É todos os dias que ela intervém nos países para perseguir os trabalhadores contestatários, normalizar o livre arbítrio do chefe e afirmar o soberano direito de propriedade dos patrões indecentes. É todos os dias que o Estado francês intervém como mediador em África e na Ásia, pelo envio de armas, de apoios e intervenções militares afim de manter governos vergonhosos contra a sociedade civil.

O Estado, que se pensa assegurar a tranquilidade dos espíritos, faz um duplo jogo. A segurança que pretende

assegurar ao «povinho», ao reduzir a delinquência e castigando os culpados, reduz-se à da gesticulação: a visão do polícia sossega os honestos cretinos. A República veste-se de muitos bonitos princípios, sem relação com a realidade. Para quê preocuparmo-nos? Os eleitorados reelegem sem excessivo escrúpulo representantes que já reconhecem como sendo corruptos. Com efeito, a sua preocupação está algures, porque outras mais quotidianas se sobrepõem. Em contrapartida, pelo benefício de grupos privados, convida-os a entrar sem repugnância no «mercado de trabalho»; multiplicam-se os obstáculos legais contra os revoltados, os que procuram recriar um espaço público desaparecido ou defendam os interesses dos consumidores. E quando não resta aos contestatários senão a rua, tudo vale para os agredir por palavras ou por actos.

A legitimidade do sistema apoia-se, hoje, num discurso fundador, na raiz de todas as discussões dos teólogos, economistas ou geógrafos. É o Grande Discurso da globalização, a nossa nova Génese.

O reino dos biliões e das empresas supranacionais suscitou uma concorrência universal entre as grandes regiões económicas e geográficas, as nações, as cidades, e mesmo as vilas, para se promoverem e sobreviverem. Esta corrida ao tesouro é a fonte de inquietações de dimensão planetária: degradação da Terra, exploração sem vergonha dos «recursos humanos», emergência de clãs étnicos, económicos, políticos ou religiosos.

Que os dirigentes económicos utilizem os poderes públicos e os media para constranger a população a unir-se aos seus objectivos e abandonarem as vias alternativas não surpreenderá ninguém. Mas, nesta era em que as catástrofes se multiplicam, deveríamos convidar as próprias civilizações a colocarem-se em causa. Porquê esperar soluções do Estado em vez de se reforçar a autonomia da sociedade civil(5)?

Esta vaga de inquietações e estas inquietações vagas são o efeito de um estado de dependência. Os Franceses submetem-se a uma ideia tanto racional, como moral e transcendente, a da legitimidade. Eles consideram que há medos legítimos e outros que o não são. Para eles, o Estado não é apenas a mola incontornável para afastar os pesadelos colectivos; ele decide sobre a legitimidade das inquietações.

Seguramente, nem os medos colectivos nem os discursos de legitimação se limitam às leituras e aos efeitos da globalização. Os apocalipses anunciados podem também desenrolar-se de outras formas, por exemplo, a do religioso, como vemos no caso de um certo terrorismo.

Parece-me, todavia, que pela sua dimensão económica, numa sociedade essencialmente baseada no engodo do ganho, o Estado surge sobretudo como um tampão protector contra as forças descontroladas do real e tem sobretudo recorrido a este tipo de linguagem para obter a dependência dos seus sujeitos.

Um anarquismo perturbador

Mas as pessoas já não se preocupam nada com os negócios públicos: os seus objectivos pessoais enfeitiçam-nos. As multinacionais estão nas nossas cabeças: o consumismo constrange os assalariados a trabalhar para além das suas aspirações para se oferecerem o último gadget, o que os impossibilita de qualquer acção de greve. O discurso faz-se capitalista: consumir torna-se um acto de empresa, a compra é um «investimento» destinado a produzir a nossa própria satisfação(6). Aldrabam-nos sobre as qualidades ecológicas das nossas compras para nos distrair dos custos que a empresa impõe ao ambiente. Já esta se apresenta como uma pioneira da reciclagem ou da restauração do habitat humano.

O meio contém elementos assustadores. Mas quer seja na natureza ou no espaço «civilizado», são primeiro as estruturas sociais e mentais de uma população que definem a natureza dos perigos e dos remédios. Qual é o sentido da ideia de legitimidade dos poderes públicos já que os chefes de Estado não são mais do que os encarregados dos negócios VIP das multinacionais? As suas recomendações de boticários escondem os enormes interesses privados.

A racionalidade capitalista degrada as relações humanas. Em vez da solidariedade e da entreajuda, ela celebra o sucesso individual como fonte de direito e de legitimação. Ela destrói os espaços de encontro humano para deles fazer puros lugares de espectáculo. As suas ofertas irrisórias de recrutamento suscitam a rivalidade monstruosa de milhões de trabalhadores do mundo à procura de um ganha-pão.

Estas manipulações político-comerciais, fontes de solidão impotente perante o medo, exigem lucidez: nós não seremos os alvos do capitalismo mediático. Os nossos desafios já não dependem do Estado: o inimigo principal está algures. Os nossos recursos, esses, estão nas nossas capacidades de

solidariedade criativa.

A sociedade que urinava cimento metralha-nos hoje com sonhos efémeros. Os templos intemporais – quarenta séculos vos contemplam! – são apenas espectáculos. A perenidade da família – célula base da sociedade! – é incerta. A oficina da esquina voou como uma mosca, uma vez encaixados os subsídios. O Estado francês, inserido na União Europeia, é apenas uma lembrança local.

Que fazer? Cessarmos com as estruturas fechadas, as estratégias intemporais, de nos considerarmos o olho do ciclone. Esquecer as ideologias para viver o acontecimento como uma revolta e pendurá-la nas estrelas(7). Casar um anarquismo perturbador num mundo de castelos de cartas. Não somos montanhas: projectos, amores e vidas são efémeros. Os pesadelos também. A ambição tecnocrática de tudo planear é uma política de avestruz, porque qualquer inovação e qualquer crise introduzem biliões de imprevistos. Tão sedutores quanto possa ser a Torre Eiffel, mundos infinitos nos esperam, para além do barulho opaco dos pensamentos velhos e das rugas sobre si.

Tradução de Guadalupe Subtil

NOTAS:

1. Texto traduzido do artigo em francês publicado na revista Réfractions, nº 19, Hiver 2007-2008, pp. 19-25 (NT).

2. Este artigo beneficiou de inúmeras notas. Agradeço, em particular, Daniel Haas, Marielle, Didier e Pierre Giraud pelos vários conselhos e sugestões.

3. Os acontecimentos de Maio 68 apenas suscitaram medo nos círculos conservadores, sempre paranóicos.

4. «Um psicanalista especialista em resiliência, estas dores intimas que rendem de forma muito mais forte.» Pascal Junghans, «Comission Attali: três pistas para libertar o crescimento», La Tribune, 30 Agosto 2008.

5. Por exemplo, através de mútuos na saúde.

6. Ver também a sua crítica importante da confusão entre as diferentes formas de Estado. Michel Foucault, «Naissance de la biopolitique». Curso no Colégio de França (1978-1979). Lição de 7 de Março 1979. http://www.cip-idf.org/article.php3?id_article=3305.

7. Ver R. Creagh, «Anarchism is back. We may now re(dis)cover utopia», Comunicação na 8ª Conferência Internacional da Sociedade de Estudos Utópicos, Plymouth, 12-14 Julho de 2007.

"All-garve" - dizem eles.

Dizem "all" porque tudo tem (?).

Terá?

Não valerá a pena prendermo-nos com aquele "tudo" aquele "all".

Não vale a pena voltar à aberração desses "2 L" que dizem, eles, é apenas um truque publicitário - não mais...

A nós que praticamente crescemos no sotavento algarvio choca-nos.

Sim.

Para nós o "all" é aberrante. É subserviente. Fede a pretensiosismo parolo. É, enfim, coisa nenhuma.

Mas eles, os do turismo, estão delirantes - o Algarve tem tudo e os turistas vêm ao engano porque o tal "all", afinal, não passa de um enorme "rien" - para dar, agora, um tom francês: "riengarve" é uma contra-proposta.

Et pourquoi?

Básico. O Algarve não tem, mesmo, as condições mínimas para um turista que aí se desloque sem viatura própria. Salvo se aceitar manter-se num qualquer "aldeamento turístico".

O Algarve litoral está completamente degradado e descaracterizado. Salva-se uma cidade: Tavira.

Mas apenas a cidade. Porque o concelho caminha a passos largos para esse "Allgarve" que eles gostam tanto.

E essa Tavira até quando? Até que surja um "homem de negócios" com capacidade para comprar os gestores camarários?...

O turismo cultural não tem espaço neste "Allgarve". Deixou de ter há muito. Desde os anos

70 quando o betão feriu de morte as falésias de Albufeira. Quando a arquitectura popular foi substituída por edifícios que agridem a paisagem (qualquer paisagem).

O "pato bravo" assentou arraiais há muito e, com ele, as aberrações arquitectónicas. Exemplo recente será a cidade de Olhão - a arquitectura "cubista" e as casas de azulejos da avenida central estão hoje ou em ruínas ou completamente degradadas (irrecuperáveis).

O património cultural algarvio resume-se, pois, a vestígios.

Apenas isso, vestígios.

No Algarve os árabes destruíram parcialmente o que deixado foi pelos romanos. Os vândalos (cristãos) destruíram quase tudo. O "pato bravo", ao serviço do capital, não deixou pedra sobre pedra.

Voltemos ao "all". O do "Allgarve" que tem tudo...

E transportes?

Não. Não tem transportes.

O caminho-de-ferro tem sofrido uma degradação total e:...

- Mantém uma ridícula via única.

- Mantém comboios a diesel com mais de 30 anos.
- As estações estão fechadas e vandalizadas.
- Os horários não são respeitados.
- As paragens em estações de segunda via são por tempo indeterminado (à espera do comboio que virá (?) no sentido oposto).
- Um número reduzidíssimo de comboios diários em ambos os sentidos...

Vejamos:

De Faro para Lagos há 9 comboios diários, sendo o último com partida às 20:11. No sentido oposto também 9, sendo o último às 19:20.

De Faro a Vila Real de Sto. António 11 comboios, sendo a partida do último às 23:25 e, no sentido inverso, 10 comboios. A última composição parte de Vila Real de Sto. António às 20:40.

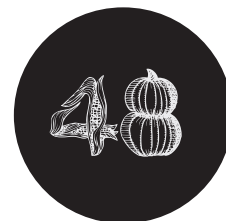
É com este esplêndido serviço que a CP brinda o turismo e a população do distrito de Faro.

A CP (ou Refer) conseguiu transformar os seus serviços no Algarve a um nível só comparável ao pior do chamado 3º mundo...

Os caminhos-de-ferro no Algarve (e não só) estão 300% piores que na década de 60.

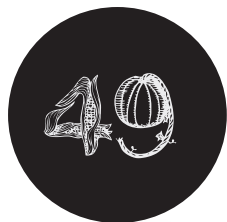
Como alternativa temos (sem concorrência) a EVA transportes - autocarros. E este serviço rodoviário pouco acrescenta ao serviço da Refer... Se fizermos uma análise aos horários da EVA parecem colar-se aos horários ferroviários - os autocarros não são alternativa a coisa nenhuma.

Um casal francês com uma criança de 2 anos – hospedado num hotel de Tavira – comentava este Verão, num restaurante, a sua aventurosa ida à praia da Fuzeta de comboio...

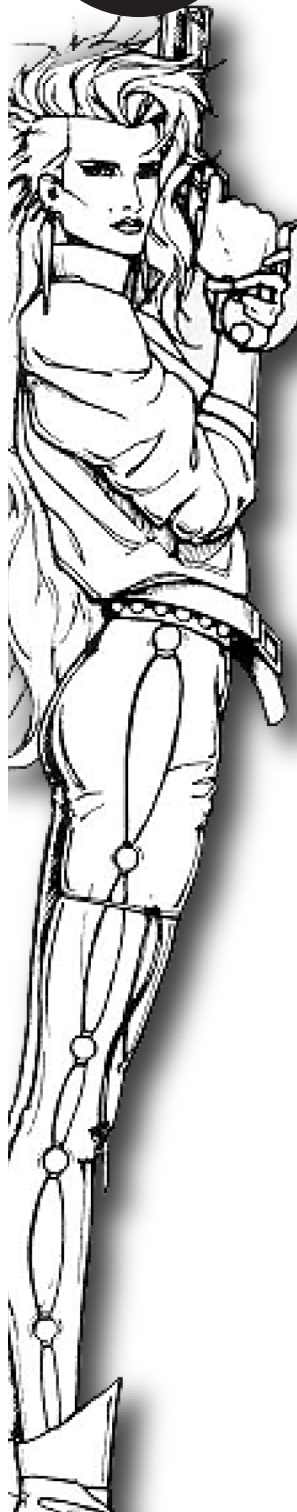
No regresso planeavam apanhar o comboio das 19:50. Não conseguiram. O comboio "que se segue" é às 21:50... Com a criança, que fazer?... Alternativa? Táxi. Mas... não há uma praça de táxis na Fuzeta. Não há táxis... solução: chamar um táxi a Olhão.

A praia saiu cara... Juram não mais voltar a este paraíso que tudo tem. A este "Allgarve".

E já agora, serviços de saúde?
- Quase nada... os hospitais fecharam quase todos. Restam os de Faro e Portimão - a rebentar pelas costuras. Há ainda os chamados "centros de saúde" com as condicionantes a que estamos habituados....
- Mas afinal para quê hospitais? Os turistas vêm para a praia ou para o hospital?
E a população é para trabalhar de Maio a Setembro!...
A população é mão-de-obra barata ao serviço dos senhores investidores... acaso não ouviram o discurso do senhor ministro na China? Aquele extraordinário discurso para incentivar o investimento chinês neste país que se orgulha de ter os salários mais baixos da União Europeia?
Estás parvo, ou quê?

Nota - quase de rodapé: As laranjas do Algarve caem de podres no chão. Não são apanhadas. não compensa (?)...
Num supermercado de Tavira (mesmo ao lado de um pomar de laranjeiras), vendem-se laranjas provenientes da África do Sul. O Algarve tem mesmo tudo, até laranjas de Durban para delícia do turista britânico.

Confraria da Alfarroba – sociedade de irresponsabilidade & limitada

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À VOLTA DA LEITURA DO MANIFESTO DA COMUNA ANTINACIONALISTA ZAMORANA

ARMANDO VEIGA

Este pequeno texto, construído à volta do Manifesto da Comuna Antinacionalista Zamorana, tece algumas considerações sobre as influências múltiplas entre a aspiração utópica, a vontade de mudar o mundo e o prazer da escrita. Garcia Calvo, autor do Manifesto, é exímio na arte de bem escrever e provocar as consciências demasiado acomodadas à sociedade. Pondo em causa todos os valores considerados sacrossantos, não deixa contudo de fazê-lo com fino humor, o que o liberta da responsabilidade de construir uma aborrecida utopia que seguramente descambaria mais numa sociedade à maneira de 1984 de Orwell, do que numa aprazível terra em que o dolce far niente seria a principal ocupação. Entroncando na poderosa tradição libertária espanhola, o que aqui se reivindica é a autonomia dos humanos liberta dos constrangimentos da produção alienada e, concomitantemente, do organismo que a sustenta, o Estado.

Trata-se ainda de uma reflexão pessoal que acompanha o autor destas linhas ao longo de uma grande parte da sua vida e que constituiu para ele uma fonte de inquietações salutares de que não abdica, agradecido, como a água bebida no deserto de que fala a quadra anónima

> Passei a vida a sonhar
> Julgando que estava desperto
> Não me venham agora roubar
> A água que bebi no deserto.

No fundo, os nossos pensamentos andam no pensamento de todos, pois a matriz cultural e religiosa que nos enformou é mais comum do que imaginamos. Trata-se de uma temática milenar, talvez tão antiga como o próprio Homem, pois perdem-se na noite dos tempos os ecos que até nós chegam de uma idade de ouro que teria existido neste pequeno grão de poeira que gira no espaço interstelar.

Nos finais dos anos 70 ou inícios de 80, tive o prazer de partilhar algumas cálidas noites na Rive Gauche, na companhia de um variado grupo de refugiados espanhóis que davam largas à sua nostalgia da terra entoando belas canções populares, do complexo mosaico cultural que hoje designamos por Espanha, mas que está em vias de se transformar em algo diferente, por força do desgaste que o tempo e os homens imprimem à acção dos ditadores, por mais profunda, oligofrénica e desapiedada que tenha sido essa ditadura. Pontificava nessas tertúlias entre a Boule d'Or, Notre-Dame e os cais do Sena, uma figura a todos os títulos original: Agustin Garcia Calvo, autor do Manifesto em questão. Professor catedrático de Filologia Antiga na Universidade Complutense de Madrid, vê-se obrigado a exilar-se em Paris durante alguns anos, regressando novamente à Universidade após a chamada

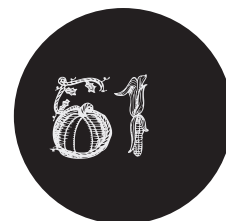
abertura à democracia, pela entronização de um rei aí colocado pela vontade de um dos mais ferozes ditadores do século XX, Francisco Franco.

Homem de uma vasta obra, abarcando desde o ensaio, a poesia (incluindo nesta a canção de que faz parte o Hino da cidade de Madrid), o teatro, a tradução e ainda a colaboração com artigos de opinião na imprensa espanhola e publicações de crítica da cultura, como a revista Archipiélago. Actualmente reformado do ensino, protagonizou no entanto um mediático gesto de desobediência civil ao recusar-se a pagar certos impostos ao Estado. Em língua portuguesa apenas está disponível uma pequena obra com o sugestivo título de Comunicado Urgente contra o Desperdício, editado pela extinta Editora Fora de Texto, de Coimbra, em 1990, e traduzido em parceria pelo autor destas linhas e Júlio Henriques.

O Manifesto foi-me carinhosamente transmitido por uma ninfa da ria de Pontevedra, que ocasionalmente se espraiava nas águas do Sena parisino. Obra rara na época, foi em formato de fotocópia desgastada pelo uso febril de outras ninfas e ninfetas, pois o seu conteúdo era deveras inspirador de adolescentes em busca de libertação dos horizontes estreitos em que o estado do tempo obrigava a vegetar a maioria dos nuestros hermanos. Na continuação, e como tudo o que as mulheres dão aos homens é bom, essa ninfa de Pontevedra ainda me ofereceu mais dois pequenos opúsculos, sem dúvida dados

à praia em noite de temporal: As Maldiciones Bíblicas, de Camilo Berneri e A Alma do Homem no Socialismo, de Óscar Wilde. Tão brilhantemente encaminhado nos mistérios da Utopia, nenhum viajante se poderia perder, por mais difícil que fosse a caminhada.

Obra imorredoira, o Manifesto verá sem dúvida a sua beleza e audácia transmitida para a língua portuguesa, logo que haja oportunidade. Congregando vários estilos, desde o gongórico barroco à missiva para iniciados, passando pela poética pura, Garcia Calvo mantém ao longo de todo o texto o domínio da forma e da ideia, sendo talvez a mais forte e a que mais lhe apraz a ideia da indefinição. Salto nada despiciendo em relação a outras utopias e relatos, pois essas elegiam a exaustão de pormenores como o nec plus ultra da sua contribuição, sendo essa, na verdade, a sua fraqueza.

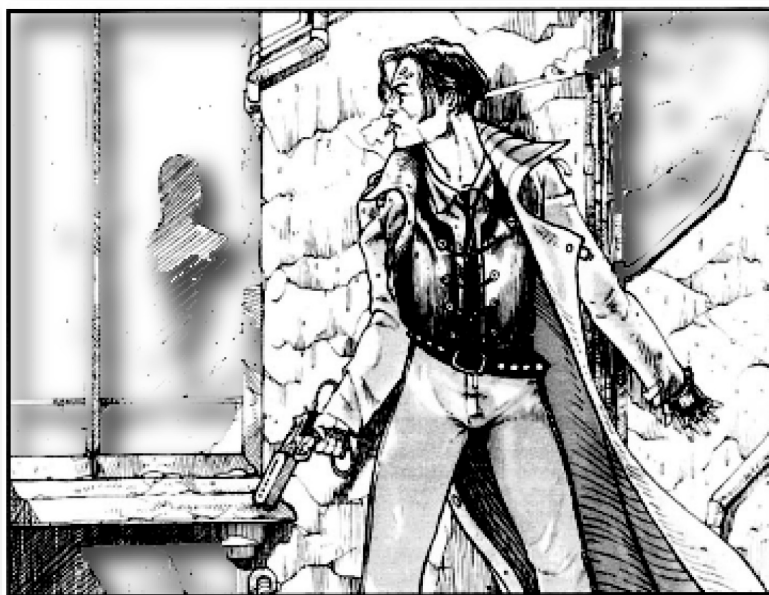
Que não se enganem os presumíveis leitores do Manifesto, se quiserem explicá-lo pela sua proximidade com o Maio de 68 francês, porque o local e data da sua elaboração vêm assinalados como sendo em Paris entre Dezembro e Fevereiro de 1969-70. O fermento da utopia é tão velho como o Homem. O mito adâmico do paraíso terrenal é uma constante da idiossincrasia da espécie. Muito provavelmente houve uma época em que essa harmonia tão perseguida entre o Homem e o resto da Natureza era uma realidade e não um mito. Os estudos da antropologia mais avançada, plasmados nas obras de Richard Lee e Marshal Shalins, que constituíram uma verdadeira inversão da perspectiva tradicional da disciplina, vêm confirmar essa tendência natural da espécie para o dolce far niente. Citando o livro de John Zerzan, Futur primitif, L'Insomniaque, Paris, Raoul Vaneigem, esse incansável promotor de utopias, em Da (in)humanidade da religião, apresenta:

Daí em diante admite-se que, antes da domesticação, antes da invenção da agricultura, a existência humana decorria essencialmente em lazeres, que ela repousava numa intimidade com a natureza, numa sabedoria sensual, fonte de igualdade entre os sexos e de boa saúde corporal. Tal foi a nossa natureza humana durante cerca de dois milhões de anos, antes da nossa servidão aos sacerdotes, aos reis e aos patrões.

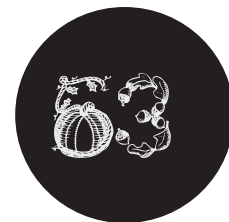
De resto, e na mesma perspectiva, os trabalhos de Pierre Clastres vêm ajudar a revolucionar a ideia que nós fazíamos das sociedades ditas primitivas. Sociedades alerta contra a emergência de uma autoridade separada do resto do corpo social. Sem dúvida o que mais chocou os navegadores portugueses e espanhóis foi o modus vivendi de muitas daquelas tribos ameríndias e amazónicas, plasmado na fórmula Gentes sem fé, nem rei, nem lei.

Temos assim que uma utopia nasce sempre no berço de uma contestação a uma autoridade, uma desigualdade, uma injustiça ou um dogma. Porém, historicamente, muitas utopias descambaram para situações mais injustas do que aquelas que pretendiam remediar. Digamos que a radicali-

dade de uma utopia pode e deve ser o elemento orientador da sua acção. E, sem sermos marxistas, subscrevemos aqui a definição de Marx de radicalidade, o próprio homem, ou melhor, o movimento que tende para humanizar cada vez mais o homem.

Se a utopia de Tomás Morus pretendia ridicularizar o mundo da escolástica, e muito justamente, ele não soube antever os não menores perigos que encerrava o cartesianismo que esquadrinhou toda a natureza em um afã catalogador, deixando o homem completamente despido de sonhos à inclemência do sol do meio-dia. Pensamos que a utopia rabelaisiana é mais amena e provavelmente mais inspiradora da utopia de que agora aqui tratamos, pois o único preceito que nela vigoraria apenas nos primeiros tempos vem direitinho do que estava inscrito no frontispício da abadia de Telema Faz o que te apetecer, e que Garcia Calvo traduz por É proibido proibir.

Ninguém poderá negar que o movimento libertário é o mais pródigo em utopias libertadoras, passe o pleonasmo. Pois que de utopias concentracionárias também não faltam escribas e executores. Era conveniente, por exemplo, fazer uma análise clara onde entronca a utopia marxista com o universo do Gulag. Concerteza que a resposta já foi dada, mas tem sido pouco divulgada pois a matriz cultural que lhe deu origem está na base da nossa impoluta sociedade mercantil e esclavagista. Os próprios libertários, com todo o ímpeto iconoclasta que lhes conhecemos, não raras vezes puseram a ciência no pedestal dos outros deuses derrubados. Esqueciam que ela é mais um produto da actividade dos homens, cheia de erros e pretensões. Por isso, mentes mais sensíveis, sem renderem culto senão à sensatez e à beleza, souberam atravessar mais ou menos incólumes os diversos pântanos que as religiões vão produzindo. Sendo talvez a da ciência a última a pontificar neste palco que é o mundo. As suas maravilhas fazem tecer loas permanentes aos seus usufrutuários, aos seus admiradores imbecis, e, para os que lhe sofrem os efeitos, sendo muitas vezes os mesmos, a destruição mais bárbara de que

há memória.

Deste indefinido esboço de utopia que constitui o Manifesto, indefinição que é o seu aspecto mais simpático e provocatório, como convém a um texto de combate e deleite, no seu ponto 2, designado por Pressupostos históricos, onde se fala de uma época comum ao nascimento da nacionalidade portuguesa, dois acontecimentos retêm a nossa atenção pela sua exemplaridade. O primeiro fala do cerco a que Zamora foi sujeita por parte das tropas de D. Sancho, filho de Fernando I, o monarca que reunira pela primeira vez sob o seu ceptro os campos de Castela, Leão e Galiza. Querendo redimir o seu ímpeto centralista, na hora da morte repartiu o reino pelos seus filhos e filhas. A Dona Urraca terá dado por reino a Zamora.

Ora tendo encarnado em Sancho a vontade expansionista, desde Castela começou imediatamente uma guerra de conquista. Durante o cerco de Zamora, segundo a lenda, um presumível cavaleiro renegado zamorano convenceu o monarca a acompanhá-lo a um local onde poderia lobrigar o ponto mais fraco para a segura tomada da cidade. E, tendo o rei acedido a tal pedido, depois de entrados no bosque de Valório, o dito cavaleiro o matou com o próprio venábulo de ouro que este lhe havia confiado, pois sentira premente necessidade de se aliviar. Reduzida a realeza à sua humilde condição humana, é esta a primeira lição que nos dá a história sobre os limites intransponíveis da fidalguia, na sua tentativa vã de ser mais que os plebeus. A segunda lição é o chamado episódio da truta. A ignomínia feudal, inqualificável e injustificável, sempre utilizou todos os pretextos para afirmar a sua singularidade psicopática e oligofrénica. Neste caso tratava-se da prerrogativa da nobreza ter a primazia nas compras no mercado do burgo até uma certa hora do dia. Sucedeu um dia que uma truta não fosse solicitada por ninguém da criadagem da nobreza. Um plebeu dispunha-se a adquiri-la quando um lacaio quis fazer o mesmo para o seu senhor. Gerou-se um motim de proporções inusitadas. A nobreza reuniu-se em concílio de guerra na Igreja de Santa Maria la Nueva, disposta a lavar a afronta com um banho de sangue. Prevenidos, os plebeus cercaram prontamente a igreja e eis como morreu toda aquela nobreza esturricada, tendo-se salvo apenas o representante maior da confraria, as hóstias consagradas que, segundo dizem, escaparam do cálice e foram aterrar em outra igreja, graças à sua infinita mobilidade e mutabilidade. Entretanto, os rebeldes, que eram praticamente toda a população, reuniram todos os seus haveres e deslocaram-se para uma aldeia portuguesa, junto à fronteira, deixando a cidade abandonada. Daí, enviaram um emissário ao rei dizendo-lhe que se os não considerasse inocentes a todos, ficariam definitivamente em Portugal, abandonando para sempre Zamora. Teve de ceder o rei e as ruas voltaram a povoar-se.

Saltando alguns pontos, vamos deter-nos no ponto 7 Acerca do governo e da vida das comunidades. Aqui particularmente pensamos estar o ponto mais polémico e provocatório de todo o panfleto. Digamos que duas figuras tutelares de proa inspiram estas linhas: Sade e Fourier. Sade exigia para a sua república que o incesto fosse lei. Já todos sabemos os excessos verbais do divino marquês. Exacerbados pelos longos anos passados na Bastilha, onde a Revolução o foi encontrar. Pintando o mal nas suas manifestações extremas, diz-se que o que ele pretendia era alertar-nos para os caminhos da virtude. É possível. Em todo o caso fica o aviso do filósofo: devemos desconfiar sempre dos homens virtuosos. Quanto a Fourier, o seu profundo conhecimento da alma humana levava-o a encontrar engenhosas soluções para questões aparentemente irresolúveis. Por exemplo, como resolver o problema da execução de tarefas sujas e desagradáveis? Explorando a tendência natural das crianças para essas actividades, o nosso utopista aconselhava os falansterianos a entregar-lhas. Como resolver o problema bem mais difícil das várias apetências por uma bela mulher? Consagrar publicamente a renúncia de cada um a ela, aumentando tanto mais o prestígio da dita, quanto maior o número dos renunciantes. Teríamos então o panorama de uma bela mulher seguida por uma multidão de devotos. Isto para os casos excepcionais. Ora bem, Garcia Calvo não vacila perante a resolução de problemas aparentemente irresolúveis. E, com mestria, ao falar do amor entre irmãos, vai explicando:

Ver-se-ão livres e comprazidos, sobretudo, desde o primeiro momento, os amores entre irmãos e irmãs que bem se queiram. Ao examinar como os actuais males e paradoxos do Amor consistem em que uma espécie de guerra e inimizade se apodera dos casais, e que nunca os amantes possam querer-se entre si como

irmãos, suspeita-se que algo tem que ver com esta situação a velha lei estabelecida de que, inversamente, os irmãos que bem se queiram não possam entre si ser amantes; e por isso, as novas relações eróticas nas comunidades de Zamora distinguir-se-ão por serem sobretudo de carácter incestuoso; o incesto o mais alegre dos rostos do amor que floresçam nos primeiros tempos de Zamora.

Continuando aquilo que ele designa por necessidade de dissolução das instituições eróticas e familiares, acrescenta:

Por outro lado, os lares subsistentes ir-se-ão dissolvendo das maneiras menos dolorosas, mas mais rápidas. Todas as adesões e fidelidades, todos os «meus» e «tuas», ir-se-ão sentindo de dia para dia mais tristes e mais vãos: com efeito, nenhum cidadão nem cidadã terá que procurar a sua segurança na sua ligação com alguém; a própria ideologia da segurança estará sendo submetida pelas comunidades à crítica dos factos mais lúcida e mais dura; ir-se-á vendo pouco a pouco como não há segurança, como não há salvação de pessoa alguma e como não faz qualquer falta que a haja; e à medida que esses resíduos de religião desapareçam, o Amor com maiúscula morrerá da mesma morte e toda a presente condenação dos amores em converter-se em possessão.

Efectivamente, a revolução social profunda protagonizada pelos povos de Espanha, em 36/39, não se limitou a pôr em causa a posse da propriedade, mas também as próprias relações dentro da família. A autoridade do patriarca viu-se posta em causa quer pela mulher, quer pelos filhos. Nos campos, dizia-se àquele que queria recrutar trabalhadores que o tempo da exploração acabara. Se quisesse que trabalhasse ele sozinho a terra, senão que se juntasse à Colectividade. Naturalmente os filhos iam para onde o trabalho era compartilhado alegremente. Nunca como então os campos de Espanha produziram tão belos e abundantes frutos. Contra essa força formidável designada por Colectividades, organizou Lister, estalinista feroz e sanguinário, uma repressão inaudita.

A sociedade mercantil reduziu a vida a uma pobre caricatura, segmentada em gestos e actividades em que os diferentes especialistas vão engordando. Contra a indústria florescente da desumanização de todos os impulsos vitais, ergue-se este manifesto, ao proclamar:

Mas, ao mesmo tempo que o amor possessivo morre, com ele morrerá inevitavelmente também o Sexo, isto é, o outro termo da falsa antítese que neste mundo funcionava; não haverá sexo; cada amor estará cheio de todo o tipo de amor; e como jamais se voltará a saber o que era no amor busca do deleite próprio e o que era generosidade e entrega ao outro; pois ter-se-á sentido e se recordará todos os dias que no prazer de amor a entidade de um e a do outro se confundem, e que só é o gozo de amor alegre e grande na medida em que se esquece qual dos dois está enamorado de qual, e qual é o que goza das carícias e dos beijos.

Prosseguindo a crítica da família obsessiva e dos seus complementos, casa e filhos, e afinando ainda o conceito tão escandaloso de incesto, o Manifesto proclama:

Será assim que a família perecerá no seu verdadeiro fundamento, que é o casal e a possessão, e ao cabo de pouco tempo, perdido o sentido de a que família pertence cada um, todos os amores que aparecerem tornar-se-ão incestuosos, visto que irmãos e irmãs entre si mais ou menos o serão todos. Só nesse momento a palavra «incesto» perderá o seu sentido, e continuarão os amores a camin-

har para a sua libertação, que provavelmente não é outra coisa senão a libertação em geral.

Através da família amontoavam-se perversamente com o Amor as questões da casa e dos filhos. Com respeito à primeira, uma vez que a confusão entre vida pública e privada vá avançando pelo próprio pé e que as comunidades vão fazendo desaparecer, com a economia estatal, todo o resto da economia do lar, a casa ficará vazia: isto é, que não será mais questão senão dos edifícios. No tocante a estes, não vamos pronunciarmo-nos aqui em detalhe sobre cantinas nem dormitórios; cada comunidade ensaiará o tipo de vivendas novas que se afigurem oportunos; mas de momento, de acordo com o exposto, nenhuma casa será de ninguém e de todos; a necessidade insigne das actuais proclamações de respeito pela intimidade ir-se-á esquecendo, ao mesmo tempo que toda a vida pública das comunidades será íntima e respeitosa. As portas estarão abertas de par em par; o pudor irá desaparecendo, sem violências, e os actos do amor serão tanto motivo de respeito e gozo dos que cheguem e dos que passam (quando não convite à participação comum) como terão perdido todo o sentido de exibição e propaganda.

Fourier resolveu o problema da habitação criando o conceito de falanstério, espécie de edifício multifuncional, onde cabiam todas as actividades, desde a económica, à do convívio, de habitação ou a assembleária. Rabelais escolheu o modelo abacial, quando as abadias constituíam uma unidade económica e religiosa. No entanto, esta visão de que os monges seriam pessoas trabalhadoras e incentivadoras de progresso não é partilhada por Moisés Espírito Santo, que compara os frades a autênticos colonizadores que outra coisa não faziam senão explorar desenfreadamente os camponeses que sofriam debaixo da sua jurisdição. Para uma instituição que no seu apogeu era a maior detentora de terras na Europa, isso não deve andar longe da verdade. Seja como for, a abadia de Rabelais só teria em comum com as outras apenas o nome, assemelhando-se o seu quotidiano ao dos monges trânsfugas e heréticos que celebraram os prazeres da vida através da Carmina Burana. Dentro do movimento libertário, a reflexão sobre modos de vida alternativa em comunidade sempre foi uma constante. O homem que levou mais longe a reflexão sobre esse tema foi Émile Armand, em obras como La Révolution Sexuelle et la Camaraderie Amoureuse. Também nos anos 50/60, a Internacional Situacionista, organização que se propunha fazer a crítica radical da sociedade, de que faziam parte alguns artistas e arquitectos, fez pesquisas sobre a questão do urbanismo, ligando a forma actual das cidades e dos edifícios em geral, à função eminentemente policial da sociedade. As suas teorizações têm sido pouco divulgadas, mas julgamos saber que aí se propunham edifícios de estrutura móvel, podendo ser modificados ou orientados segundo determinadas condições. Caricatamente, alguns desses membros da I.S. foram expulsos da organização por terem aceitado encomendas de igrejas e outros bunkers da sociedade espectacular/mercantil.

Continuando a temática sobre a família, proclama o Manifesto:

Quanto aos filhos, nenhum problema particularmente grave. O número dos nascidos irá sendo cuidadosamente regulado pelas comunidades, de maneira que a decisão de que alguma das mulheres traga uma nova criança não seja de modo algum assunto dela, mas sim fruto do amável e persistente convite dos vizinhos e próximos. As mães esquecer-se-ão prontamente qual a criança que pariu cada uma delas, e tornar-se-á como um costume toda a espécie de jogos e brincadeiras de substituição de crianças nos primeiros meses, que produzam a confusão e que favoreçam aquele esquecimento. A instituição do pai, certamente, será das primeiras a desaparecer a partir do próprio momento da libertação. Com perseverante cuidado, sem qualquer medida coactiva, as comunidades procura-

rão, desde o primeiro momento, que os laços paternais ou maternais que então se achem estabelecidos prontamente vão desaparecendo e perdendo na maré do amor comum entre as gentes.

E. Armand, nos seus escritos, apoiando-se na investigação levada a cabo por outros pesquisadores, fala-nos de um período em que os humanos desconheciam os mecanismos da reprodução. Talvez ainda a reminiscência paradisíaca, e daí o culto da terra fecunda. Julgava-se que as mulheres concebiam da mesma forma que uma macieira dá maçãs ou uma pereira peras. O resultado era que todas as pessoas acarinhavam todas as crianças. Quantas guerras torpes se teriam evitado se ainda hoje fosse seguido esse costume. Em relação à questão dos nascimentos, Clastres desespera da revolução pois para ele, em um acesso de neo-malthusianismo, declara impossível a autogestão de grandes massas humanas, não tanto por falta de alimentos, mas por vias da irrupção de interesses de grupos e castas.

Num mundo em que a pedofilia ameaça abanar com escândalos e crimes os suportes políticos e religiosos que o sustentam, da Bélgica à América, passando pelas piolheiras da Tailândia, Índia, Brasil ou Filipinas, vejamos como o Manifesto aborda a questão:

Quanto ao resto, não haverá pois coisa alguma proibida nem viciosa nem pecaminosa; o engenhoso amor meter-se-á cada manhã pelas tabelas quase infinitas das probabilidades a descobrir os seus métodos, confundidas para ele a acção e a imaginação; e será nisto o amor exemplo e alimento das demais actividades. Unicamente, e em especial nos primeiros tempos, se estenderá por toda a parte, cuidadosa e vigilante, a proibição de proibir. Para que nada seja pecado, ninguém poderá pecar, isto é, ninguém poderá utilizar o prazer de amor como um pretexto para gozar de novo do gosto do pecado. O pecador que, suprimida a Lei, se esforçasse em fingi-la, para poder obter os agudos orgasmos da contravenção, estaria a reconstituir a Lei, igual ou melhor do que um juiz ou legislador que tivesse subsistido. Por isso estará constantemente proibido proibir; e assim, por via de exemplo, se um velho solicita de amores uma menina todavia pouco iniciada nas fortes lides do amor (relativamente pouco, pois a palavra «virgem» terá perdido desde o primeiro ano todo seu sentido), nada haverá nesse caso que desanime as assembleias celestinas de favorecer os novos abraços e prazeres; mas se apercebem naquilo as vigilantes celestinas algo como ressaibos do pecado, que o velho está ainda carregado da recordação dos tempos em que havia coisas como corrupções de menores e que é nisso que estriba a sua própria incitação, acrescentada pela possibilidade de, ressuscitando na menina através do seu próprio contacto a sensação do obscuro e do proibido, desfrutar da turvação e dos movimentos contraditórios que nela se produzam, está bastante claro que as celestinas recusarão o seu ofício complacente, persuadirão pelo contrário o homem da sua própria ambiguidade, que com só denunciada já terá perdido muito do seu poder, e amavelmente o separarão para bem longe da rapariga e com mil

gentis desvios o ajudarão a aguardar por melhor momento, a aguardar - isto é – o momento em que, ao lograr os seus desejos, o que logre já não seja aquilo que queria. Pois, se pode parecer triste a algumas mentes extremosas que apesar da proibição da proibição ter de se manter, sobre isto novamente recorda a nossa comuna que o bom senso e as transigências provisórias são a única força do desejo intransigente, e que a liberdade não está na afirmação da liberdade, mas sim na negação da negação da liberdade, enquanto algum resto dessa negação da liberdade subsistir. Nenhum resto, pois, da Lei nem do pecado poderão consentir as nossas comunidades no seu seio.

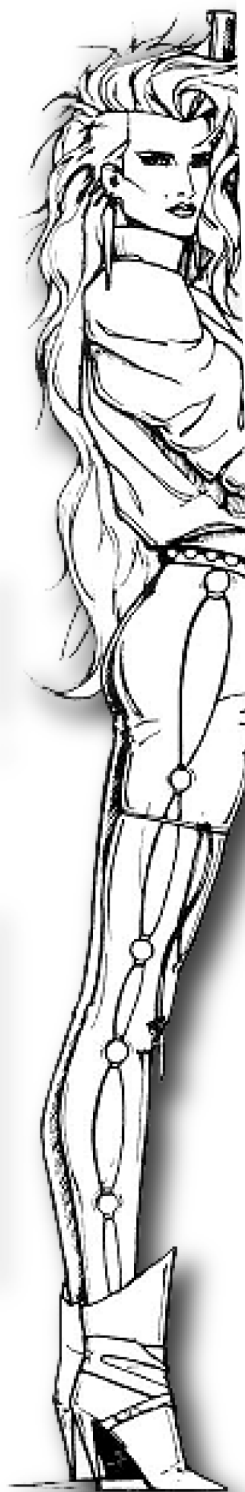
Pasme-se! Depois de propor o desaparecimento das instituições económicas e amorosas, o Manifesto ataca-se alegremente a uma outra que nunca tinha sido definida como instituição, o Indivíduo. Não fora o prestimoso contributo do douto professor Bragança de Miranda, ao alertar-nos no seu posfácio à primeira edição em língua portuguesa da obra de Max Stirner O Único e a sua Propriedade, Edições Antígona, Lisboa, 2004, de que haveria pessoas que viam esta obra como uma imensa provocação ou paródia, nomeadamente o responsável pela sua redescoberta, o poeta anarquista John MacKay, todos os stirnerianos estariam já a imaginar o mestre a dar voltas no túmulo, depois deste ataque a tão venerável instituição. É um pouco a ideia do venerável professor Faurisson a explicar a poesia de Lautréamont ou de Rimbaud. Mas nós estamos em Espanha. E aí confluíram todas as filosofias e místicas. Com um pouco de imaginação, o que se propõe ao atacar o Indivíduo é talvez aquele grau de consciência que só os grandes iniciados nas vias místicas do sufismo, do judaísmo, do cristianismo, ou do budismo, poderão atingir. Demasiado complicadas para o nosso gosto chão, contudo. Porém, há que reconhecer que a

libertação do indivíduo do papel social que lhe é atribuído, ou que ele próprio se atribui, é um progresso da liberdade. Por demais sabemos como a ratio é uma moda endeusada numa sociedade de escravos, para uso e reprodução de escravos, desde a socrática Grécia até aos nossos dias. Vejamos então como o Manifesto exprime jovialmente esta ideia que alguns levam tão a sério:

Em suma, com tudo o que fica exposto ou sugerido a respeito da desaparição das instituições económicas ou amorosas já se vê que em definitivo se trata também de negar a outra instituição, a do Indivíduo em si, que apenas, como suporte necessário do Estado e da Família, pode no Estado e na Família ter o seu fundamento. A supressão do governo suprime o súbdito e o governante, a supressão da família suprime o filho, o pai e a mãe, a supressão do dinheiro suprime o senhor e o trabalhador. Não serão homens individuais, não será o Indivíduo o que verá nascer o dia de uma Zamora inteiramente livre; e entretanto, será o melhor sinal da boa marcha da empresa das nossas comunas quando alguns dos cidadãos comecem a confundir-se e equivocar-se e a não saber entre eles quem é quem.

Finalmente, no ponto número 8 do Manifesto, com uma clareza inusitada, a velha polémica dos meios e dos fins, tão cara a jesuítas e bolcheviques, que como sabemos lhe dão a mesma solução, aqui é resolvida de uma forma clara e original, pelo desaparecimento dos fins e pela exclusiva afirmação dos meios. Ficamos pois com as mãos livres nesta utópica proposta de acção subversiva. Um progresso nada despiciendo em relação à utopia de Tomás Moro, por exemplo, tão redonda e perfeita que não dá margem de manobra à liberdade. É aliás mais ou menos isso que o anafado professor Fernando Savater, excolega de trabalho e amigo de Garcia Calvo propõe no seu bem-humorado prólogo à edição espanhola da Editorial Espasa Calpe, Madrid, 2005. Para além do seu new look neoliberal, Savater conservou sempre aquilo que ele próprio designou como a coisa mais importante do mundo, a alegria. E também o

riso ou sardónico sorriso face a todas as tentativas ideológicas totalitárias. O que já lhe valeu uma velada ameaça de morte por parte dos fundamentalistas abertzales da ETA. Na sua juventude, Savater teceu corajosos ditirambos à Anarquia e a um dos seus ícones, Bakunine. Efectivamente, a sombra deste gigante tem-se projectado com vigor sobre as terras de Espanha, muito mais do que o seu rival Marx. No fundo, eram duas concepções do mundo que se enfrentavam. Uma, anti-centralista, como convinha à realidade social e geográfica de Espanha, a outra fortemente centralizadora e herdeira do espírito político jacobino e conspirativo, como convinha a alguém embuído do espírito messiânico judaico e criador de uma nova religião que delegava no mítico proletariado a tarefa de salvar o resto da humanidade das garras do capitalismo.

Portugal não escapou a esta apaixonada luta entre estas duas correntes. O apóstolo enviado à Península Ibérica por Bakunine foi nem mais nem menos Elisée Reclus, homem de profunda craveira moral e ética de quem o próprio Bakunine dizia, assombrado: “Pode-se ser profundamente ateu e religioso, ao mesmo tempo”. Reclus era filho de um pastor calvinista e estudou teologia na sua juventude, na Alemanha. Tornou-se um geógrafo de renome internacional e isso valeu-lhe o apoio da comunidade científica da época para ver a sua pena de morte comutada em deportação, pelo seu envolvimento na Comuna de Paris. Homem de uma rara sensibilidade para as questões da Natureza e da sua influência nos humanos, dizia a propósito das Espanhas que aí qualquer pastor transportava dentro de si um rei. Com gente desta não há centralismo que perdure. Neste momento vemos ressurgir com mais força cada uma das individualidades regionais de Espanha. Este carácter indómito e singular retrata-o assim o poeta León Felipe, um dos muitos exilados da catástrofe franquista, em um texto designado por Universalidade e exaltação (A luz universal de Castela), escrito em 1937, em Madrid sitiada, a propósito de Castela:

Castela não é épica nem guerreira. Não o foi nunca. Aquele empenho de luta pela terra, o mesmo que este de agora, são empenhos de luta pela luz. E quando Espanha, grande outra vez, quer se trate duma região ou de um centro político, será, em primeiro lugar, o que sempre foi e o que deve ser: um altar, um sítio santo de peregrinação, aonde todos os espanhóis subam em horas de aflição a meditar e a purificar-se, a fazer penitência debaixo das suas normas ascéticas e luminosas, a levar as oferendas plurais e melhores do seu esforço para que a tromba da meseta as levante e as integre no azul imaculado.

Talvez não haja outro povo no mundo como Espanha, onde apesar das linhas violentas de montes e vales, a velha terra nacional, a península toda se estruture de uma maneira tão orgânica – humanamente quase – e com uma estruturação de nobres preferências porque a disposição e a avaliação das terras fez-se partindo das hierarquias do espírito e do sacrifício, não partindo das terrenais prerrogativas da força e do poderio. Castela é o coração e a alma de Espanha, não só por ser núcleo e cúspide, mas porque é, além disso, o sítio mais estratégico para as batalhas do espírito. A sua excelência – entendei isto bem os levantinos – não

se apoia em antigos privilégios de poderio político, mas sim em privilégios de luz e de renunciação. Quando tudo ficar sombrio como agora e os horizontes forem uma muralha negra, as suas normas luminosas e ascéticas salvar-nos-ão sempre, não a sua velha lança. Se acabarem todos os frades de Espanha e se desmoronarem uma a uma todas as abadias, que não se inquietem os devotos. Ficar-nos-á sempre a disciplina espiritual da meseta. Ela fará novos místicos da Espanha que começa.

Ela fez novos cristãos já para esta Espanha de agora. O momento é revolucionário, mas não irreligioso nem anticristão.

A exaltação religiosa fugiu de Castela há mais de três séculos, e volta agora com a Revolução, com os revolucionários, e volta a fazer o seu ninho na meseta outra vez, como sempre. Mas não nos conventos. O sentimento religioso agora seculariza-se, desclericaliza-se, humaniza-se e encarna-se em homens laicos que se erguerão sobre a meseta com uma voz não monacal, mas sim castelhana. E Castela falará outra vez, não Roma. Nem Roma nem Moscovo, já o dissemos. Madrid é minha. Madrid é nossa. A sua luz, o seu ar e a sua paisagem são nossos. Se a desventura de uma escaramuça guerreira a pusesse de improviso em outras mãos e mudasse politicamente de amos, Castela continuaria a ser nossa, porque criando-nos ela, também a criamos nós, os poetas, os artistas, os santos e os místicos, que também estão do nosso lado. Há algo mais do que sulcos, terra despida e velhos castelos em Castela. O nosso sangue e o que aí arou a nossa angústia, a quilha dolorida da nossa alma.

«Castela é só uma força espiritual.» «De lá vê-se tão bem, e come-se tão mal!» Creio que estas palavras são de Ortega y Gasset. Mas em Castela come-se mal, não pela imposição sórdida da terra, mas sim pela ditadura espiritual da luz. Aqui, para ver, há que jejuar. Este lema místico e castelhano está escrito no céu, não nos sulcos. E entendamos bem isto, que o ascetismo imposto pela luz é graça, e o ascetismo imposto pela terra é miséria. Em Castela a luz «é uma grande força que levanta as coisas quebradas de Espanha como numa dança que vai na direcção de Deus».

Na nossa arte e na nossa vida sublinham-se sempre todos os nossos problemas, e é o índice que nos guia. A terra poderia ser deles um dia, dos assassinos e dos bastardos, mas o ar e a luz serão sempre nossos e aí estarão sempre buscando a nossa retina e as molas da nossa exaltação sublinhando os crimes, os incêndios, os escombros das nossas relíquias tradicionais, as filas intermináveis de sepulturas anónimas, onde descansam, amontoados e revoltos, heróis, crianças e mulheres.

Se a terra lá em cima for algum dia deles, a luz ficará parada no céu luminoso de Castela, sublinhando estas palavras: Justiça, Vingança e Reconquista!

Vemos assim que o sentimento religioso enforma as manifestações de rebeldia contra a ordem. Segundo Bragança de Miranda (Posfácio, 2004), a religião constituiria um acumular de experiência humana, nas suas mais variadas manifestações, que depois de cristalizar numa determinada forma, tem ainda poderes criativos para se pôr de novo em causa, através da arte, levando a uma nova forma e assim por diante. É o mesmo processo das topias e utopias de que fala Gustav Landauer em La révolution (Editions Champ Libre, Paris, 1974). Este último autor, juntamente com a plêiade de autores como Buber, Walter Benjamin, Kafka, Bernard Lazare, Lukács, Bloch e tantos outros, são o exemplo paradigmático de como o judaísmo pode enformar uma perspectiva revolucionária e utópica da História. O excelente livro de Michael Löwy Redenção e Utopia (O judaísmo libertário na Europa Central), Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1989, dá conta dessa realidade. As nos-

sas vivências acompanham as nossas obras. Contudo, foi preciso que um judeu, Israel Shahak, na esteira dos grandes profetas de Israel, segundo as palavras elogiosas de Gore Vidal, no seu prefácio à obra Histoire juive, Religion juive, Le poids de trois millénaires, Éd. La Vieille Taupe, Paris, 1996, (edição portuguesa Editora Hugin), viesse pôr em relevo o profundo ou velado desprezo que alguns destes intelectuais nutriam pelo campesinato enquanto classe social, desprezo bebido no talmude e ensinado pelo rabinato. Todo o movimento socialista de tendência marxista sofre desse handicap, desde logo Marx, ao pôr nos píncaros da lua a acção do proletariado urbano e ao afirmar a supremacia do proletariado alemão em relação ao dos outros países. Também a obra de Norman Cohn Na Senda do Milénio, Editorial Presença, Porto, 1981, aborda de uma forma académica a influência entre a mística, o milenarismo e as formidáveis revoltas camponesas que sacudiram a Europa durante a Idade Média. Contudo, cremos que a ignominiosa estrutura feudal da sociedade com todas as prepotências a ela inerentes, bastariam para que o sentimento de revolta estalasse em toda a sua exuberância. A revolta de Spartacus poderá ser atribuída a esta problemática? E a dos Comuneros de Castilla? Concerteza que no mundo dos humanos, nada é estranho à humanidade ou, como diria o poeta, isto anda tudo ligado. Kropotkine atribui a adesão do campesinato francês à revolução e posteriormente à política napoleónica essencialmente porque queria assegurar a posse da terra expropriada aos senhores, pois enchera a barriga pela primeira vez na sua vida, e estava consciente da ameaça que constituíam as outras monarquias europeias que com hostilidade cercavam a França. Aliás, todas as religiões se fundam no acto tão humano da participação eucarística, que não é mais do que a partição do pão pelos elementos da comunidade, como o acto mais sagrado.

A última vanguarda revolucionária e artística do século XX, a Internacional Situacionista, manteve-se fiel até ao fim à terminologia marxista do proletariado messiânico. Homens como Debord, iconoclastas em todos os campos, mantiveram neste ponto uma absurda ancoragem com a velha langue de bois do estalinismo. Incapazes de se libertarem da ideia do poder, falavam do poder absoluto dos conselhos operários. A história da organização teve momentos caricatos dignos dos grupúsculos maoístas ou trotskistas que tanto criticavam.

CONCLUSÃO

Muito tempo depois da derrota daquela que foi a mais radical das revoluções do século XX, alguns espanhóis só encontraram ambiente para respirar com um certo à vontade para além dos Pirinéus. Desses, fez parte Agustin Garcia Calvo que, com a sua Zamora natal no pensamento, escreveu o original libelo que convida a uma completa subversão dos valores abençoados pela Igreja e o Estado. Contudo, a dimensão moral e ética, que nunca foi perdida de vista pelo movimento libertário ao exigir uma perfeita sintonia dos meios com os fins, e que aqui os meios são o único factor a ter em conta, pelos mais ou menos membros da Comunidade Autónoma Zamorana, essa dimensão está perfeitamente resguardada neste escrito, pela original volta que dá às questões mais melindrosas. Imaginamos que Garcia Calvo se divertiu ao escrevê-lo, tanto quanto os seus leitores, pois vai já na sua quinta edição.
Ao mesmo tempo que se faz a sua leitura, vemos que toda uma série de questões giram à volta desta temática rica e sugestiva: a utopia, a religião, a economia, a família, o Estado, a autonomia, a liberdade, a linguagem, etc., e, sobretudo, o imperativo de todo o homem digno desse nome, de reagir contra um meio que aporrinha e destrói as forças exuberantes da vida.

Bibliografia Sumária

CALVO, Agustin Garcia, Manifiesto de la Comuna Antinacionalista Zamorana, Editorial Lucina, Madrid, 1987

COHN, Norman, Na Senda do Milénio, Editorial Presença, Porto, 1981

DÍEZ, José Luís, Los Comuneros de Castilla, Mañana Editorial, Madrid, 1977

FELIPE, León, Prosas, Alianza Editorial, Madrid, 1981
LOWY, Michael, Redenção e utopia (o judaísmo libertário na Europa Central), Companhia das Letras, São Paulo, 1989

MIRANDA, Bragança de, Posfácio a O Único e a sua Propriedade, Edições Antígona, Lisboa, 2004

SANTO, Moisés Espírito, Cinco mil anos de cultura a oeste, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 2004

SAVATER, Fernando, Para la Anarquia, Tusquets Editor, Barcelona, 1977

VANEIGEM, Raoul, Da (in)Humanidade da religião, Editorial Notícias, Lisboa, 2002

Az-laureans

Escarranchado sobre íngremes montanhas a absorver o sangue fluente, a motejar as flores já sem cores, a semear o lúgubre e a ofuscar o cintilante, o passivo dito Deus ressentiu-se e bafejou o mau agouro.
O seu alenío-brisa formou o vento, que em suas variantes - tufão, vendaval, turbilhão e ciclone - arromba as portas e acorda, espantando o animal-homem.

O homem ao despertar sente-se ultrajado e brada: o seu grito faz eco, e o homem descobre o som articulando-o muito depois.
Ah, mas como as palavras voam, as escrituras se apagam e as esculturas se desmoronam, a criatura que não ordena suas faculdades de som, educando-as, carcome-se. Apenas a Música sobrevive!
Os isentos de musicalma (vida), aterram-se de pavor e criam as divindades.
O medo gera no homem a necessidade de amor...; o amor... assusta, e na ausência aflora a saudade; e esta debilita o corpo e ilumina o espírito. Em consequência a espécie humana vê demasiadamente em relação ao que pode assimilar. E assim o respeito, o maior elo de harmonia, desintegra-se.
Entretanto os oceanos formam-se com ondas prateadas dum aroma iódico, com suas viçosas praias de longos horizontes que abrem o apetite ao animal bípede. Como a vileza triunfa, o pão começa a faltar a Uns pelo esbanjamento de Outros. Uns entram em luta com Outros, exigindo um

pouco de pão cultivado na terra de todos e produzido por Uns escravos.
Durante milénios Uns pedem em vão a Outros o reconhecimento da sua condição de filhos da mesma natureza; mas Outros continuam a humilhar e a explorar Uns, não os remunerando por seus labores.
A Terra continua a sua rotação esquecida das causas do seu movimento de translação em torno do Sol. E numa Primavera Sagrada de força Uns passam a dominar Outros.
Entretanto o solo sedento antes do elo da harmonia se corromper humedece-se de corpos ingénuos, quase sempre de ignorantes, nos campos de batalha; os mares vizinhos, das consideradas primeiras civilizações, turvam-se de escombros e de sangue que compõem as armadas; e os rochedos de todos os continentes brotam águas matizadas devido ao sangue dos idealistas e dos mártires inocentes.
Retornando ao campo de batalha da vida quotidiana, o observador do drama humano apercebe-se que Outros continuam a lutar para readquirirem o poder que Uns têm. Na equivalência do poderio bélico entre Uns e Outros, deflagra-se uma carnificina da qual saem vencedores-vencidos Uns que, no auge da sua tenacidade e cólera, aniquilam totalmente Outros.
Sós no palco da vida, Uns formam Outros para lutarem incessantemente entre si até restarem dois para Um matar Outro.
Vendo-se só no mundo, Um fica triste por não ter com quem lutar e pede… Outro.
O Outro ao chegar a este mundo-desordem, não encontrando a recompensa de viver, extingue seu genitor. Sendo também apagado por Um que o mata pelo mesmo motivo! (O ser humano é injusto e estúpido, sobretudo pela falta de memória).
Ora o Deus criador casual de todo o Cosmo, passando ao activo, apercebe-se de toda a tragédia engendrada pelo seu bafejo sobre a TERRA e exclama: DESINTEGRE-SE O TODO PARA QUE O CAOS REINE SOBRE O TRONO DO INFINITO. E o caos passou a ser sinónimo de acaso e de Universo ao acaso na desordenada ordem das coisas e dos seres.

A captura do colombiano veio na seqüência da ocupação do Morro do Alemão, no Rio, e da nova onda de clamores que pedem a militarização do combate ao narcotráfico no Brasil. Juntas, as ações no Rio e em São Paulo, procuraram mostrar o êxito na combinação entre repressão (exército e forças especiais da polícia) e investigação (polícia federal) no combate à cocaína e à maconha.

Ao mesmo tempo, no México, o presidente Calderón procura a legitimidade que as urnas não lhe deram com uma campanha militar de ataque aos "cartéis" locais. A ação de forças militares de elite garantiria a punição e a lisura, já que a corrupção teria carcomido totalmente a polícia mexicana. Resultado: sete estados ocupados e a aprovação do presidente em alta. O "modelo de sucesso" decalcado é o da Colômbia de Álvaro Uribe: repressão com dinheiro americano do Plano Colômbia e "moralização" das forças repressivas. Simultaneamente, o governo dos Estados Unidos anuncia um "Plano México" de 700 milhões de dólares para reforçar a guerra às drogas no México, nos moldes do plano colombiano. O dinheiro serviria também para comprar armas, aparelhar a polícia e o exército, modernizar prisões de segurança máxima.

O Plano México, no entanto, tem uma diferença fundamental em relação ao Plano Colômbia: visa principalmente o tráfico de drogas sintéticas. Continua firme a lógica da guerra às drogas — os EUA identificam "fontes" no exterior que exportam o que eles apenas consumiriam — mas as drogas já não são as mesmas. O Plano Colômbia veio para combater um tráfico que teve seu auge nos anos 80: o de cocaína. As práticas mudaram, o mercado mu-

Drogas velhas e novas, e as actualizações da guerra

A prisão de Ramírez Abadía foi anunciada como a prova de que a polícia brasileira encontra meios para reprimir o narcotráfico no país. Os milhões de dólares, as propriedades e negócios de fachada demonstrariam a importância de Abadía e seu lugar de destaque no tráfico internacional de cocaína.

dou. No entanto, com a proibição persistindo, o mercado ilegal das drogas segue firme trocando apenas os produtos em destaque.

A produção de drogas como o crystal não é um

agrobusiness: não necessita de camponeses nem de plantations. As drogas sintéticas são produzidas em pequenos laboratórios e circulam em diminutos comprimidos ou cristais. São vendidas na internet e por jovens de classe média. Viajam mais em aviões comerciais que em monomotores. São drogas cujo uso acompanha novos hábitos. São drogas que agenciam outras táticas de guerra.

A guerra às drogas chega, assim, à sociedade de controlo. Por isso, Abadía parece ser um "mega-traficante" de um negócio decadente. Mas ainda um bom negócio, que é um duplo do novo ramo. E a guerra às drogas se redimensiona apostando num up grade do mesmo proibicionismo militarista. Segue a guerra por outros meios, a guerra atualizada sobre a base moralista que repudia o uso de drogas e que sustenta o tráfico.

Segue firme uma guerra que é infindável justamente porque se faz contra o que não se pode cessar: a experimentação de si com

uso de drogas. Proibir o que não se pode erradicar é a senha para a continuação

força que realimenta moralismos e Estados na guerra perpétua da política.

Há um montão de crianças e jovens atacando pelas ruas. Eles querem dinheiro, celular, anel, qualquer coisa, sua vida.

As suas próprias vidas não valem nada, devoradas pelo narcotráfico, guerras entre gangues, com a polícia, pequenos delatores, trabalho eventual, escola: lugar de imitação e obediência exigida.

São fascistas atuando contra fascistas. Uma guerra sem cara! Ou a cara deles.

Cansaram de si, de suas vidas bestas, das outras bestas que as religiões, de vez em quando, dizem ter capturado; que as ONG's se esforçam por apaziguar com reggae, samba, cabelo e batucada e teatrinhos e inclusões digitais e algo mais ou menos assim para autoridade ver, televisão mostrar... Tudo mais ou menos.

Fascismo de baixo para cima, entre os de baixo, os de classe média e burguesia, com as bolsas famílias e os roubos de bolsas, carteiras, correntes, crucifixos, medalhas, taças, virgindades, profanações... Interminável ataque e contra-ataques mortais, com penas de morte na ponta da caneta, balas no fuzil, lâmina cortando a carne, os nervos, os órgãos.

Hemorragias...

Estes garotos e garotas assaltam, matam e zanzam por aí até um possível outro encontro com a morte. MORTE.?! ...

Os governos desovam planos de seguranças. Os pesquisadores colhem verbas. Os bolsistas, a míngua, com suas míseras pochetes e mochilas. A mãe com a bolsa-família. O ladrão, o traficante, o político, o chefe disto ou daquilo, felizes e contentes, o rapaz que vende droga sintética e não sintética com a mão na grana, na mina, na minha grana, em qualquer corpo... Tudo fascista locão-locona!

Guerra de morte. De fascistas, sim.

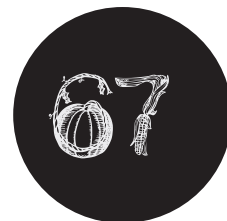
Não gostou?

Dane-se!

Trata-se de pôr fim aos juízos sabichões, das autoridades que zelam pela continuidade da miséria; das vítimas que querem morte; dos mascates dos direitos...

Uma águia sobrevoa o ninho da coruja!

Hypomnemata 88
Boletim electrónico mensal do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária

"Nanook Of The North" DE ROBERT FLAHERTY

''Se há uma história, é a do homem na sua oposição à natureza". Robert Flaherty

Mónica Fraga

Este filme realizado por Robert Flaherty, rodado em 1922, documenta um ano na vida de Nanook, um caçador esquimó e a sua família, à medida que lutam para sobreviver nas condições agrestes de Hudson Bay, no Canadá. Apenas com imagens, sem diálogos, este documentário mostra o comércio, a caça, a pesca e as migrações de um grupo praticamente intocado pela tecnologia industrial. O personagem retratado é Nanook e sua família, um Inuk do árctico. É considerado o primeiro documentário antropológico de longa-metragem da história do Cinema.

Título Original: Nanook of the North Elenco: Nanook (Allakariallak), Nyla (mulher de Nanook), Cunayou (mulher de Nanook), Allee (filho de Nanook), Allegoo (filho de Nanook), Berry Kroeger (narrador) Fotografia: Robert J. Flaherty Montagem: Robert J. Flaherty, Charles Gelb Argumento: Robert J. Flaherty Realização: Robert J. Flaherty Produção: Robert J. Flaherty País: EUA Estúdio: Les Frères Revillon / Pathé Exchange Cor: P&B Duração: 55 minutos Ano:1922 Hudson Bay, Québec, Canadá

Robert Joseph Flaherty nasce em 1884, no seio de uma família de imigrantes. Influenciado pela profissão do pai, protestante irlandês explorador de minas, que acompanhou desde criança, Flaherty torna-se também explorador, cartógrafo, geólogo e guia especializado ao serviço de Sir William McKenzie, o construtor do caminho-de-ferro transcontinental, o Canadian Northern Railway. Este ter-lhe-á proposto que, na sua terceira expedição à costa oriental da Baía de Hudson em 1913, registasse com uma máquina de filmar aquilo que mais interessasse.

O que Flaherty tinha em mente era fazer do cinema um documento vivo, e não um produto da indústria cinematográfica. Desejava um cinema sem actores contratados ou contextos artificialmente criados, com a participação dos habitantes locais, suas vidas e costumes. Assim, antes de começar a filmar passou um ano com os esquimós, realizando o que a antropolo-

gia viria a chamar de observação participante.

Contudo o filme foi rodado duas vezes por inteiro, pois os primeiros negativos arderam num incêndio em 1913. Só mais tarde, em 1920, apoiado pelos irmãos Revillon, negociantes de peles parisienses, Flaherty parte novamente, para as terras frias. Como equipamento levava um projector, holofotes Haulberg, duas câmaras Akeley e ainda uma impressora que permitia identificar eventuais falhas técnicas durante as filmagens.

Nesta expedição, conheceu Nanook, um esquimó adorável. Juntos, enfrentaram obstáculos como a falta de comida e o confronto com os perigos da natureza - algo que os aproximou profundamente e permitiu a cumplicidade necessária para a realização do documentário.

Deste modo Flaherty filma Nanook, o hábil caçador de morsas, elegendo-o como protagonista da história. Neste filme surgem, pelo menos, duas situações, que reflectem as circunstâncias em que a realidade é reproduzida no documentário. Como o caso de Flaherty ter pedido a Nanook que construísse um igloo bem maior que o habitual, para poder filmar lá dentro. A sequência da caçada das morsas é encenada, o caçador foi filmado durante vários dias a arpoar morsas, para mostrar como se apanha uma.

Longe de buscar a Verdade, o que parecia interessar a Flaherty era a descoberta de uma nova impressão de autenticidade. Longe dos grandes eventos e das paisagens registradas por expedições científicas, Flaherty constrói o retrato de um indivíduo e sua relação com a Natureza. Narra a luta pela sobrevivência de uma família de esquimós na Baia de Hudson, onde a temperatura média do mês mais quente é inferior a 10°C, durante o Inverno é coberto pelo gelo e a tem-

peratura atinge - 60°C. No Verão a tundra é a vegetação principal, mas nas áreas menos frias encontram-se salgueiros e bétulas, a vida animal é restrita em relação ao número de espécies, ursos-polares, focas árcticas e bois-almiscarados. Nanook, o esquimó que dá nome ao filme, participa activamente da filmagem, propondo cenas durante a rodagem. O resultado é surpreendente: uma reconstrução dramática da realidade vivida pelos actores naturais e um testemunho poético desta mesma realidade.

A expedição de Flaherty durou 16 meses, com o patrocínio de $50,000. Após concluído, "Nanook of the North" foi rejeitado por cinco distribuidoras. Acabando por estrear em 1922, em Nova Iorque, com um lucro de $40,000 na primeira semana. O seu sucesso comercial valeu a Flaherty um contrato com a Paramount!

Vários cineastas conviveram com a realidade sem guiões e narrativas de sucesso comercial, com o único compromisso de respeitar o quotidiano das pessoas que participaram das suas filmagens. Flaherty foi um destes documentaristas. Fotógrafo, realizador e montador norte-americano realizou três filmes inesquecíveis sobre o ser humano em luta contra a natureza ou em harmonia com o mundo: Nanook of the North, Moana - A Romance of the Golden Age, rodado no Pacífico Sul, Polinésia, com os habitantes de Samoa em suas vidas diárias de alegrias e danças; Man of Aran, filme sobre a pesca, o preparo da terra vegetal e a luta contra o selvagem mar das ilhas de Aran, na costa oeste da Irlanda.

A sua última longa metragem foi Louisiana Story, documentário elaboradamente ficcionado sobre a

construção de um oleoduto nos pântanos de Louisiana, filme financiado por uma companhia petrolífera em que ele ilustra a vida de um rapaz que trabalha nesse ofício, dando relevo poético às relações humanas e ao seu enquadramento na natureza. Certos críticos acusaram-no de disfarçar a exploração humana.

O seu cinema nasce das relações da família, trabalho e amizade, é acima de tudo um cinema utópico, peça de resistência do poético numa cinematografia mundial cada vez mais voltada ao consumo.

Robert Joseph Flaherty é, tal como Dziga Vertov, um dos pais do documentário. Polémico, acusado de ilusionismo e idealização da realidade, a sua obra é um marco no cinema documental do século XX.

"(...) Hoje, mais que nunca, testemunhou Robert Flaherty, o mundo precisa promover a mútua compreensão entre os povos. A via mais rápida, a mais segura para aí chegar é oferecer ao homem em geral, ao homem da rua, como se diz, a ocasião de se tomar consciência dos problemas que afligem seus semelhantes (...). O drama está na vida real e especialmente na vida primitiva. O homem, nas lutas contra a ameaça natural, forma o mais poderoso conflito do mundo. Nos meus filmes tento evocar este conflito (...)."

Robert Flaherty (1884 -1951)

Filmografia: Nanook of the North (1922) ; The Pottery-Maker (1925); Moana: A Romance of the Golden Age (1926); The Twenty-Four Dollar Island (1927); White Shadows of the South Seas (1928); Tabu, a Story of the Southern Seas, co-realização com F. W. Murnau (1931); Industrial Britain, co-realização com John Grierson (1933); Man of Aran (1934) ; Elephant Boy, co-realização com Zoltan Korda (1937); The Land (produzido pelo Departamento de Agricultura dos EUA, foi interditado pela censura) 1942; Louisiana Story (1948); Guernica (inacabado) 1949.

Bibliografia: Cinema e Realidade - O Mundo através das Lentes, Marcos de Souza Mendes; O Filme Etnográfico como Documento Histórico, Cláudio Pereira in A Experiência do Século, 1995; Nanook, o Esquimó, Felipe Bragança (Contracampo); Costa do Castelo, SA; Interfilmes.com; Wikipédia, enciclopédia livre.

UTOPIA

a partir do texto original de **Michael Hodges (*)**

FUTEBOL DE TRÊS LADOS - O FUTEBOL ANARQUISTA

Três balizas, campo de jogo hexagonal... As regras têm mudado ao longo dos anos. A própria FIFA demonstrou ser obsoleta para este novo jogo.

O Futebol de Três Lados escapa-se por entre as mãos das ligas organizadas e cai nas mãos dos anarquistas.

O Futebol de Três Lados é, pois, um projecto (a partir do futebol), desenvolvido pela Associação Psico-Geográfica de Londres, que «desconstrói a mítica estrutura bipolar do jogo convencional», onde a luta de eles-contra-nós tem lugar. Para mais, o futebol convencional retrata bem a forma como Estado e meios de comunicação pretendem ocupar um lugar "neutral" dentro da luta de classes. Portanto, no Futebol de Três Lados não existe o psicodrama sexual dos fornicados e fornicadores. As possibilidades são expandidas!

É jogado num campo hexagonal, entre três equipas, cada uma defendendo a sua própria baliza... o objectivo não é meter mais golos que as equipas rivais, mas não os sofrer. Os golos são concedidos quando «a bola pontapeada atravessa a baliza de uma das equipas». Vencedora é, pois, a equipa que permite menos golos.

Desta forma se «dissolve ou atenua a bipolarização homo-erótica/homofóbica do jogo de dois lados».

O Futebol de Três Lados é um acto espontâneo-ideológico porque pressupõe um exercício de cooperação entre equipas. Uma equipa poderá procurar convencer uma outra a cooperar num ataque à terceira – assim se

rompe com a base da organização capitalista.

Aparentemente a primeira pessoa que pensou no Futebol de Três Lados foi Asger Jorn, que o viveu como um meio para provar a sua noção trialéctica (uma superação trinária da estrutura binária da dialéctica). Ainda estamos a investigar se existiu, realmente, um clube organizado por ele. É provável que nos sejam indicados clubes que jogaram antes da Associação Psico-Geográfica Londrina organizar o seu primeiro clube na Escola Anarquista de Verão de Glasgow, em 1933.

A chave da modalidade: não promover a agressividade ou a competitividade. Esta a principal diferença do Futebol de Dois Lados...

CAMPO DE JOGO PARA FUEBOL DE TRÊS LADOS (vista aérea)

A cada equipa destinam-se os dois lados opostos por motivos burocráticos para o caso da bola ser chutada para fora do campo.

O lado sem arco é chamado frente.

O lado que contém a baliza é chamado costas.

De cada vez que a bola é pontapeada através da baliza de uma equipa, a equipa concede um golo – é possível dizer que, de maneira emblemática, isto ainda perpetua as técnicas homofóbicas de retenção anal do futebol convencional onde a tensão homo-erótica é construída para logo ser reprimida.

Sem dúvida, a apropriação trialéctica desta técnica dissolve a bipolaridade homofóbica/homoerótica já que um ataque com êxito, geralmente, implica a colaboração entre as duas equipas.

A penetração da defesa por parte das duas equipas opostas impõe à defesa a tarefa de contrabalançar a sua desvantagem numérica lançando as sementes da discórdia entre as duas equipas opostas que mantêm uma aliança temporária.

Isto pode conseguir-se através da exortação, a linguagem corporal e a habilidade de dominar a bola e os jogadores de forma tal que, uma das equipas opostas, sente que os seus interesses só se conseguem quebrando a sua aliança temporal com a outra equipa atacante e unindo-se noutro ataque com a equipa que defendia.

Deve ser tido em conta que esta decisão nunca é simultânea na equipa e que, em geral, todas as equipas se encontram divididas em alianças simultâneas. Esta possibilidade pode, sem dúvida, ser utilizada pelo grupo para atacar a equipa que está em maior dificuldade.

O Futebol de Três Lados é um jogo de habilidade, persuasão e psico-geografia.

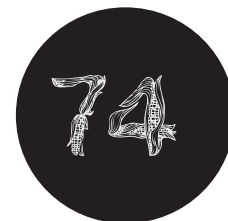
Quando a bola sai do campo pela frente, um pontapé para dentro é concedido à equipa a que pertence a frente, a menos que a bola tenha sido pontapeada pela última vez por um jogador dessa e-quipa – nesse caso, lança, para dentro, a equipa que tem a baliza mais próxima.

Quando a bola sai do campo pelo lado que tem a baliza, então, a equipa defensora chuta a partir da sua baliza, a menos que um integrante dessa equipa tenha dado um pontapé na bola pela última vez – nesse caso dá um pontapé da esquina a equipa que tem a sua baliza mais próxima.

O semicírculo em volta do orifício funciona como o lugar a partir do qual se marcam as penalidades e, provavelmente, também, serve para desenvolver uma lei de off side (fora de jogo) que se encontra em processo de investigação.

Hum... o jogo de hoje coloca em cena os anarquistas da Associação de Astronautas Autónomos (AAA), que desenvolvem um projecto de viagem espacial autónomo baseado na premissa de que tudo o que se requer para viajar no universo é imaginação e um mapa de outro planeta. Portanto, o jogo de Futebol de Três Lados de hoje será na superfície da Lua... ou em Lisboa (tudo depende do ponto de vista de quem o adopte).

Reunimo-nos no largo da Igreja de São Bar-nabé. Aos anarquistas, Astronautas Autónomos (intrépidos psico-geógrafos) e aos curiosos que por ali passavam por acaso, pede-se que formem três equipas – claro que de forma autónoma. Em seguida, a cada equipa é entregue um mapa da Lua.

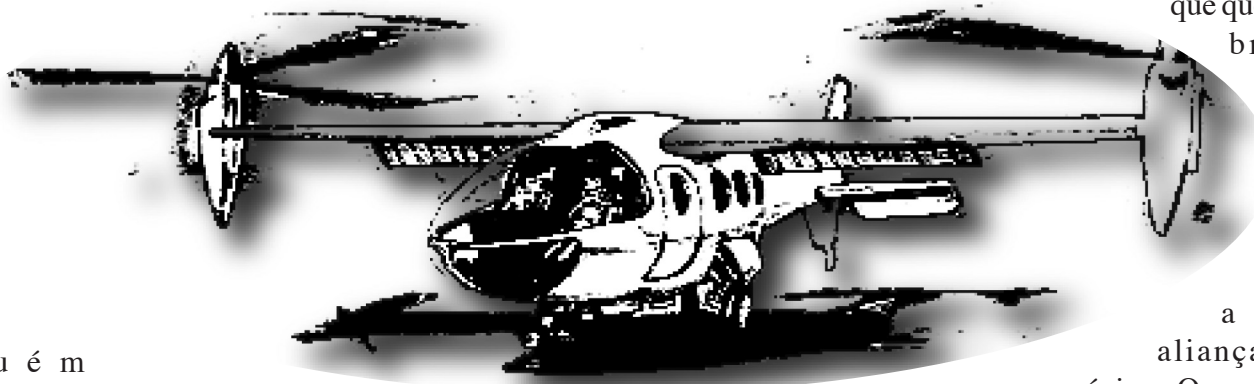
Uma vez constituídas as três equipas, "Vamos à Lua" para encontrar o espaço ideal para jogar Futebol de Três Lados.

Poderemos partir, por exemplo, de um dos mares lunares: o Mar Heraculem. Organizamos uma espontânea expedição em busca do lugar ideal onde projectar o campo de jogo e procuramos resistir a todas as noções burguesas de ordem (imposta).
A inclinação do mapa sugere que o lado norte da Lua é mais plano e, dessa forma, mais adequado para o jogo.
Seguimos a um ritmo alucinante sempre na direcção Norte e, porra!...
Perdemo-nos.
De acordo com o mapa estamos numa cratera de vinte milhas de diâmetro – nenhuma saída à vista.
Um gentil habitante da zona detém-nos para oferecer ajuda:
- Amigos! Do que estão à procura?
- Do lado norte da Lua.
- ah!...
Sem hesitar, o homem, dirige-nos a um bar. É, nesse preciso instante, que um elemento da nossa equipa encontra numa esquina algo importante. Aí, de acordo com o mapa, é o lugar de "alunagem" da Apollo 13. A bandeira norte-americana não é encontrada, apenas detectamos uns jeans hasteados em forma de bandeira. John (elemento dos AAA) está radiante, o seu plano funciona... mas, o lado norte da Lua tem, tão só, a largura de uma ruela do Bairro Alto. Vencidos, decidimos regressar ao Mar Heraculem (chamemos-lhe Largo da Igreja, por mera conveniência).
Uma séria discussão política tem início, defendem-se estratégias... inevitável será a interrupção do discurso – fundamental – de um dos elementos do Grupo Um pela treta do telemóvel de um repórter que viajou connosco para cobrir o grande projecto da AAA (estes jornalistas são sempre alguém não-iniciado nas ideias anarquistas). É então que o Grupo Dois anuncia que encontrou uma nave espacial (coisa rara na Lua) e, também, um cartão com a inscrição «proibidos jogos de bola». Proibido? "é proibido proibir", gritámos em coro e prosseguimos.
O Grupo Três entrementes anuncia que uma parte da Lua faz lembrar o parque Eduardo VII. E um dos Astronautas Autónomos sugere: - Jogaremos na relva.
Convencional? É possível.
Burguês? Provavelmente.
Sensível? Definitivamente.
Caminhamos rumo ao parque. Richard Essex da Associação Psico-Geográfica Londrina adianta-nos pequenos dados: - O Futebol de Três Lados oferece problemas únicos:...
Como fazer para manter unida a tua equipa?
Qual é a tua identidade?
Ora, tendo em conta que quaisquer definições prévias, acerca do que uma equipa é, tendem a perder-se; podemos descobrir novas formas de organização...
Foi, neste momento do debate anti-hierárquico, imprescindível em qualquer reunião anarquista, que o correspondente da revista de Futebol "Golo" decidiu perguntar ao Richard se era ele o organizador.
Com efeito, uma pergunta incorrecta, para o momento. Essex, sem esconder o incómodo, finge que não ter ouvido. Continua: - Não se trata de apontar golos e, tão pouco, são necessárias as habilidades próprias do Futebol convencional, são outras as habilidades requeridas. Simplificando, teremos de ter a habilidade suficiente para convencer os jogadores da outra equipa a formar uma aliança com a tua. Isto foi ilustrado, de forma clara, quando Jason Skeet, da AAA pediu a bola a um jogador e, de forma certeira, apontou um golo na baliza da equipa a que ele pertencia.

E disparou: - Este seria o acto (vergonhoso) que as pessoas da revista “Golo” defendem. Este não é, de facto, o nosso objectivo – ludibriar jogadores das outras equipas. No Futebol de Três Lados uma equipa será mais atacada que as outras. Talvez. Tudo depende da cooperação entre as equipas intervenientes.

O jogo tem início... As outras duas equipas pressionam sobre a nossa baliza, produzem uma orgia libertária e comunitária de anotação de golos. A nossa preocupação é defender a baliza... Mas torna-se complicado. Sobretudo por não conhecermos quase ninguém em jogo e, quase todos, envergarem um estilo de roupas semelhantes.

Gradualmente vou-me dando conta que o homem com uma espiral púrpura na cabeça é da minha equipa. Ele e eu começamos a gerar um certo entendimento. Permanecemos na retaguarda. O marcador alcança 4-0-0; porém o Grupo Dois permite um golo e a táctica da aliança com o Grupo Três é posta em causa.
Uma primeira reunião interna dentro do Grupo Um; abordam-se as estruturas opressivas e jogadores (com práticas não libertárias) sempre em atitude de ataque... isso conduz-nos a nada. Mudamos a táctica.
A baliza está aí, mesmo em frente de mim, um pontapé e anoto um golo. Estamos em 4-1-1.

Algo particular do Futebol de Três Lados (e bem divertido) é que os transeuntes casuais são convidados a jogar com os já participantes. É assim que um novo jogador decide unir-se a nós e começa a apontar golos com absoluto desembaraço... suspeitamos que está a ignorar um terço do campo, que esquece a terceira baliza e o seu vocabulário parece limitar-se à palavra «Golo! Golo!».

Este novo jogador incita uma revolução que quebra as alianças prévias. O marcador está, mais ou menos, num 5-3-6. Os objectivos do jogo são quebrados, porém o kaos é recuperado – compreendido – o jogo volta à normalidade.
Ainda que ninguém saiba, exactamente, os pontos de cada equipa. Um dos jogadores anarquistas responde ao repto de forma suspeitosamente organizada. Enquanto outro mantém uma rigorosa e pouco ordenada democracia, chutando a bola para fora, quando o assunto se torna mais perigoso. Um dos e-lementos do Grupo Dois, que não parece estar preocupado, toma vantagens no espaço, o que lhe permite ser tanto

jogador de meio campo quanto goleador.
O correspondente de outra revista de desportos, incapaz de jogar porque usa um trajo Armani de duvidosa procedência, segue o desenrolar do jogo - incrédulo. Outro interveniente, que se incorporou por acaso no jogo, abandona o campo quando, ignorando as regras básicas do Futebol de Três Lados, repara que ninguém tem (ou quer ter) a competitividade ou agressividade suficientes para alcançar a vitória a qualquer custo.
Quando recuperado o espírito do jogo, a bipolaridade homofóbica/homo-erótico é superada.
Autónoma e literalmente decidimos abandonar a Lua.

As agências espaciais governamentais são incapazes de organizar programas de exploração espacial com êxito. A NASA é um dinossauro monolítico, dogmático e de ideias limitadas - em último caso condenada à irrelevância por ser incapaz de contribuir para a evolução humana.
No ano de 2023, a abandonada estação russa, Mir, será tomada por okupas da Associação de Astronautas Autónomos e transformada num palácio em órbita (um palácio de prazer), dedicada tanto a festas e raves espaciais como para um laboratório de experimentação sobre sexo em pleno espaço.
Com total desprendimento pelo futuro, o passado e o presente, subiremos à estação espacial Mir e unir-nos-emos à AAA, ao mesmo tempo que continuaremos a dança nas estrelas.

Só aqueles que tentam o impossível conseguirão o absurdo

You think you were my first love, but you're wrong... you were the only one; who's come and gone... (Tu pensas que foste o meu primeiro amor, mas estás enganado... tu foste o único; o que vem e vai...).

O texto original foi escrito pela Associação Psico-Geográfica de Londres e publicado em "Mind Invaders" (Invasores da Mente), editado por Stewart Home; a AAA é a Associação que mais tem investigado as possibilidades deste jogo.

(*) *O artigo que deu origem a este texto foi impresso na revista Goal, Inglaterra, em Agosto de 1996 e reimpresso no "The second annual report of the Association of Autonomous Astronauts» (O segundo relatório anual da Associação dos Astronautas Autónomos).*

Da somaterapia de Roberto Freire ao materialismo hedonista de Michel Onfray

Se bem que tenha lido tardiamente um dos livros de João da Mata - Liberdade do Corpo -, cuja edição remonta a 2001, em simultâneo tive oportunidade de ler um outro livro da sua autoria - Prazer & Rebeldia - publicado recentemente por Robson Achiamé.

Quer um quer outro livro se enquadram numa visão crítica da sociedade capitalista, da religião e do Estado, se bem que a análise subjacente aos dois livros seja baseada numa perspectiva anarquista circunscrita ao pensamento de João da Mata, na minha opinião, o núcleo central incide numa excelente reflexão e leitura aprofundada e sistemática das obras de dois autores anarquistas contemporâneos: Roberto Freire e Michel Onfray.

No que concerne a Liberdade do Corpo, João da Mata tenta construir um diálogo com o leitor que incide na sua experiência de cerca de 10 anos como somaterapeuta no seio do Colectivo Anarquista Brancaleone. De facto, não obstante sabermos que parte do conhecimento e experiência adquirida por João da Mata decorre muito da obra gigantesca que foi legada por Roberto Freire, neste livro desenvolve um trabalho de pesquisa muito idóneo e original.

É uma obra bem escrita, de leitura simples e sintética. A associação e integração da Soma com a capoeira Angola e o anarquismo traduz-se numa crítica radical do capitalismo, do Estado e da religião. Ao longo do seu discurso narrativo subsistem três níveis de análise que importa sobremaneira destacar: 1) a visão holista dos processos de socialização e de sociabilidade bioenergética do corpo; 2) os factores históricos que estiveram na origem da dominação e da exploração do homem pelo homem; 3) a dimensão microssocial dos fenómenos que envolvem relações interpessoais e grupais.

Dos capítulos – Escravidão e negros; Quilombos e capoeira: meios de libertação; Capoeira, ontem e hoje – João da Mata consegue elucidar-nos de uma forma muita precisa e simples do processo que deu sustentabilidade à escravatura no Brasil levada a cabo pela colonização portuguesa e, por outro lado, como os Quilom-

bos se desenvolveram na luta contra a escravidão dos negros através da capoeira, analisando para o efeito a especificidade da capoeira Angola nesse processo histórico.

Esta especificidade da capoeira Angola, para além da sua historicidade da luta dos negros contra a escravatura de que eram as principais vítimas, revelou-se um factor crucial no desenvolvimento da somaterapia anarquista, funcionando, em algumas situações, como um elemento crucial de libertação bioenergética dos corpos que enformam a dinâmica de grupo no sentido da autogestão.

Nos capítulos seguintes – Instinto animal: agressividade e afectividade; Psicologia e política; Orgasmo, neurose e couraças; Técnica terapêutica da soma; Corpo: consciência e troca – podemos extrair as ilações analíticas e práticas que estão na origem da Soma criada por Roberto Freire no Brasil na década de sessenta do século XX, assim como da contribuição fundamental de Wilhelm.

O segundo livro de João da Mata incide numa leitura filosófica e anarquista da extensa obra de Michel Onfray. Não há dúvida alguma que Michel Onfray tem sido, nas últimas décadas, um dos autores mais profícuos e originais, nomeadamente nos domínios da filosofia clássica e do anarquismo contemporâneo.

Sem dúvida que o trabalho de João da Mata serviu e serve para resgatar um autor muito profícuo e radical nas suas análises, mas que, como sempre, também é muito desconhecido no Brasil e em Portugal. A pesquisa realizada por João da Mata é excelente, porque prima pela simplicidade e por uma sistematização epistemológica e metodológica, na minha opinião, deveras adequada, porque não li a grande maioria dos livros que Michel Onfray escreveu.

Para desbravar os conceitos mais emblemáticos do materialismo hedonista de Michel Onfray, João da Mata socorre-se de uma leitura histórica que é a essência do referido materialismo. Para o efeito, Michel Onfray faz uma análise exaustiva e profunda das obras dos filosóficos da antiguidade clássica, destacando o carácter radical das suas teorias e das suas práticas contra todas as formas de opressão e exploração: Antístenes, Diógenes, Aristipo, Epicuro e Demócrito.

Michel Onfray tem por objectivo crucial descontruir os modelos e os paradigmas filosóficos que se identificam com as sociedades dominantes, as religiões e o Estado que destroem e impedem que os seres humanos possam ser livres e soberanos do seu corpo, da sua mente e da psique, socorrendo-se para o efeitos dos filósofos que foram silenciados e omitidos pelos filósofos da normalidade instituída, como foram os casos emblemáticos de Platão, Aristóteles, Hegel, Kant, etc. O materialismo hedonista para Michel Onfray incidia basicamente no prazer e na rebeldia que cada ser humano podia desfrutar como ser único. O presente é que conta para esse efeito, daí que tenha extraído ilações históricas na obra de La Mettrie, filósofo da Idade Média, para construir o seu materialismo hedonista: "O materialismo hedonista de La Mettrie supõe uma exacerbação da presença no mundo, uma adesão plena e inteira ao que compõe a

substância do real (...). Os cinco sentidos tornam-se os instrumentos da apreensão voluptuosa do mundo. O entusiasmo é o motor do júbilo e os devaneios têm virtudes metodológicas. Trata-se de investir o presente de um máximo de densidade afirmativa, o presente é a única verdade" (Onfray, 1999; p. 275).

Por outro lado, segundo João da Mata, a figura do condottiere na obra de Michel Onfray assume uma importância crucial, dando ao guerreiro da Idade Média uma função de autogoverno sem deuses e sem amos. A aproximação de Michel Onfray ao anarquismo individualista centra-se nesta figura emblemática da Idade Média, assim como nas obras de Max Stirner e Nietzsche.

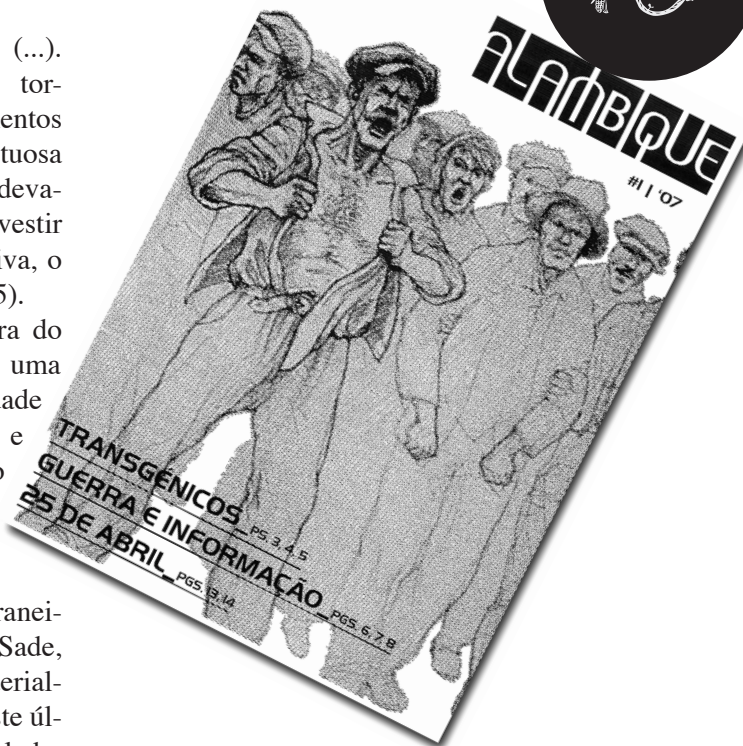
Outros autores mais próximos da nossa contemporaneidade, como é o caso emblemático do Marquês de Sade, servem para aprofundar o valor heurístico do materialismo hedonista, sobretudo porque toda a obra deste último encerra uma crítica à religião e é, por outro lado, um hino à libertação do sexo, por forma a exprimir-se no máximo de prazer. Outros filósofos, como são os casos de Nietzsche, Max Stirner e Deleuze, servem também para reforçar e aprofundar o materialismo hedonista de Michel Onfray.

Enfim, para concluir, vale a pena ler os dois livros de João Mata, porque nos ajudam a perceber que o anarquismo está vivo e integra uma diversidade de leituras que potenciam a anarquia nas sociedades contemporâneas.

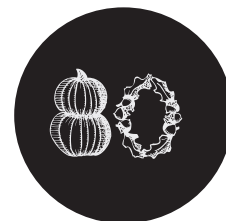
José Maria Carvalho Ferreira

Mata, João da (2001), A Liberdade do Corpo – Soma, capoeira Angola e anarquismo, São Paulo, Soma/Editora Imaginário.

Mata, João da (2007), Prazer & Rebeldia – o materialismo hedonista de Michel Onfray, Rio de Janeiro, Achiamé.

Onfray, Michel (1999), A arte de ter prazer: por um materialismo hedonista, São Paulo, Martins Fontes.

ALAMBIQUE, nº 1, 2007

A equipa redactorial da Revista UTOPIA congratula-se e saúda os companheiros da Revista ALAMBIQUE. O aparecimento da revista é um bom sintoma da vitalidade dos companheiros de Aljustrel e locais limítrofes e fazemos votos pela sua perenidade num momento em que a capacidade editorial dos companheiros portugueses anda muito longe de outras épocas. Saúde e vida longa para ALAMBIQUE e seu corpo redactorial!

Com uma apresentação cuidada e textos de rara actualidade fala-nos dos malditos transgénicos que emporcalham mais e mais o nosso ecossistema; Guerra e Informação; Hierarquia e Anarquia – Ressuscitando o anarquismo como uma abordagem pessoal à vida; 25 de Abril – Dias da liberdade em 2007 – da cavalgada do poder estatal contra gente indefesa que se manifestava ordeiramente no dia que a burguesia apresenta como dia de liberdade: o 25 de Abril de 2007; Te-Atrito

– Em frente pelas portas das traseiras; Acção Directa; O anarquismo e as lutas sociais no Alentejo – Gonçalves Correia: A revolução é minha namorada; E termina com a última página fazendo uma síntese magistral da Anarquia: A nossa vingança é sermos felizes.

Da página 2, respigamos alguns tópicos da sua 'plataforma editorial' que se inicia com a definição de Alambique, s. m. [do ár. 'anbiq – 1. Aparelho próprio para realizar destilações; 2. – Fig. Aquilo que serve para apurar ou aprimorar.]

Do seu editorial transcrevemos algumas linhas que nos põem a par do que são e do que pretendem:

«Depois de alguns meses de fermentação o ALAMBIQUE começa a destilar. Esta é uma publicação que surge do projecto anarquista Centro de Cultura Anarquista (C. C. A.) Gonçalves Correia, que se movimenta entre Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Castro Verde e restante Baixo Alentejo. Já em 2003 o CCA de Ferreira do Alentejo juntara na difusão do pensamento libertário diversos companheir@s da região. De há um ano para cá, ressurge o CCA, agora denominado Gonçalves Correia (em nome da mais renomeada herança anarquista da zona), junto do clube Aljustralense, espaço que periodicamente abre portas às nossas iniciativas.

Os objectivos: estreitar as afinidades libertárias e procurar divulgar através de várias iniciativas públicas diversas questões e problemasque combatam a apatia, o medo e o conformismo que nos sufoca. Dar viva voz ao protesto.

O ALAMBIQUE surge depois de um ano de actividades no Clube, onde o projecto assentou arraiais. A necessidade de dar a conhecer o que fazemos, de sair portas fora tornou-se ao longo deste tempo algo imperativo. Não apenas com vista a um alcance maior, mas para quebrar com a passividade de nos fecharmos num getho, numa tribo, com os

mesmos de sempre. Nesse sentido o Club Aljustrelense só por si, é isso mesmo: um clube. E o nosso projecto pese querer contribuir sobremaneira para a sua dinamização, nunca pretendeu encerrar-se na dinâmica fechada de um espaço que tem a sua vida própria com as suas virtudes e os seus defeitos.

Nesta nossa (des)construção afirmamos não apenas a crítica ao insaciável capitalismo e autoritarismo que nos rodeia. Queremos também, informal e livremente, que a nossa festa e o nosso companheirismo não seja a alienação que nos querem impor, mas a revolta com que queremos aprender a viver. – Outubro 2007.

goncalvescorreia.blogspot.com – Apartado 76 – 7600 Aljustrel – cca.alambique@gmail.com

Do trabalho sobre transgénicos, devido à sua importância e porque mexe com a saúde do nosso ecossistema e tem um impacto brutal sobre o ser humano, senão a médio prazo pelo menos a longo prazo, importa registar as nossas preocupações no sentido de alertar as gerações vindouras para os perigos dessa cultura. Assim, melhor do que nós, transcrevemos do seu artigo, o início:

«Uma das lutas mais urgentes que urge hoje travar no mundo rural resulta no combate às culturas geneticamente modificadas. E porquê? Porque o perigo rodeia-nos cada vez mais. Porque sabemos que não há deliberadamente informação pública do que realmente são estas novas plantas e que possíveis vantagens ou consequências sociais, económicas e ecológicas possam daí advir. Veja-se a fragilidade dos sistemas produtivos da nossa região e a dependência das explorações do sistema financeiro e factores de produção exteriores e são inúmeras as questões que se colocam: O que são, realmente, os transgénicos? O que é e como funciona o sistema de patentes? Que compromissos estão implícitos aos agricultores? Que riscos ambientais acarreta? Quais as vantagens e as desvantagens para o agricultor e para o consumidor? Ou, por fim, entre outras tantas questões, são os transgénicos a resposta à crise agrícola nacional?»

Aos companheiros interessados em aprofundar esta temática, podem entrar em contacto com a revista ALAMBIQUE de acordo com o endereço electrónico ou apartado, grafado linhas acima.

E passamos ao trabalho que tem por título Hierarquia... e Anarquia – Ressuscitando o anarquismo como uma abordagem pessoal à vida. Sublinhamos, a seguir, algumas passagens que reputamos importantes segundo a minha opinião: «Pára de pensar o anarquismo como mais uma "ordem mundial", mais um sistema social. Do ponto onde todos nós nos encontramos neste mundo, extremamente dominado, extremamente controlado, é impossível imaginar viver sem quaisquer autoridades, sem leis ou governos. Não admira que o anarquismo não seja, normalmente, levado a sério como um programa político ou social de larga escala: ninguém consegue imaginar como é que isso seria, mais ainda, como alcançá-lo – nem mesmo os anarquistas eles mesmos.

Em vez disso, pensa o anarquismo como uma orientação individual para ti mesmo e para os outros, como uma abordagem pessoal à vida. Isso não é impossível de imaginar. Concebe-o nesses termos, como é que o anarquismo seria? Seria uma decisão entre pensares por ti mesmo em vez de deixares de seguires os outros cegamente. Seria uma rejeição da hierarquia, uma recusa em aceitar essa "abençoada" autoridade de qualquer nação, lei ou outra força como sendo mais significativa que a tua própria autoridade sobre ti mesmo. Seria uma desconfiança instintiva sobre aqueles que clamam ter alguma espécie de posição ou estatuto sobre os outros à sua volta, e uma falta de vontade em reclamares para ti tais estatutos sobre os demais. Mais do que tudo, seria uma recusa em colocar a responsabilidade de ti mesmo nas mãos de outros: seria a exigência de que cada um de nós seria capaz de escolher o seu próprio destino. E fazê-lo efectivamente. (...)»

No trabalho sobre o qual retirámos estas linhas surge algum desfasamento entre o que é Anarquia e Anarquismo, mas nem por isso lhe diminui o impacto e que, em minha opinião, pode ficar a dever-se à tradução efectuada.

Não nos queremos substituir à ALAMBIQUE ao reproduzirmos algumas passagens dos seus textos, mas tão só chamar a atenção para a preocupação dos editores pela questão social num momento em que as nossas fileiras parecem minguadas de indivíduos que reivindiquem a liberdade e a igualdade plena nesta sociedade de mentecaptos e de pobres de espírito.

É sempre salutar e disso nos orgulhamos por dar conhecimento aos nossos leitores do nascimento de uma nova Revista que vem enriquecer o panorama editorial dos anarquistas portugueses e do mundo pois acreditamos que, por esse mundo fora, muitos se alegrarão de poderem contar com os Amigos Editores e Leitores da Revista ALAMBIQUE.

Em seguida fazemos uma chamada ao texto de 25 de Abril – Dias da liberdade em 2007... em que nos alertam para o facto de o encerramento do desfile já não se fazer ao som da canção Grândola, Vila Morena, mas ao «(...) som nacionalista do hino português, (...)»

Mais adiante diz-nos «Que existem relações evidentes entre elementos da PSP e da extrema-direita. Se já o denunciava o facto do armamento que levou à detenção de elementos do PNR (...) agora é evidente como a polícia se substitui aos nazis na protecção dos seus interesses (...)»

Como subtítulo fazem-nos uma interrogação «Terá a manifestação anti-fascista e anti-capitalista de 25 de Abril acertado no alvo?» e dão-nos a resposta que não nos pode deixar indiferentes: «A resposta poderá estar nas entrelinhas dos sempre operacionais agentes da ordem pública que, selvaticamente, espancaram quem (...) aí se encontrava em protesto, (...)» E termina com uma afirmação que é uma chamada activa à organização «... os dias não estão para a inércia.»

ILÍDIO DOS SANTOS

CLAIRE L'ENRAGÉE DE MIMMO PUCCIARELLI L'ANARCHISME EN PERSONNES
– Atelier Création Libertaire

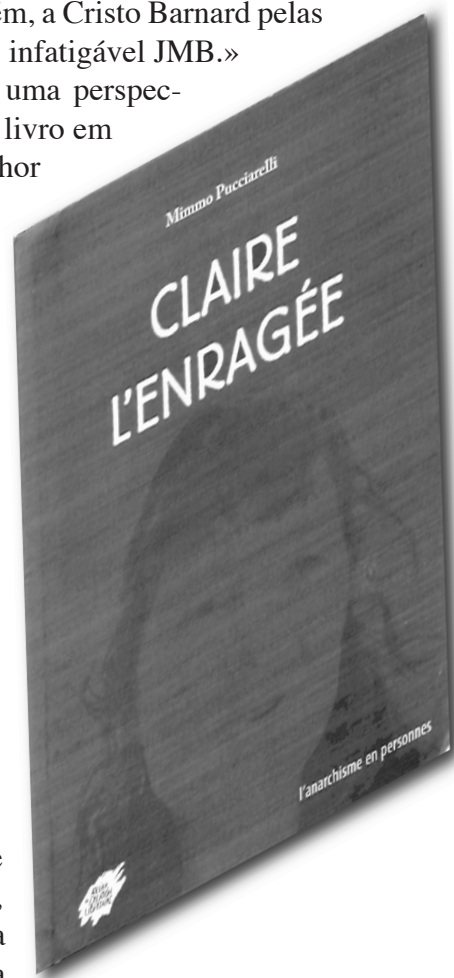
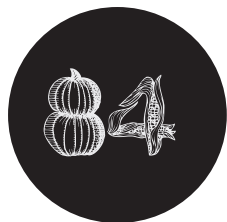
O Colectivo Redactorial da Revista UTOPIA sente-se vivo e actuante ao escrever a recensão de um livro que narra a história da nossa Amiga Claire Auzias, das alegrias e tristezas que vivenciou enquanto anarquista de corpo inteiro. Conhecê-la e conviver com ela foi uma lufada de ar fresco e de vitalidade que ela vive com todos os seus poros. A alegria, o riso espontâneo e a espontaneidade do seu carácter são traços que dificilmente esqueceremos e temos pena de não podermos renovar com mais regularidade o benefício e a festa da sua presença. A distância que nos separa é a mesma que nos une num contexto de ideias comuns.

Somos anarquistas e é com alegria que nos debruçamos sobre esta entrevista colhida em livro quase totalmente escrito na primeira pessoa da entrevistada Claire Auzias.

Da sua contracapa transcrevemos as seguintes palavras: «Esta récita de vida sem fronteiras, resultado de uma longa entrevista com a historiadora feminista e anarquista Claire Auzias, permite-nos revisitar o período bastante explosivo que numerosos jovens da sua geração venceram, entre os anos sessenta e setenta do século XX. Mas oferece-nos, também, um modelo de espelho onde nos podemos reflectir sobre uma memória libertária.»

Nos agradecimentos podemos ler que: «Este trabalho só foi possível de conseguir graças à participação activa e amigável de Claire Auzias e de Arthur Marchadier (dito anatole, dito anarcharsis, dito pierre afuzi, dito claude vougeot, dito jules hyenasse, dito adele zwicker, dito annie croche, dito arsene lapin, dito jean pagne, dito, dito, dito... aos quais Claire quis dedicar a sua entrevista). Obrigado, também, a Cristo Barnard pelas suas fotografias e ao infatigável JMB.»

De forma a termos uma perspectiva do conteúdo do livro em apreço, nada melhor do que iniciarmos com a abordagem da sua página sete com o título: «Uma Entrevista Sem Fronteiras» que se inicia da seguinte forma: «Enquanto nos instalamos no escritório de Claire Auzias para que ela nos conte a sua vida e fale da sua aproximação ao anarquismo, sorrindo, iniciei a entrevista, como se isso me chegasse regularmente neste género de situação, utilizando a famosa expressão: "Jura dizer a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade?"

»"Juro!" Respondeu-me com um sorriso rasgado e claro

cheio de vida.
»Recebi a sua réplica como um gesto convencional. Nunca hei-de compreender, num tribunal, um acusado ou uma testemunha responder pela negativa?
»Este pequeno detalhe conduziume a pensar que entre os polícias e os sociólogos, existe mais do que um traço comum e, principalmente, o de interrogar os actores da vida social para compreender as razões de tal ou tal acontecimento. Mas, entre estas duas categorias de "investigadores", quais são os mais actuais?
»Uns e outros sabem, por experiência, que todo o mundo conta a "sua" história e que os únicos elementos "objectivos" permitem reconstituir o puzzle que nós desejamos completar para "ver mais claro".
»Quanto a mim, a minha finalidade em recolher as entrevistas da vida de anarquistas é tentar aproximarme o mais possível da história destas pessoas que, contra ventos e marés, continuam a agitar o pano negro dos enragées. – M.P.»
Postas estas breves linhas, a modos como introdução, apraz-nos comentar, sucintamente, algumas partes que reputamos como relevantes, do discurso, na primeira pessoa, de Claire Auzias.
O livro divide-se em treze partes e cada uma das partes com o respectivo subtítulo e desdobra-se em cento e vinte e sete páginas. Passamos a denominar cada um dos subtítulos e respectiva página de início. Uma Entrevista Sem Fronteiras/p. 7; Nascimento de uma Legenda Colectiva/11; De Uma Cidade Sombria e Negra Como a Cruz Vermelha Àquela dos Grandes Vitrais e de Luminosidade de Bron/17; Maio de 68 Salvoume.../36; A Barricada e os "Barricados"/49; Da Sociologia e do "Todo"/58; Um Bando de Jovens... Armados/69; A Grande Viagem: Desejava Viver Como as Romanas/86; A Partir desse Momento, "Entrei no Grupo"/93; À Procura da Memória Libertária/99; Em Companhia de Louise, Emma, Antonia e Outras/106; Feminismo & Anarquia/114; e, por último, Como nos Sonhos/122.
Pela apresentação dos subtítulos já podemos, em parte, concluir do miolo da obra. Mas, mais importante, é lê-la na língua vernácula. No entanto, não resistimos a transcrever algumas partes do livro que, para sermos mais exactos, diz respeito aos dois últimos subtítulos. No primeiro, depois de uma pergunta do entrevistador, Claire l'enragée – pp. 114-115 (Feminismo e Anarquismo), apresentamos a sua resposta:
Após uma dezena de anos passados dentro deste movimento, deixaste-o em 1988, porquê?
Nesse momento descobri que não iria evoluir. Tínhamos acabado de fazer uma campanha que abarcou as manipulações no interior do movimento feminino, às relações de poder de mulheres como Roudy, as ministras, etc. Ainda existiam amigas que conheciam Roudy e que nos envolviam, ou não, no seu gabinete. Aqui está resumido tudo o que me irritava e que finalmente descobri que estava distanciado dos meus princípios. Foi deste modo que optei por me separar do movimento, da militância, e de me desinteressar por tudo o que lhe dizia respeito, no entanto, continuei as minhas relações de amizade e ainda me relaciono com as feministas dessa época.
O que pensas sobre o feminismo da actualidade?
Já não o reconheço. Penso que não traz nenhuma novidade. Ainda há poucos dias uma amiga de 35 anos me trouxe um velho livro de Judith Buttler e me disse: "Deves lê-lo, pois levantou uma grande polémica sobre o tema e eu gostava de

ter o teu parecer". Bem, eu li-o e considerei-o bastante mau! As pessoas espantam-se com a normalidade e eu penso que elas nada vêem. Se ela arranjou um lugar na faculdade tanto melhor para ela! Mais ainda, ela fala de autores que não leu de todo e eu tenho dificuldade em suportar esses americanos quando falam de autores franceses, pois o resultado, de um modo geral, costuma ser muito mau… de facto nesse livro há uma ou duas teses bem elaboradas, como a que refere a heterosexualidade, mas não foi Judith Buttler que a escreveu! Foram as feministas da geração precedente, como as Moniques Witting, que a elaboraram e eu acredito que Buttler apenas as reescreveu.
Não defendo que nos apeguemos a ideias ancestrais já muito batidas, pois não seria muito feliz nessa posição. Não pretendo nada disso! Não se deve cortar com toda a elaboração contemporânea de ideias. Certamente que não. No entanto, não considero que existam novas problemáticas, apenas considero que tudo se repete. Repetem-se porque necessitam de se repetir e nós, também, nos repetimos, é assim que acontece. Aqui está, segundo o meu parecer, o feminismo repete-se.
O feminismo "repete-se" e o anarquismo também não se repete?
Talvez. Não sei…
Mas actualmente dizes-te anarquista?
Sim, agora que somos velhos podemo-nos apelidar de anarcas! Não é como quando éramos jovens [Risos]. Sim, é claro que me digo anarquista. Quando tu estás na contra-revolução, quando não estás dentro da acção, quando não estás atrás das barricadas, tu precisas de uma identidade bastante definida. Agora é diferente, pois a pouco e pouco, à medida que te tornas mais velho tens tempo de organizar o que te foi servido sobre uma bandeja de prata e num clarão de noite de barricadas de uma só vez. Pouco a pouco vais-te organizando e começas a compreender as nuances, as diferenças. Esta aprendizagem é constante avança devagar e de modo contínuo. Concluindo, é certo que eu não sou marxista, nem sou por certo comunista, nem pensar! Nem mesmo comunista libertária! De todo! Estou também muito entristecida com os anarcas italianos que nos falam sempre de comunismo libertário e de colectivismo. Nunca compreenderei o porquê de falar do pouco individualismo italiano, acho o assunto muito maçador pois estou certa que este existe; não há motivos para que não exista. A minha ligação com o comunismo são águas passadas da minha vida, como já contei. É claro que é uma escolha com a qual eu não me revejo, embora os meus amigos de origem e também Arthur, meu companheiro, são pessoas que se consideram conselhistas, ou seja são pessoas ancoradas a uma forma de comunismo.

Eu adoro-os, claro, trocamos ideias… mas é necessário que se trate de um marxismo muito subtil, para que eu o consiga suportar! [Risos]
(Como nos Sonhos...) pp. 122-123
Como nos livros e também como na realidade, quer dizer que ela possui as directrizes e as estruturas de todas estas assembleias soberanas onde, evidentemente, não existiam chefes e onde todos são chefes, onde todos se empolgam, mas que acabam sempre por encontrar uma solução, como actualmente, entre os que nos são próximos ou afastados. Só que em vez de existirem directrizes exteriores que nos são impostas pelo sistema capitalista e outras dentro das quais nós vivemos – como a patriarcal. Pois bem, não havia mais dinheiro, nós tínhamo-lo abolido; os recursos tornar-se-iam comuns, tornaríamos comum tudo o que desejássemos e o que não

desejássemos guardávamo-lo! Nós teríamos problemas de gerações entre pais e jovens até ao tecto, mas teríamos também escolas alternativas.

Aqui está! Não considero que isto seja muito complicado. Pois há imensos livros e nós lemos imenso e banhados nestes «Cecília», as comunidades, que sabemos do estado das coisas. Mais também sabemos que não podemos formatar o futuro do Mundo, não se formata apenas por que nós queremos, e também não podemos traçar limites ao nosso imaginário. Sobre esta questão vou-te ler a propósito de Reclus [autor que Claire possui na sua biblioteca, O Homem e a Terra] que eu vou salvaguardar no meu computador, pois alguém me perguntou um dia qual era a linha editorial da nossa casa, a editora Égrégores. E essa pessoa até acrescentou: "Mas faz falta uma!" Eu não queria mesmo tê-la, propositadamente… mas essa escolha sufocou-me de tal forma me pediram com tanta insistência para que fixasse uma linha editorial, que eu até extraí das minhas leituras a seguinte frase de Élisée Reclus: «Nós não podemos traçar antes do tempo o quadro da sociedade futura, é a acção espontânea de todos os homens livres a quem a pertence criar e de lhe dar forma, além de que esta se transforma incessantemente como todos os fenómenos da vida».

E o que pensas sobre a Revolução?

É que agora sou eu que faço a sopa. Até que já não consigo correr [Risos] e tudo o que posso fazer é levar vinho aos combatentes enquanto me apoio na minha bengala! E talvez fazer como a Emma Goldman durante a revolução espanhola, que é participar na retaguarda nas emissões de rádio ou ainda na colecta de fundos para os combatentes, fazer com que as pessoas saiam dos calabouços, etc. Enfim, fazer todas as coisas que é necessário ainda continuar a fazer. Mas, fora isso, eu digo que a sopa está feita mas que ainda falta um ingrediente, e eu encontrarei o meu lugar tal como toda a gente.

Para mais, sinceramente, hoje em dia fazer a revolução já não significa fazer barricadas. Elas far-se-ão, talvez, mas não serei eu a fazê-las, pois sem dúvida já não tenho nem forças nem energia, nem mesmo os meios com que ajudarei os que as farão. Mas ainda… é preciso ver o modo como acontece e de que forma se apresenta. Na verdade, eu não posso mesmo responder a essa questão, porque tudo dependerá do modo como tudo irá suceder. Mas a revolução não é assim tão simples, implica fazer muitas outras coisas, como sabemos hoje em dia; e como nós havíamos concebido em 68 e em todas as outras revoluções: ou seja, a partir de um movimento colectivo, violento e espontâneo, ainda que preparado há muito através de anos e anos e de militantismo nos grupos, a partir de uma acção colectiva – até com as barricadas – estabelecendo assembleias gerais soberanas que decidem, gerem e fazem as coisas como elas devem ser feitas (na faculdade isto resultava muito bem, muito bem). E de lá para cá eu faço o que posso assim como tu, ponto final.

Depois haverá problemas. No entanto, nós nunca dissemos, nem nunca esteve em causa que não fossem existir dificuldades. E isto não significa que tudo se passará harmoniosamente, pois há a violência entre as pessoas, as maldades, os golpes baixos e todas as decepções que se possa imaginar e que todos ultrapassaremos no nosso percurso e nas refregas.

Ilídio dos Santos

VERVE, n.º 12 – 2007
Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP

Antes de elaborar a minha crítica, não resisto a transcrever as linhas iniciais em que se faz a apresentação desta revista a modos como Programa Editorial:

«VERVE, revista de atitudes. transita por limiares e instantes arruinadores de hierarquias. nela, não há dono, chefe, senhor, contador ou programador. verve é parte de uma associação livre formada por pessoas diferentes na igualdade. amigos. vive por si, para uns. instala-se numa universidade que alimenta o fogo da liberdade. verve é uma labareda que lambe corpos, gestos, movimentos e fluxos, como ardentia. ela agita liberações. atiça-me!
verve é uma revista semestral do nu-sol que estuda, pesquisa, publica, edita, grava e faz anarquias e abolicionismo penal.»

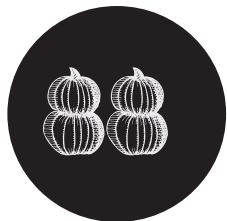
Estamos perante o n.º 12 da Revista VERVE que, tal como os números anteriores, não nos deixa indiferentes. Ao longo dos seus doze números fomo-nos habituando a uma escrita limpa e clara sobre temas que não podemos deixar de pensar. No perfil da revista deparamos com títulos que a perfilam no horizonte anarquista de uma riqueza de textos sem par, que nos incomoda até de adjectivar porque os trabalhos inseridos nela e os seus autores dispensam qualquer tipo de adjectivação.

Somos anarquistas e é com orgulho que fazemos parte de uma família, comunidade, onde se entrelaçam a autonomia, livre e igualitariamente, personalidades de um só carácter que nos enriquecem e não

perseguem outros valores que não aqueles que dignificam o ser humano e, por arrasto, essa heterogénea entidade abstracta que dá pelo nome de humanidade.
Respigo, agora, os títulos e autores, acompanhados do número de página em que se iniciam, que fazem parte deste número da VERVE, nº 12.

1. Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o actual conservadorismo moderado: Edson Passetti/11;
2. Dar forma a nós mesmos: Sobre a filosofia da arte de viver em Nietzsche: Wilhelm Schmid/44;
3. Emma Goldman na Revolução Russa: Cibele Troyano e Nu-Sol/66;
4. A tragédia russa (Uma revisão e uma perspectiva – ou panorama): Alexander Berkman/81;
5. A mulher mais perigosa da América...: Natalia Montebello/116;
6. A propósito dos 90 anos da Revolução Russa: reflexões críticas de um anarquista nos idos de 1920: Rogério Nascimento/129;
7. Os motivos que originaram a história da F.A..I.: Edgar Rodrigues/157;
8. Uma semana de Janeiro de 1919: Christian Ferrer/169;
9. Legislações proibicionistas em matéria de drogas e danos aos direitos fundamentais: 1.ª parte: Maria Lúcia Karam/181;
10. A arte de gostar do mesmo sexo: Luis Pereira Junior/214;
11. A nau sem porto: Juarroz, Llansol e Jabés: Nilson Oliveira/232;
12. A revolução do presente: Tânia Fonseca, Selda Engelman, Patrícia Kirst/238;
13. Mídia, singularidade e juventude: Tony Hara/254;
14. Uma libertária: nota sobre uma aula do curso "do governo dos vivos" de Michel Foucault: Edson Passetti/268;
15. Do governo dos vivos: Michel Foucault/270; e
16. Resenhas: Lucheni, um terrorista anarquista, Edson Lopes/300; Para agitar o que está imóvel, Gustavo Simões/307; Desejo de segurança e terrorismo de Estado, Acácio Augusto/310; Mais do mesmo, Gabriel Espiga/315.

Depois desta breve apresentação e por reconhecermos a importância de todos os trabalhos no sentido da libertação do indivíduo de todas as amarras porque, sem serem iconoclastas, põem em causa, em boa hora, as nossas convicções sem beliscar a Anarquia. Também sabemos, é de ciência certa, que toda a teoria é passível de muitas e díspares interpretações assim como as realizações práticas.
Ser teórico da minha prática e prático da minha teoria, de acordo com o que diz Bakunine, devia de ser o fecho da abóbada das nossas vidas militantes. No entanto, não é a isto que assistimos, antes nos remetemos ao mutismo ou à crítica desapiedada sem que daí não nos venha grande bem ou mal. Ou, então, desiludidos, por nunca estarmos convencidos, deixamos as fileiras e vamos engrossar a plêiade imensa de acéfalos que enxameiam os partidos políticos, igrejas ou outras seitas, inclusive as ong's, à espera das mordomias em que, as organizações citadas, são hábeis a receber/distribuir.
E assim caminham os anarquistas. Sem uma definição plausível e consequente do que entendem por Anarquia e, por isso, é tão fácil desi-

ludirem-se. Mas, se nós todos, nos detivéssemos, por um momento que fosse, para ler e analisar as obras que nos chegam, das mais diversas partes do mundo, talvez a anarquia florescesse como uma nova Primavera para aquecer os corações ávidos de amor e procura de um sentido para as suas vidas sem sentido.
A Revista VERVE já nos habituou a uma leitura escorreita e de desmontagem de certos conceitos de Anarquia, degradados pelos longos anos de uso sem que exista a preocupação de se actualizar a sua mensagem e conceptualizar o seu derivado Anarquismo. Para todos aqueles que ainda estão presos à Anarquia/Anarquismo dos séculos passados é salutar assistirmos à desmontagem/reconstrução da Anarquia/Anarquismo, sem a trair, com a preocupação de a tornar acessível ao comum dos mortais.
Estamos, pois, a assistir à emergência de uma nova Era em que a Anarquia/Anarquismo ressumam uma vitalidade digna dos nossos antecessores. Congratulo-me de poder ser contemporâneo de tais Mulheres/Homens que não hesitam em derrubar e apagar estigmas que têm cerceado a liberdade criativa da Anarquia.

ILÍDIO DOS SANTOS

O Anarquismo em Pessoas
LAURENT PATRY
MIMMO PUCCIARELLI

ATELIER CRÉATION LIBERTAIRE

Estamos perante uma obra que data de 2006. Um pouco por todo o mundo o livro, a revista, o jornal, o fanzine, a folha volante, os autocolantes, os murais, sucedem-se e vêem a luz do dia com maior ou menor profusão. Tal significa uma real vitalidade e é uma prova de que a Anarquia da pessoa e o correlativo Anarquismo têm pernas para andar, coração para sentir e cérebro para pensar e agir, passe o medo que adeja, com as suas asas negras de morte, por sobre os pobres e aterrorizados mentecaptos terráqueos.
"L'Anarchisme en Personnes" é uma prova dessa vitalidade. O livro comporta 372 páginas (com 24 páginas de fotografias) que abordam, pela pena de Patry e Pucciarelli, que conduziram as entrevistas, as vidas de seis militantes ou seja, a forma e o conteúdo das suas militâncias e, tendo em atenção a diferença de idades dos entrevistados, vamos encontrar aspectos sociais e culturais diferentes que influenciaram e moldaram certos comportamentos.
O livro põe-nos em contacto com o pensamento e acção dos entrevistados que se desdobram por Penser L'Imaginaire Révolutionnaire de Eduardo Colombo/pp. 11-84; Ni Dieu ni Paramêtres de Ronald Creagh/pp. 85-148; Éloge du Cidre de Amedeo Bertolo/pp. 149-221; «Je ne Peux pas Dire ce que Je Dis» (Lao-Tseu) de John Clark/pp. 223-259; J'Aime le Mouvement de Marianne Enckell/pp. 261-332; e, por último, Un Paradis Sur Terre à Construire Jour Aprés Jour de José Maria Carvalho Ferreira/pp. 333-360. O livro termina com o Índice Alfabético e a Tábua das Matérias.
Depois desta breve apresentação dos entrevistados, tornamos ao livro onde colhemos o seguinte na sua página 7:
«Récitas de Vida e Anarquia. Próximo do movimento e das pessoas engajadas em volta da bandeira negra que, depois de quase dois séculos, não perdeu as suas cores, tal é o objectivo do grupo de entrevistas que re-

colhemos aqui.

»Numa obra precedente estávamos, já, interessados nos anarquistas e no seu imaginário, o qual nos permitiu elaborar uma visão sobre um grupo de pessoas militantes ou próximas dos grupos e colectivos libertários activos em Lyon e na sua região. Realizámos este trabalho no quadro de uma pesquisa doutoral que nos obrigou a "seguir um método", ao dar conta de um fenómeno social num ponto de vista sociológico. Para o realizar tivemos que escolher, privilegiar, uma "aproximação libertária", o nosso método não foi, sempre, muito sublinhado pelos "caminhos académicos" desta ciência humana que, no melhor dos casos, propôs uma reconstrução intelectual subjectiva de uma realidade objectiva.

Para o restante os resultados estão, sempre, ligados ao imaginário do autor.

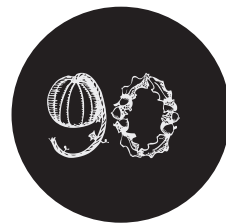
Esta pesquisa permitiu-nos, por um lado, apreender o que são, o que foram e o que pensam os anarquistas, com o pensamento de não nos limitarmos, unicamente, ao estudo das relações que alimentam no quadro militante. Por outro lado, entendeu-se medir as imagens estereotipadas, por desconhecimento ou estupidez, dos anarquistas: a do terrorista ou do doce sonhador; ou ainda aquela que desejam por bem dar-se, isto é, a de santos e mártires ou, ainda, a do trabalhador tornado comandante de uma brigada revolucionária.

Ao despojá-los do mito que recobre a sua imagem, expomo-los na praça pública "tal como eles são", isto é, pessoas que não têm nada de "excepcional" e que não são mais marginais, participando, concretamente, nas transformações sociais que nos conduziram em direcção de mais emancipação. (...)»

Terminamos aqui a transcrição da quase primeira parte do livro, pois querem-

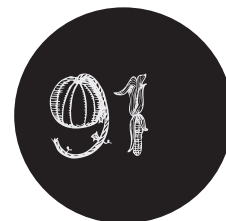
mos colocar ao alcance dos nossos leitores o pensamento e acção de alguns companheiros entrevistados. Assim, vamos iniciar com uma abordagem do primeiro Penser L'Imaginaire Révolutionnaire [(Pensar o Imaginário Revolucionário)] de Eduardo Colombo/pp. 11-84 que, logo no início nos diz que «nasceu a 1 de Setembro de 1929, um ano antes do golpe de Estado militar que determinou em seguida os avatares do poder político na Argentina.»

Depois diz-nos que o lugar de nascimento foi uma pequena cidade, Quilmes, situada a dezassete quilómetros de Buenos Aires sobre os braços do Rio da Prata. Tratava-se de uma cidade típica dos anos 1930 na Argentina onde estavam instalados, de longa data, os imigrantes ingleses que formaram a primeira equipa de futebol do país; tinham, também, um clube de ténis, um clube náutico, etc. A minha família fazia parte, digamos, da "boa sociedade" desta pequena cidade – pequena na época –, e teve sempre, uma grande cervejaria que produzia a cerveja "Quilmes". A minha mãe nasceu lá, assim como eu e vivi nos anos de 1957 e 1958. O meu pai era médico. Ele nasceu na Argentina em 1900, ao sul da província de Buenos Aires numa família italiana. Ele era, portanto, filho de imigrantes italianos vindos para a Argentina no século XIX (...). Mais adiante, respondendo a uma questão posta pelo entrevistador (p. 80) refere que, em relação à pergunta, Como é que os anarquistas podem tornar conhecidas as suas ideias pelo maior número de pessoas? disse que daria a resposta em termos mal-ajeitados.

Começa por dizer que para modificar a sociedade é preciso, primeiramente, modificar o homem, e para modificar o homem é preciso, antes, modificar a sociedade. E que, se aceitamos este dilema, as coisas ficarão, assim, para sempre. Uma sociedade aberta, livre, igualitária, autónoma, tem necessidade, para funcionar, de indivíduos livres e autónomos. É na luta que nós nos modificamos, que modificamos os outros e a sociedade por consequência. (...).

Tendo em atenção que o espaço de uma revista não é o mesmo que um de jornal diário ou semanário, não nos permite alongarmo-nos demasiado sobre todos os entrevistados e, por isso, passamos a "Ni Dieu ni Paramêtres" [(Nem Deus nem Parâmetros)] de Ronald Creagh/pp. 85-148; que nos diz, logo no início, que veio da "Idade Média". Nasceu em 1929 em Alexandria, no Egipto, ainda na época dos fiacres e dos candeeiros de iluminação pública.

Em seguida debruça-se sobre as suas origens, passa em revista os seus primeiros anos de vida em Port-Saïd no Egipto e, depois, aborda o período da guerra e a forma como ela o marcou e que, a partir desse momento guarda um horror sob a pele por tudo o que é brutal e militar. Em seguida disserta sobre a sua juventude na família, na escola e no mundo.

Muitos mais episódios mereciam a nossa atenção que revelam o humanismo de que o entrevistado ressuma na sua vivência diária. Como tal não é possível pela limitação do espaço, ficamo-nos pela abordagem do seu pensamento e acção no campo da anarquia. Na página 113 do livro a que nos estamos a reportar ele diz que, entretanto, ao trabalhar sobre o livre pensamento caiu entre os anarquistas e livres-pensadores e através do único livro, em inglês, que abordava esta questão.

É preciso ter em atenção que o livre-pensamento americano era muito à esquerda. E, depois,

acrescenta que, foi por esta escola que passaram bons nomes antes de se tornarem marxistas ou anarquistas. Os marxistas americanos, segundo o seu parecer, passaram pelo anarquismo. Os anarquistas de Chicago de Haymarket eram, como Parsons, livres-pensadores. Foi lá que eles se emanciparam das ideias religiosas e, em seguida, chegaram a uma filosofia laica.

O entrevistador observa que compreende a sua história com o simples objectivo de fazer uma tese e não porque tivesse quaisquer afinidades com as ideias anarquistas. Em seguida, historia a trajectória da sua vida realçando alguns nomes anarquistas com os quais teve oportunidade de comunicar a viva voz.

No final da sua intervenção, diz que as suas leituras foram feitas, principalmente, em inglês e que não pode recomendar mais do que vinte obras das quais ressalta o volume 1 de Viver a Minha Vida de Emma Goldman. Umas linhas à frente diz que aconselha fortemente a leitura, para meditar, do último capítulo de O Homem e a Terra de Élisée Reclus.

Vamos, agora, deter-nos em Amedeo Bertolo com o Elogio da Cidra em que declara, no início, que nasceu em 1941, em Milão, que a sua mãe era costureira e o pai fazia mosaicos artísticos e decorativos. A exemplo dos entrevistados anteriores, também Bertolo inicia fazendo um retrato da sua vida e dos seus pais para acrescentar que em sua casa havia muitos livros e entre eles uma enciclopédia que consultava atentamente porque o seu pai, enquanto artesão, tinha um grande respeito pela cultura. E que, quando tinha cerca de doze anos, começou a comprar livros.

Na sequência da leitura das reminiscências do entrevistado, o entrevistador diz que já em 1966 tinha lido que o A circulado era da sua criação, para interrogar como é que nasceu este símbolo. Em resposta, Bertolo diz que foi ele que quase o inventou. De facto, não foi ele que o inventou mas que sugeriu à Juventude Libertária italiana para o utilizar sobre os cartazes e murais existentes. Na realidade este símbolo foi "inventado" por alguns camaradas franceses e espanhóis que estavam em Paris que o tinham proposto, em 1964, sem sucesso. Depois de 1968, primeiro em Itália e depois no mundo inteiro este símbolo teve bastante sucesso.

Marienne Enckell do CIRA de Lausanne diz que nunca viu o A circulado em Paris no Maio de 68. De facto, o símbolo, só aparece em 1971-72. Mas, segundo Bertolo, em Itália, a Juventude Libertária e os grupos que estavam ligados ao seu, já o utilizavam desde 1966. A partir deste período deram início à criação de cartazes em serigrafia como se tivessem sido feitos no Maio de 68 em França.

Mais adiante, Bertolo, refere-se ao Elogio da Cidra como uma metáfora e descreve-a com bastantes pormenores que não nos é possível inserir. No entanto, no tocante ao seu pensamento anarquista, não resistimos a chamar a atenção para o sub-capítulo em que diz que a anarquia não é um meio nem um fim mas, acima de tudo, um método, para deduzir que a anarquia pode ser compreendida, segundo Bertolo, como um princípio que institui uma sociedade não hierárquica da mesma forma que o Estado é o princípio que institui a sociedade hierarquizada moderna. (p. 219)

Mas, segundo Bertolo, prefere vê-la como uma dimensão ética de valores, como uma constelação de valores que se podem sintetizar com as palavras liberdade, igualdade, solidariedade, diversidade. É, portanto, uma anarquia que não é um modelo de sociedade

ou, sobretudo, um modelo utópico, abstracto, muito interessante mas que pode ser útil enquanto concepção de um círculo perfeito. No entanto, tal não é possível, pois que, visto ao microscópio, o círculo mais "perfeito" é imperfeito. Pode ser útil, de forma cognitiva, conceptual, de imaginar um modelo abstracto. Mas, é mais útil ver a anarquia como uma constelação de valores que devem influenciar a nossa acção diária, individual e colectiva, pessoal e social.

Passamos a John Clark (p. 223), o quarto entrevistado, que nos diz que nasceu em Nova Orleães, na Louisiana, em 1945, próximo do fim da guerra e que era uma criança quase atípica no sentido em que se interessou pela política e pelas questões sociais. Mais adiante diz que da metade até ao fim dos anos 70 foi membro de um grupo anarquista que se chamava La perle noir, Club de plaisir et d'aide mutuelle [(A pérola negra, Clube de prazer e de ajuda mútua)]. Depois acrescenta que de todas as organizações políticas a que pertenceu, é o grupo, aquele com o qual se identifica mais estreitamente. Reunia-se, por semana, em minha casa para jantar e discutir os assuntos relativos ao anarquismo.

Para terminar abordamos a parte em que Clark fala de Chomsky. Segundo a sua opinião, Chomsky é, certamente, o melhor autor na crítica ao governo dos Estados Unidos, da guerra, etc. Mas ficou muito desiludido quando ele, ultimamente, decidiu defender os democratas na última campanha presidencial... isso surpreendeu-me fortemente. Ele é muito inteligente, brilhante, mas coloca alguns problemas. Ele é, talvez, anarquista do ponto de vista sentimental mas não é um crítico anarquista muito profundo do governo, do Estado, etc.

Eu admiro-o muito e é conveniente não o rejeitar, mesmo quando ele comete algumas "besteiras" políticas. E, depois, é um amigo. Além disso podemos aprender coisas em relação à sua linguística cartesiana e analítica. A sua análise é magnífica, mas penso que a razão não é, somente, a razão analítica, existe também uma razão dialéctica...

Depois de termos abordado os entrevistados pela ordem de entrada chegamos a Marianne Enckell, a única companheira que figura nesta obra e a qual dá início ao seu discurso dizendo que ama o movimento. Depois faz a descrição dos seus primeiros anos de vida salientando a importância da influência dos seus irmãos, no gosto pelos estudos e pela leitura.

Estamos em presença de uma das maiores dinamizadoras do CIRA de Lausanne, na Av. Beaumont, 24, e, segundo as suas palavras, todas as lutas lhe interessam na medida em que são levadas a cabo por jovens e que estes nunca a desiludiram.

O entrevistador, ao colocar uma questão a Marianne sobre se ela está optimista em relação aos vários grupos anarquistas com os quais contactou e contacta responde que é a experiência que teve nestes últimos anos e que depois verá se se confirma o seu optimismo.

Para o interlocutor, Marianne, há mais de quarenta anos que contacta e frequenta o "movimento" anarquista e se interessa pelas ideias que ele exprime. Nesta conformidade ele pergunta se, no fundo, qual é o sentido hoje de se dizer anarquista ou, mais precisamente, ser anarquista? Como resposta ela diz que pode responder a isso pela sua

vida de todos os dias.
Acreditas possível uma sociedade anarquista e como é que a idealizas? – pergunta o entrevistador, ao qual Marianne responde que é uma questão que não põe e que só poderá ressaltar os exemplos históricos. Chegaremos a esta sociedade anarquista por uma revolução ou... Claro, responde, mas não tem nada de original a dizer.
E, para terminar, esta pequena resenha, apresentamos a última questão posta: Quais são os teus projectos para os próximos anos? Há ainda coisas que sonhastes realizar mas que, a falta de tempo e oportunidade não te permitiram (ainda) concretizar?
Sim mas, só a lista delas, faria um grosso volume responde Marianne com um sorriso rasgado.
E, por fim, chegamos ao único português que faz parte do grupo de entrevistados. José Maria Carvalho Ferreira que, a exemplo dos anteriores, começa com um sonho de Um Paraíso Sobre a Terra a Construir Dia Após Dia e salienta que nasceu no seio de uma família de pequenos camponeses pobres, em 1945, em Bogarréus (comuna de Meca, municipalidade de Alenquer, próximo de Lisboa).
Depois narra as vivências de uma família de sete membros, cujo pai faleceu tinha ele três anos, e as sérias dificuldades que a mãe teve de enfrentar para conseguirem suplantar todos os negativismos da sua vida.
Segue-se um discurso na primeira pessoa em que o entrevistado narra, com bastantes pormenores, a sua chegada ao mundo de desafogo depois de muitos altos e baixos.
Faz, também uma referência cuidada ao Maio de 68 e acrescenta que em 1971 estava em Portugal para "fazer a revolução" com a missão de formar um grupo de trabalhadores capaz de levar a cabo a agitação no seio da classe trabalhadora portuguesa. Em seguida faz a apresentação dos acidentes de percurso e que, em 1979, fez parte do corpo redactorial de A Batalha, e contactou com os demais companheiros que frequentavam a sede na Rua Angelina Vidal, Rua D. Carlos I e, por último, na Rua S.ta Catarina até se incompatibilizar com o seu Director.
Depois, faz referência à história do nascimento e morte da Associação Gráfica Anarquista. E, mais adiante, diz que nos anos 80 participou nas tentativas de criar uma organização anarquista a nível nacional e que promoveu várias "Semanas de Presença Libertária" e publicou vários números do B. R. A. (Boletim de Relações Anarquistas).
Na sequência da sua exposição e dos traços mais salientes da adopção e prática da anarquia chega o momento em que se declara, definitivamente, ter-se tornado adepto da anarquia.
Segundo as suas palavras, entre as diversas actividades em que participou, duas há que o marcaram efectivamente: ter sido membro da Revista IDEIA e da cooperativa Sementeira. Acrescenta que, no quadro destas duas actividades, editaram alguns livros para além das inúmeras edições da Revista e a criação do Círculo de Estudos Neno Vasco que se envolveu na organização do Colóquio Internacional Tecnologia e Liberdade, que teve lugar em 1987. Chegado aqui refere que é importante levar em consideração que a organização e animação destes projectos se ficaram

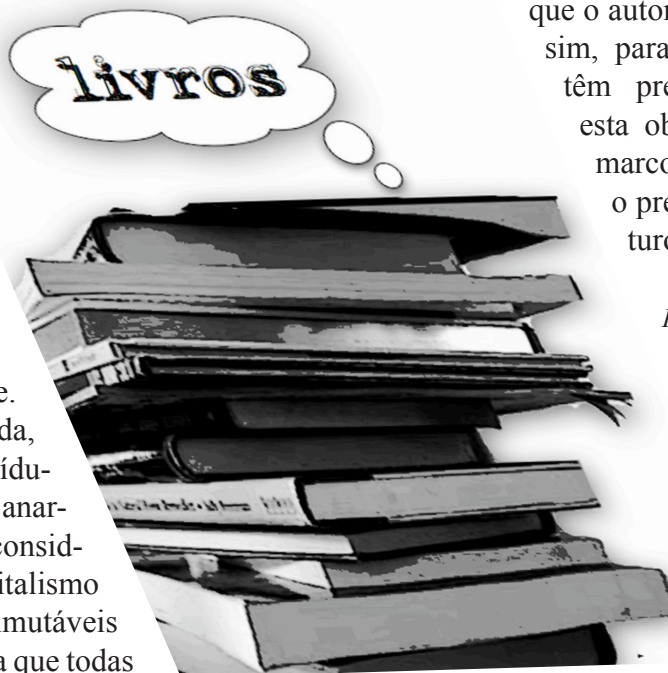
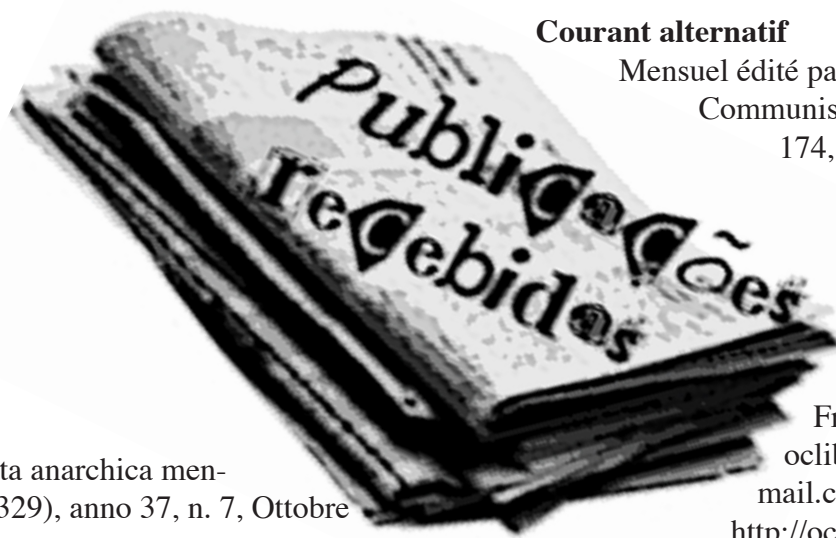
a dever, sobretudo, ao companheiro João Freire.

E, para encerrarmos esta recensão pela palavra escrita de José M. C. Ferreira, refere que é crítico, neste momento, face ao militantismo porque pensa que é uma forma de alienação, negação da emancipação e da liberdade do indivíduo e que ele não é um militante no sentido clássico do termo e que tem a paixão pelas ideias e actividades anarquistas e, se se designa isto por militância, bom, eu sou um militante. Acrescenta, em seguida, que os grupos e indivíduos que, aqui, se dizem anarquistas, continuam a considerar o Estado e o capitalismo como duas realidades imutáveis e, por esta razão, pensa que todas as críticas feitas às instituições estatistas e às ligadas à exploração e dominação do capitalismo têm ainda um conteúdo e formas subjectivas puramente ideológicas.

Estamos em face de um livro que, através dos seus entrevistados, pode-se considerar um documento histórico para a compreensão do que é Anarquia e Anarquismo, segundo os seus pontos de vista e que, de futuro, servirá de base de consulta para todos aqueles que têm preocupações sociais.

Fomos bastante parcos em palavras ao fazermos a abordagem crítica aos seis entrevistados da obra O Anarquismo em Pessoas pois que se trata de uma recensão sui generis uma vez que os entrevistados comungam das mesmas aspirações que o autor desta recensão. Assim, para todos aqueles que têm preocupações sociais, esta obra ficará como um marco de referência para o presente, passado e futuro.

ILÍDIO DOS SANTOS

Publicações Recebidas

A
Rivista anarchica mensile (329), anno 37, n. 7, Ottobre 2007
Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; E-mail: arivista@tin.it; Web site: www.arivista.org

Alambique
Revista do Centro de Cultura Anarquista Gonçalves Correia de Aljustrel, nº 1, 2007
Contacto: Apartado 76 – 7600 Aljustrel, Portugal; E-mail: cca.alambique@gmail.com; Web site: www.goncalvescorreia.blogspot.com

Al margen
Publicación de Debate Libertario, Año XVI, nº 63, Otoño 2007
Contacto: Ateneo Libertario Al Margen, Calle Palma 3 bajo, 46003 Valencia, España; E-mail: correo@ateneoalmargen.org; Web site: www.ateneoalmargen.org

Courant alternatif
Mensuel édité par l'Organisation Communiste Libertaire, nº 174, novembre 2007
Contacto: OCL c/o Egregore, B.P. 1213, 51058 Reims cedex, France; E-mail: oclibertaire@hotmail.com; Web site: http://oclibertaire.free.fr/

Etcetera
Correspondencia de la guerra social, nº 42, Junio 2007
Contacto: Apartado 1363, 08080 Barcelona, España

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, nº 1491, du 25 au 31 octobre 2007
Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

Libertaria
il piacere dell'utopia
Rivista trimestrale, anno 9, numero 3, luglio / settembre 2007
Contacto: C. P. 10667, 20110 Milano, Italia;
E-mail: libertaria@libertaria.it;
Web site: www.libertaria.it

Política Operária
Nº 111, Setembro / Outubro 2007, Ano XXII
Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa, Portugal; E-mail: dinopress@mail.telepac.pt; Web site: www.politicaoperaria.net

Réfractions
Recherches et Expressions Anarchistes, numéro 18, printemps 2007
Tema deste número: Écologie, graines d'anarchie
Contacto: Les Amis de Réfractions, c/o Librairie Publico, 145 Rue Amelot, 75011 Paris, France; E-mail: refractions@plusloin.org; Web site: www.refractions.plusloin.org

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 87, n. 31, 7 ottobre 2007
Contacto: Umanità Nova, c/o Federazione Anarchica Torinese, C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia; E-mail: fat@inrete.it

Una Città
Mensile di interviste, 150, settimo del 2007
Contacto: Una Città, Via Duca Valentino 11, 47100 Forlì, Italia; E-mail: unacitta@unacitta.it; Web site: www.unacitta.it

Verve
Revista do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária, 12, 2007
Contacto: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, Rua Ministro Godói, 969 – 4º andar, Sala 4E-20, São Paulo - SP, Brasil; Web site: www.nu-sol.org

Bollettino Archivio G. Pinelli
Boletim do Centro de Studi Libertari Giuseppe Pinelli, nº 29, Luglio 2007
Contacto: C.P. 17005, 20170 Milano, Italia; E-mail: info@archiviopinelli.it; Web site: www.archiviopinelli.it

Bulletin of the Kate Sharpley Library
Boletim da Livraria Kate Sharpley, Number 52, October 2007
Informação sobre publicações editadas e disponíveis.
Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1N 3XX, England; Web site: www.katesharpleylibrary.net

Conversaciones Libertarias
Noam Chomsky, Ed. Madre Tierra, Madrid, 2001

Fulgurations & Cº
Brás da Costa, Ed. Albatroz, Paris, septembre 2007

La Sombra del Membrillo
Revista Semestral de Poesía, Número 8, Junio de 2007
Contacto: I.E.S. Antonio López Garcia, C/ Arquitectos, 39, 28903 Getafe, España; Web site: www.lasombradelmembrillo.com

Poesia
Folhas de poesia recebidas de Retlav Avles, Brasil